



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A (Des)Continuidade das Representações de Vinculação das Crianças Adotadas

Sandra V. Mestre Mendonça

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Cristina Nunes

2012

A (Des)Continuidade das Representações de Vinculação das Crianças Adotadas

Sandra V. Mestre Mendonça

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da
Universidade do Algarve para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia da
Educação.

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Cristina Nunes

Faro

2012

A (Des)Continuidade das Representações de Vinculação das Crianças Adotadas

Declaração de Autoria de Trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Copyright © Sandra Mendonça

«*Só as crianças adotadas são felizes...*»

Lúcio Laborinho (*In* II Congresso Internacional de Adopção, 2011)

Resumo

A presente investigação teve como principais objetivos estudar as representações de vinculação das crianças adotadas e a sua relação com: (1) aspetos individuais da história de institucionalização e de adoção (i.e., idade e duração); (2) aspetos familiares, nomeadamente, a comunicação pais-filhos e o funcionamento familiar; e (3) a adaptação da criança (i.e., problemas de internalização, externalização e sono).

Participaram na investigação 30 famílias adotivas da região do Algarve, num total de 89 participantes, entre os quais 30 crianças adotadas, com uma média de idades de 6.9 anos, 30 mães e 29 pais adotivos.

Os resultados obtidos sugerem que: (1) as representações de vinculação das crianças adotadas situam-se no limiar entre a insegurança e a segurança; (2) as crianças apresentam representações mais seguras nos temas que evocam a relação de autoridade e o auxílio em situações de medo e dor e representações menos seguras nas histórias que evocam a separação das figuras de vinculação; (3) as crianças tendem a utilizar, simultaneamente, representações parentais positivas e negativas; (4) o tempo de adoção e a comunicação com a mãe são preditores significativos das representações de vinculação, assim, mais tempo com a família adotiva e menor abertura na comunicação pais-filhos associam-se a representações mais seguras; e (5) as representações de vinculação predizem significativamente os problemas de internalização e associam-se com os problemas de sono, de tal forma que crianças mais seguras tendem a ter menos problemas de internalização e de sono.

As implicações práticas dos resultados obtidos são discutidas com o objetivo de contribuir para uma maior adaptação das crianças nas famílias adotivas.

Palavras-chave: Vinculação, Modelos Internos Dinâmicos, Adoção, Família e Adaptação

Abstract

The main goals of the present study were to analyze the attachment representations of adopted children, as well as their relationship to (1) individual factors of institutionalization and adoption history (i.e., age and duration); (2) familiar factors, particularly the parent-child communication and the family functioning; and (3) the children adjustment (i.e., internalizing, externalizing and sleep problems).

The participants were 30 adoptive families of Algarve region, in a total of 89 participants, from which 30 were adopted children with a 6.9 mean age, 30 were adoptive mothers and 29 were adoptive fathers.

The results suggested that: (1) attachment representations of adopted children are found between insecurity and security; (2) children have attachment representations more secure in histories that recall authority relation and availability to help in pain and fear situations and less secure in histories that recall separations and reunions situations; (3) children tend to use positive and negative parental representations simultaneously in their narratives; (4) duration of adoption and communication with mother are significant predictors of attachment representations. More time in the adoptive family and less openness in the communication with the mother are associated with more secure attachment representations; and (5) attachment representations significantly predict internalization problems, and are associated with sleep problems. Children with more secure attachment representations likely to have less internalization and sleep problems.

Practical implications of findings are discussed with the purpose of increase children adaptation to their adoptive families.

Key-Words: Attachment, Internal Working Models, Adoption, Family and Adjustment.

Agradecimentos

A concretização desta investigação apenas foi possível graças à colaboração dos pais e crianças e, como tal, não posso deixar de começar por expressar o meu sincero agradecimento pela vossa amabilidade e disponibilidade para partilharem histórias tão pessoais, bem como, por nos deixarem “espreitar” um pouco das vossas vivências. Um agradecimento muito especial a todas as crianças que tão generosamente partilharam connosco uma manhã ou uma tarde de brincadeira. O «*podes voltar noutra dia para brincarmos mais?*» foi o combustível necessário para as longas horas de viagem e de trabalho. Obrigada!

O meu sincero agradecimento à professora Cristina Nunes, minha orientadora, pela disponibilidade que sempre manifestou, pelas partilhas, pelas aprendizagens e pelo seu sentido prático e objetivo, que muitas vezes me fez “descer” à realidade.

À professora Ana Susana Almeida por ter partilhado comigo a sua paixão por esta área e por me ter aberto as portas para este mundo fantástico que é o da adoção. Tem sido um privilégio trabalhar consigo! Obrigada pelo espírito crítico que acompanha cada sugestão, pela exigência e rigor que aplica a tudo, por acreditar sempre que consigo fazer mais e melhor, por ser um exemplo, pela sua compreensão, apoio e presença constantes! Mas, sobretudo, obrigada pela amiga que se tornou neste caminho... Obrigada por tudo!

Ao professor Jean-Christophe Giger pela disponibilidade que demonstrou para iluminar alguma escuridão que pairava sobre a análise estatística dos dados e apresentação dos resultados. Obrigada!

À Lília, colega neste projeto e com quem partilhei muitos quilómetros de estrada, gargalhadas e momentos mais introspetivos.

A toda a equipa de adoção do Centro Distrital de Segurança Social de Faro e, em particular, à Dr.^a Cátia Viegas pela disponibilidade que manifestou para realizar os

contactos com as famílias, e bem sei o trabalho que tal acarretou. O meu sincero agradecimento!

À professora Joana Santos, pelo colinho! Obrigada por ter estado sempre presente e disponível ao longo destes anos. Sei que tenho em si uma amiga, e sinto-me uma privilegiada por tal. Muito obrigada por todas as palavras de incentivo, de valorização e de estima.

Aos meus amigos, às “pitas”, amigas que já tinha antes de iniciar esta caminhada mas, também, aos que fui fazendo ao longo da mesma. Obrigada por estarem sempre presentes e por terem compreendido a minha pouca disponibilidade para algo que não contemplasse a adoção. Obrigada por se interessarem mas, também, pelas muitas vezes em que me obrigaram a pensar em outras coisas, através das horinhas de café, das partilhas de “cabaneirisses”... Obrigada pelo que representam na minha vida e por continuarem a estar presentes (mesmo com a distância física que me separa de alguns de vocês)!

À minha irmã, de quem gosto mais do que tudo e com quem partilho uma cumplicidade inegável! Apesar de todos os arrufos e atritos, sei que estarás sempre presente, da mesma forma que eu estarei sempre para ti! Obrigada!

À minha família e, em especial, aos meus pais, que me ensinaram que é possível caminhar em busca da perfeição, mesmo que nunca a alcancemos, estaremos cada vez mais próximos! Obrigada, também, por nunca me terem cortado as asas, por me deixarem errar e aprender com isso!

Índice Geral

Introdução.....	1
I. A vinculação e o desenvolvimento de trajetórias de vida	5
1. Modelos internos dinâmicos.....	7
2. O papel da vinculação na adaptação das crianças	12
II. Impacto das trajetórias atípicas nos modelos internos dinâmicos das crianças.....	14
1. Adversidade na família biológica.....	15
2. A institucionalização na infância e suas consequências para o desenvolvimento.....	17
III. A (des)continuidade dos modelos internos dinâmicos na família adotiva	23
1. Fatores relacionados com a história de adoção da criança	26
2. Fatores relacionados com o contexto familiar adotivo	30
IV. Concetualização do estudo empírico	34
1. Objetivo geral	34
2. Objetivos específicos.....	34
3. Desenho de investigação	35
V. Método.....	36
1. Participantes	36
2. Instrumentos	38
3. Procedimento.....	44
VI. Resultados.....	49
1. Caracterização das representações de vinculação das crianças	49
2. Relação entre a segurança das representações de vinculação e a história de institucionalização e de adoção das crianças	51
3. Relação entre a segurança das representações de vinculação e as características do sistema familiar adotivo.....	54

4. Relação entre a segurança das representações de vinculação e a adaptação das crianças	56
VII. Discussão dos Resultados	58
1. Caracterização das representações de vinculação das crianças adotadas	58
2. Relação entre a segurança das representações de vinculação e a história de institucionalização e de adoção das crianças	65
3. Relação entre a segurança das representações de vinculação e as características do sistema familiar adotivo	72
4. Relação entre a segurança das representações de vinculação e a adaptação das crianças	77
VIII. Considerações Finais	82
IX. Referências Bibliográficas	96
Anexo A	118
Anexo B	123

Índice de Tabelas

Tabela 1: Dados (em meses) relativos à história de adoção da criança.....	36
Tabela 2: Percentagem média de acordo inter-observadores, com diferenças de um valor, na cotação da segurança de vinculação das crianças.....	48
Tabela 3: Caracterização da segurança das representações de vinculação das crianças.	49
Tabela 4: Correlações de <i>Pearson</i> e <i>Spearman</i> entre a segurança total e as variáveis da história de institucionalização e adoção da criança.....	51
Tabela 5: Médias de segurança nas representações de vinculação de acordo com o tempo de adoção.....	52
Tabela 6: Correlações de <i>Spearman</i> referentes à abertura na comunicação e à segurança das representações de vinculação	54
Tabela 7: Correlações de <i>Pearson</i> e <i>Spearman</i> entre as dimensões coesão e adaptabilidade e a segurança das representações de vinculação	55
Tabela 8: Frequências e percentagem relativas às tipologias familiares	56
Tabela 9: Correlações de <i>Pearson</i> e <i>Spearman</i> entre as percepções das mães e dos pais de problemas e a segurança das representações de vinculação das crianças	57

Índice de figuras

Figura 1: Esquema do desenho de investigação.	35
Figura 2: Habilidades literárias dos pais.....	37
Figura 3: Frequência de representações das crianças sobre as suas figuras parentais, na tarefa de completamento de histórias de vinculação.	50
Figura 4: Frequência média de utilização das representações parentais por crianças adotadas há 18-59 meses e 60-104 meses.	53

Introdução

Ao longo do seu desenvolvimento as crianças internalizam progressivamente os aspectos mais salientes das relações de cuidado que estabelecem com as suas figuras de vinculação (Maia, 2011). Essa internalização repercute-se na construção de modelos internos dinâmicos que integram representações acerca das figuras de vinculação, do *self* e das suas inter-relações (Bretherton & Munholland, 2008).

A importância destes modelos no contexto do desenvolvimento sócio-emocional das crianças, jovens e adultos tem vindo a ser explorada de forma mais sistemática, tendo-se verificado que as representações construídas a partir da relação com as figuras primárias de vinculação são generalizadas, tornam-se na base para o estabelecimento de relações futuras. Isto acontece porque as representações formadas na infância tendem a guiar a percepção, as expectativas e a compreensão das experiências presentes (Pietromonaco & Barrett, 2000).

Considerando a importância atribuída à qualidade dos cuidados primários de vinculação, as investigações têm vindo a demonstrar que as experiências adversas precoces, como os maus-tratos, a negligência ou a institucionalização promovem o desenvolvimento de modelos internos dinâmicos inseguros, onde as figuras de vinculação são representadas como não responsivas ou insensíveis e o *self* como não merecedor de afeto e incompetente (Kobak & Madsen, 2008).

Aos modelos internos dinâmicos é atribuído um carácter de estabilidade, de tal forma que indivíduos que foram expostos à adversidade e construíram, na infância, representações inseguras tendem a estabelecer relações pouco seguras ao longo da sua vida, com outras pessoas significativas (e.g., parceiro amoroso). Contudo, os autores também destacam a possibilidade de atualização destes modelos, quando as condições de cuidado são severamente alteradas, como é o caso da adoção.

A adoção tem permitido o estudo do potencial de atualização dos modelos internos dinâmicos inseguros, bem como dos processos através dos quais essa atualização se dá. A investigação com crianças adotadas tem-se constituído, portanto, numa oportunidade única de compreensão da evolução dos modelos internos dinâmicos em contextos de descontinuidade de cuidados.

A investigação nesta área tem vindo a sugerir, contudo, que embora a atualização dos modelos internos dinâmicos seja possível quando os cuidados são drasticamente alterados, o processo através do qual essa alteração se dá não é nem célere, nem linear, sendo importante considerar uma série de fatores individuais e familiares (e.g., Hodges, Steele, Hillman, Henderson, & Kaniuk, 2005; Steele, Hodges, Kaniuk, Steele, 2010).

O presente estudo é parte integrante do projeto de investigação, “*Ajustamento nas Famílias Adotivas*”, desenvolvido por Ana Susana Almeida, Cristina Nunes, Marina Fuertes, Sandra Mendonça, Jean-Christophe Giger e Lília Silva, e que tem como objetivo descrever, através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, quais os aspetos ambientais, individuais e familiares que melhor contribuem para uma maior disponibilidade parental, uma perceção parental mais positiva acerca da sua experiência e um melhor ajustamento individual e familiar na adoção.

Contudo, o trabalho de investigação aqui proposto debruça-se, especificamente, sobre a identificação dos fatores individuais e familiares que têm impacto na atualização dos modelos internos dinâmicos. Foi, portanto, delineado como objetivo principal o estudo da influência da história de institucionalização (i.e., idade e tempo de institucionalização) e de adoção (i.e., idade e tempo de adoção) da criança e as características da família adotiva (i.e., comunicação pais-filhos e o funcionamento familiar) nas representações de vinculação das crianças adotadas e destas representações na sua adaptação.

Assim, o presente trabalho encontra-se estruturado em sete capítulos principais cujos conteúdos passam a ser descritos.

O primeiro capítulo inicia a reflexão acerca da importância da vinculação e, mais especificamente, dos modelos internos dinâmicos do desenvolvimento das crianças, jovens e adultos. Neste capítulo é abordada a constituição e evolução dos modelos internos dinâmicos.

Considerando que as crianças adotadas estiveram expostas a situações e padrões relacionais de tal forma adversos que foi determinada a cessação das relações familiares, no segundo capítulo é realizada uma exposição teórica acerca do impacto dessas experiências no desenvolvimento de modelos internos dinâmicos. É dada particular importância às experiências de maus-tratos e negligência na família biológica e às experiências de institucionalização, das quais se destaca o impacto da institucionalização precoce e prolongada.

O terceiro capítulo encerra a revisão teórica e debruça-se sobre a possibilidade de atualização e revisão dos modelos internos dinâmicos quando se promove a integração da criança num contexto familiar e relacional positivo e de qualidade. São revistas as variáveis que a investigação considera terem impacto sobre a revisão dos modelos internos dinâmicos, nomeadamente a idade e tempo de adoção, a comunicação pais-filhos e o funcionamento familiar.

O quarto capítulo realiza uma caracterização da presente investigação através da partilha dos objetivos gerais e específicos e do desenho de investigação.

O quinto capítulo refere-se ao método, sendo apresentada a da caracterização da amostra e dos instrumentos utilizados.

O sexto capítulo enquadra a apresentação das análises dos dados e respetivos resultados, onde são caracterizadas as representações de vinculação das crianças

participantes nesta investigação e analisadas as relações entre a segurança das representações de vinculação das crianças e a idade e tempo de institucionalização e adoção, a abertura na comunicação pais-filhos, o funcionamento familiar e os problemas de internalização, externalização e sono.

No sétimo capítulo deste trabalho são discutidos os resultados obtidos tendo em consideração os objetivos previamente delineados e os resultados de outras investigações.

Por fim, o oitavo capítulo engloba as considerações finais, onde são apresentadas as principais conclusões retiradas dos resultados obtidos, as suas implicações práticas, as mais-valias e limitações identificadas após o processo de aprendizagem efetuado e as sugestões para investigações futuras.

I. A vinculação e o desenvolvimento de trajetórias de vida

A investigação empírica tem vindo a confirmar o impacto da qualidade das relações de vinculação, vividas durante a infância, no desenvolvimento de trajetórias congruentes com distintos graus de competência e de adaptação sócio-emocional (Weinfield, Sroufe, Egeland, & Carlson, 2008). Neste domínio, a teoria da vinculação surge como uma das mais importantes perspetivas ao nível do desenvolvimento sócio-emocional, tendo a sua relevância se estendido até aos nossos dias (Soares, 2007).

Bowlby (1969/1984) rejeitou, desde cedo, as explicações veiculadas pelas teorias psicanalítica e da aprendizagem social que, à data, reuniam muito consenso na comunidade científica. Estas privilegiavam o papel da satisfação das necessidades alimentares no desenvolvimento psicológico das crianças. Assim, preconizavam que as crianças construísam laços afetivos com a mãe (ou outro cuidador) porque associavam a gratificação oral e a presença desse cuidador à satisfação da fome.

A falta de evidência empírica que explicasse o impacto das relações precoces na saúde mental dos indivíduos, associada à insatisfação de Bowlby (1969/1984) com as teorias vigentes, impulsionou a construção de um novo quadro teórico, que encontrou robustez empírica nos pressupostos provenientes da etiologia e nos resultados da investigação de Ainsworth (1985).

No campo da etiologia, Lorenz (1949/2002) constatou que os gansos e outras aves desenvolviam, durante os primeiros anos de vida, fortes laços com uma figura materna, simplesmente pela familiarização da cria com essa figura. Harlow (1958), por sua vez, confirmou estes resultados, através da observação dos macacos *Rhesus* bebés, que em situações de *stress* preferiam a “mãe” que se encontrava revestida de feltro (conforto), em detrimento da “mãe” de arame, que providenciava alimentação.

Também o trabalho desenvolvido por Ainsworth (1985), que se debruçou sobre o estudo da qualidade das interações bebé-mãe, foi uma importante base para a teoria da vinculação. A partir do desenvolvimento de um procedimento experimental, denominado de “situação estranha”, a autora verificou que as crianças associam determinadas reações comportamentais à acessibilidade e à responsividade das figuras cuidadoras presentes na sua vida diária. Estes resultados vieram enfatizar a importância do conceito de base segura, nas relações estabelecidas em idades precoces, que se tornou central na teoria da vinculação.

Bowlby (1969/1984) baseou-se nas observações que realizou e nos pressupostos supra expostos para veicular que todas as crianças nascem biologicamente predispostas para procurar proteção, através do estabelecimento de proximidade com um cuidador primário, que assume o estatuto de figura de vinculação. Este mecanismo tem como objetivo final de aumentar a probabilidade de sobrevivência.

A ideia basilar de Bowlby (1969/1984) reside nos comportamentos específicos que inicialmente são independentes, mas que rapidamente se tornam num sistema comportamental de vinculação. Assim, todas as crianças possuem um determinado número de respostas instintivas (e.g., chorar, sorrir, agarrar) que, no decorrer do desenvolvimento, organizam e orientam o comportamento na procura de proximidade e contacto com as suas figuras de vinculação (habitualmente a mãe), de acordo com determinados sinais internos e externos (i.e., presentes na criança, nos cuidadores e no ambiente).

O objetivo primário do sistema comportamental de vinculação é a manutenção de proximidade física, especialmente no confronto com o perigo, pelo que, a figura de vinculação torna-se numa base segura, que confere segurança e conforto em situações de *stress* (Cassidy, 2008).

Desta forma, partindo da utilização da figura de vinculação como base segura a criança consegue regular a (des)ativação de um sistema de exploração do meio. Ou seja, quando a criança se sente segura, diminui a intensidade do sistema comportamental de vinculação, por não necessitar de manter um contacto tão próximo, e envolve-se na exploração e interação com o ambiente envolvente (Ainsworth, 1985).

Ao longo do desenvolvimento verifica-se, contudo, uma atualização dos comportamentos, em que os mais simples dão lugar aos mais complexos e sofisticados promovendo, deste modo, um ajustamento progressivo do sistema comportamental, em função, não só dos resultados como, dos objetivos estabelecidos (Cassidy, 2008; Soares, 2007).

A construção de uma base segura não envolve, contudo, apenas comportamentos. Bowlby (1969/1984; 1973/1984; 1973/1985) sugere, ainda, a existência de uma dimensão cognitiva e emocional a que deu o nome de modelos internos dinâmicos.

1. Modelos internos dinâmicos

A qualidade das figuras de vinculação, no âmbito das funções de base segura, não depende apenas dos comportamentos da criança e da resposta dessas figuras, mas, também, da tradução desses padrões de interação precoces em representações de relação, ou seja, em modelos internos dinâmicos (Bowlby, 1979/2005).

A conceção de modelos internos dinâmicos, enquanto representações mentais construídas pelo sujeito com base nas suas experiências precoces de interação, surge em concordância com os pressupostos de Craik (1943). O autor veiculou que um organismo aumenta as suas hipóteses de sobrevivência se construir e utilizar modelos internos de funcionamento do ambiente que o rodeia. Tal acontece porque esses modelos permitem

que o organismo pense acerca de alternativas de comportamento e avalie os seus resultados prováveis.

Assim, os modelos internos dinâmicos são, essencialmente, uma consequência natural da capacidade humana para construir representações da realidade (Bowlby, 1984/1969; Bretherton, Ridgeway, & Cassidy, 1990). Embora Bowlby (1969/1984) admita que os indivíduos constroem representações de variados aspetos do seu ambiente, no âmbito da teoria da vinculação, o autor colocou a ênfase nas representações de relações interpessoais.

Os modelos internos dinâmicos são concebidos como representações generalizadas, que integram componentes afetivas e cognitivas, internamente organizadas, acerca das figuras de vinculação, do *self* e das inter-relações entre eles (Bowlby, 1969/1984; Pietromonaco & Barrett, 2000).

A construção dos modelos internos dinâmicos inicia-se logo após o nascimento do bebé, a partir da relação, centrada na regulação e satisfação de necessidades de vinculação (e.g., manutenção de proximidade), que se estabelece entre o bebé e os seus cuidadores (Bretherton & Munholland, 2008; Stroufe & Waters, 1977).

Quando as experiências, com as figuras de vinculação, são marcadas pela sensibilidade, responsividade e acessibilidade, a criança tende a desenvolver um sentimento de segurança relativamente ao *self*, enquanto merecedor de afeto e cuidados, à disponibilidade dos seus cuidadores e à natureza da sua relação (Bowlby, 1973/1984; Frey, Cushin, Freundlich, & Brenner, 2008; Kobak & Madsen, 2008). De acordo com Bretherton (2005) e Thompson (1999), os indivíduos que constroem representações seguras, têm tendência a obter satisfação pessoal nas relações que estabelecem, sendo, ainda, capazes de pedir auxílio de uma forma aberta e positiva, dado que as suas expectativas os informam que os outros estão disponíveis.

Por outro lado, se a criança experimenta insensibilidade, construirá modelos negativos do *self*, das figuras de vinculação e da relação entre ambos (Bowlby, 1973/1984; Frey, et al., 2008; Kobak & Madsen, 2008). Os indivíduos que desenvolvem estas representações inseguras, tendem a interpretar o mundo social como pouco previsível e confiável. Estes indivíduos antecipam fraca responsividade às suas necessidades, sendo mais frequente criarem exigências pouco realistas em relação às respostas do outro ou, ainda, a rejeitarem o apoio oferecido (Bretherton, 2005; Thompson, 1999).

Os modelos internos dinâmicos apresentam uma elevada relevância no âmbito do mundo social em que as crianças se movimentam porque lhes possibilitam a simulação interna da realidade e dos comportamentos possíveis em determinados contextos, sendo, por isso, comparados a «*experimentos em escala reduzida dentro da cabeça*» (Bowlby, 1969/1984, p. 85).

No concerne ao seu desenvolvimento, a construção e organização dos modelos acompanha a evolução das competências comportamentais, cognitivas e emocionais das crianças, verificando-se uma complexificação crescente conforme o próprio indivíduo se desenvolve (Bowlby, 1973/1984; Bretherton & Munholland, 2008).

O recém-nascido, nos primeiros meses de vida, não possui capacidades cognitivas que lhe permitam partir das interações quotidianas com as figuras de vinculação para o desenvolvimento de estruturas simbólicas. Neste sentido, embora os modelos internos dinâmicos estejam a ser desenvolvidos, são primitivos e limitam-se à interiorização de sequências de acontecimentos associados com a ativação e desativação de comportamentos (Marvin & Britner, 2008; Miljkovitch, 2004; Soares, 2007).

Assim, nesta fase, os modelos internos dinâmicos operam a um nível sensório-motor, congruente com a primeira fase do período sensório-motor de desenvolvimento humano, proposto por Piaget (1953/2001).

Sensivelmente a partir dos nove meses de idade, devido às novas capacidades cognitivas que adquiriu, o bebê consegue construir imagens internas organizadas de acordo com os objetivos finais que pretende alcançar (e.g., ao chorar consigo adquirir proximidade da figura de vinculação). Assim, o bebê constrói hierarquias de objetivo-comportamento que são ativadas e desativadas por estímulos específicos (Marvin & Britner, 2008).

Durante o primeiro e segundo anos de vida, o desenvolvimento da criança permite-lhe o estabelecimento de um número crescente de ligações mais complexas entre diferentes esquemas ou hierarquias. Nesta fase a criança conseguirá realizar “experiências” internas sobre a forma de sequências de imagens que podem ser ativadas e cessadas por outras imagens ou por condições ou eventos presentes no seu ambiente (Marvin & Britner, 2008).

Isto permite-lhe adquirir, progressivamente, expectativas sobre o modo como a figura de vinculação responde às suas solicitações de ajuda e proteção (acessibilidade e responsividade) e sobre si própria, em termos do seu valor e sobre a sua capacidade para influenciar o comportamento dos outros (Miljkovitch, 2004; Soares, 2007).

Durante os anos que se seguem, com a aquisição de novas competências cognitivas, linguísticas e motoras, este sistema de organização evolui, tornando-se cada vez mais complexo e sofisticado.

Entre os três e os cinco anos de idade, as capacidades de processamento da informação, da criança, sofrem uma reorganização hierárquica mais profunda. Esta “reorganização” pressupõe uma nova capacidade de abstração, através da qual a criança

é capaz de trabalhar internamente uma complexa rede de representações de acordo com os objetivos que pretende alcançar. Assim, nesta fase, a criança deixa de estar limitada ao processamento através de uma cadeia sequencial de “imagem-objetivo” (Bretherton et al., 1990; Marvin & Britner, 2008).

Bretherton et al. (1990) sugerem que a capacidade das crianças para, sensivelmente a partir dos três anos, brincarem ao “faz de conta” e a sua linguagem acerca das emoções, evidencia que a informação acerca dos acontecimento do dia-a-dia, na relação com as figuras de vinculação, está internamente disponível sob a forma de representações ou esquemas, e não apenas memórias episódicas.

Nos anos que se seguem, as representações tornam-se cada vez mais sólidas, de tal forma que, aquilo que começou por ser um esquema de acontecimentos específicos na relação entre a criança e a sua figura de vinculação, dá lugar a representações cada vez mais abstratas acerca do mundo social (Shaver, Collins, & Clark, 1996).

Durante a adolescência e idade adulta os modelos internos dinâmicos evoluem, de forma a se organizarem internamente, de modo hierárquico, desde as representações mais gerais às mais específicas (e.g., Bowlby, 1973/1985; Bretherton, 1985, 1990; Collins & Allard, 2003). Ou seja, os indivíduos organizam os seus modelos em vários níveis hierárquicos.

Num nível superior, encontram-se as representações mais gerais acerca das pessoas e do *self*, que contêm informação acerca das regras, premissas e hipóteses referentes às relações. Estas representações foram construídas a partir da história de relacionamento com as figuras de vinculação, que se generalizaram de forma a darem origem a representações gerais acerca das relações (Collins & Allard, 2003; Pietromonaco & Barrett, 2000).

Por outro lado, num nível inferior encontram-se as representações mais específicas que compreendem informação acerca das relações com as figuras de vinculação e de eventos específicos ocorridos no contexto dessas mesmas relações (Collins & Allard, 2003; Pietromonaco & Barrett, 2000).

De acordo com Collins e Allard (2003), a ativação dos modelos em diferentes níveis está dependente da quantidade de experiências em que o modelo é baseado, do número de vezes que foi aplicado no passado e da densidade da sua relação com outros modelos, pelo que, se sugere que os modelos localizados num nível superior se encontram mais acessíveis.

Os modelos internos dinâmicos que a criança começou a desenvolver acompanham-na e guiam o modo como ela se relaciona com os outros, como aborda o ambiente e como resolve tarefas específicas em todas as fases do seu desenvolvimento (Bowlby, 1973/1985; Silva et al., 2008), tornando-se a base para o seu ajustamento emocional e comportamental.

2. O papel da vinculação na adaptação das crianças

São várias as investigações que sugerem a existência de uma relação entre o padrão de vinculação das crianças e as suas competências sociais, emocionais e comportamentais (e.g., Clarke, Ungerer, Chahoud, Johnson, & Stiefel, 2002; Davies, Harold, Goeke-Money, & Cummings, 2002; Erickson, Sroufe, & Egeland, 1985).

Os resultados das investigações de Wood, Emerson e Cowan (2004), Jacobsen e Hofmann (1997) e Allen, Moore, Kuperminc e Bell (1998) sugerem que a insegurança na vinculação, aos 3, 7 e 16 anos de idade se associa significativamente com os problemas comportamentais de externalização (e.g., problemas sociais, agressão ou delinquência) e internalização (e.g., isolamento, ansiedade e depressão).

Stroufe, Egeland, Carlson e Collins (2005), numa investigação longitudinal, verificaram que as crianças classificadas como inseguras nos primeiros meses de vida, apresentavam na idade escolar mais comportamentos agressivos, comparativamente com as crianças classificadas como seguras.

Também as representações de vinculação têm sido associadas ao desenvolvimento emocional e comportamental das crianças e jovens (e.g., Futh, O'Connor, Matias, Green, & Scott, 2008; Jacobsen & Hofmann, 1997).

Os resultados da investigação de Jacobsen e Hoffmann. (1997) veiculam a existência de uma relação entre as representações de vinculação de crianças com sete anos de idade e os problemas de atenção reportados pelos respetivos professores. Inversamente, as crianças com representações mais seguras apresentavam resultados mais positivos. No mesmo sentido, Stacks (2007) verificou que as crianças que apresentam narrativas mais ambivalentes, associadas a representações inseguras de vinculação, apresentam mais problemas de comportamento.

Em Portugal, Pinhel, Torres e Maia (2009) verificaram que, quanto maior é a segurança das representações, menos frequentes são os problemas de comportamento agressivo nas crianças. Os autores verificaram, ainda, que as crianças com representações mais seguras de vinculação manifestam com menor frequência comportamentos de isolamento.

A investigação realça a importância dos padrões e das representações de vinculação desenvolvidas no ajustamento emocional e comportamental dos indivíduos. Cassidy, Kirsh, Scolton e Parke (1996) e Weinfeld et al. (2008), referem que na base destes resultados pode estar a influência positiva da vinculação segura na autoestima, nas competências de comunicação, nas capacidades de regulação emocional e numa capacidade para processar a informação de uma forma mais precisa.

II. Impacto das trajetórias atípicas nos modelos internos dinâmicos das crianças

A adoção constitui uma resposta social dirigida a crianças desprovidas de cuidados familiares adequados, que tem como principal finalidade «*realizar o superior interesse da criança*» (Decreto-Lei nº 31/2003, p. 5313).

Tal significa que, antes de serem adotadas, as crianças estiveram expostas a situações, acontecimentos ou padrões de relação de tal forma adversos que foi determinada a cessação das relações familiares. Muitas vezes, estas crianças estiveram privadas de ligações emocionais seguras e em contacto com o abuso de drogas e álcool, a depressão, a violência doméstica, a negligência e/ou os maus-tratos, encontrando-se em perigo quando foram afastadas do contexto familiar biológico e institucionalizadas (por vezes por períodos demasiado longos) (Hodges et al., 2005).

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Social (2000), as problemáticas que estão na origem de um maior número de acolhimentos institucionais, em Portugal, são a negligência (19,7%), o abandono (13,9%) e os maus-tratos físicos e psicológicos (9,5%). Embora não seja possível especificar qual a percentagem destas crianças que são encaminhadas para a adoção, por carência de dados estatísticos, sabemos que os tribunais apenas determinam o cessar das relações biológicas quando a problemática em causa é efetivamente muito prejudicial para a criança, caso contrário são aplicadas as medidas em meio natural de vida (ver Lei nº 147/99).

Desta forma, antes de serem adotadas, as crianças são vítimas de trajetórias atípicas, integram contextos familiares biológicos desestruturados, onde os cuidados que recebem são desadequados e prejudicam o seu desenvolvimento, e são integradas em instituições de acolhimento. As investigações desenvolvidas neste

âmbito sugerem que estes contextos são promotores de padrões e representações de vinculação inseguras e desorganizadas (Benavente, Justo, & Veríssimo, 2009; Carlson, Cicchetti, Barnett, & Braunwald, 1989; Crittenden, 1988; Torres, Maia, Veríssimo, Fernandes, & Silva, 2012).

1. Adversidade na família biológica

As crianças que foram expostas a experiências adversas na sua família de origem, não tiveram acesso a uma sequência normativa de interações de regulação emocional, determinante na organização de relações seguras de vinculação (Cassidy et al., 2005; Dozier & Rutter, 2008).

Partindo da teoria da vinculação, muitos autores têm vindo a debruçar-se sobre o estudo dos padrões de vinculação em crianças vítimas de maus-tratos, negligência, privação ou abuso (e.g., Egeland & Stroufe, 1981; Finzi, Cohen, Sapir, & Weizman, 2000; Hodges & Steele, 2000; Lyons-Ruth & Jacobvitz, 1999; Schmidt & Eldrige, 1986).

As investigações com estas crianças vieram colocar em evidência a insuficiência dos três padrões de vinculação inicialmente propostos por Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978) (i.e., seguro, inseguro-evitante e inseguro-ambivalente), na caracterização das mesmas (para revisão dos três padrões de vinculação, ver Bretherton, 1985; Ainsworth et al., 1978; Main & Solomon, 1990).

Surgiu, assim, a necessidade de conceber o padrão desorganizado de vinculação (Main & Solomon, 1990) que se caracteriza, principalmente, pela ausência de uma estratégia organizada e consistente, ao nível da regulação emocional e comportamental, no confronto com situações de *stress* (van IJzendoorn, Schuengel, & Bakersman-Kranenburg, 1999).

Desde aí, várias investigações têm verificado uma sobre representação deste padrão em crianças vítimas de maus-tratos. Crittenden (1988) verificou, na sua amostra, que 70% das crianças abusadas e 100% das crianças simultaneamente abusadas e negligenciadas apresentavam este padrão. Beeghly e Cicchetti (1994) verificaram-no em 40% das crianças de uma amostra de alto risco. A investigação de Barnett, Ganiban e Cicchetti (1999) corrobora estes resultados, acrescentando, ainda, que esse padrão tende a manter-se ao longo da infância.

van IJzendoorn et al. (1999) numa meta-análise das investigações sobre crianças em risco, verificaram que 23% das crianças maltratadas apresentavam um padrão evitante, 12% um padrão ambivalente e 51% um padrão desorganizado de vinculação.

No que diz respeito aos modelos internos dinâmicos, Venet, Bureau, Gosselin e Capuano (2007) aferiram a existência de diferenças significativas entre o grupo de crianças negligenciadas e o grupo de controlo, apresentando o primeiro representações mais inseguras, mesmo quando as variáveis estatuto socioeconómico e *stress* materno foram controladas.

Benavente et al. (2009) numa investigação com crianças em idade pré-escolar, vítimas de maus-tratos e negligência, observaram uma associação significativa entre as experiências adversas e as representações inseguras de vinculação (i.e., desativação, hiperativação e desorganização). Não se verificaram, contudo, diferenças nas representações do grupo de crianças maltratadas e do grupo de crianças negligenciadas.

Em termos dos conteúdos emergentes nas representações, Macfie et al. (1999) verificaram que as crianças provenientes de ambientes de alto risco, quando confrontadas com histórias de tarefas quotidianos, tendiam a representar as figuras parentais como pouco responsivas, sendo frequente a própria criança da história intervir na situação, assumindo o papel de aliviar o sofrimento dos demais.

Warren (2003) verificou, a partir da análise dos principais resultados da investigação neste domínio, que os conflitos, a agressão, a desobediência e a sexualidade são os temas mais emergentes. Nas narrativas das crianças é frequente a criança assumir o lugar dos cuidadores, que eram retratados de forma negativa. O autor realçou, ainda, o recurso menos frequente a temas morais ou comportamentos pró-sociais dos pais e das crianças.

Estes resultados são concordantes com a teoria da vinculação, sugerindo que as crianças expostas a cuidados parentais negativos desenvolvem modelos internos dinâmicos dos outros como indisponíveis e pouco sensíveis e, complementarmente, de si como não merecedoras de afeto e cuidados (Toth et al., 2000).

Neste domínio, as instituições de acolhimento pretendem constituir-se numa resposta para as crianças cujo projeto de vida familiar as coloca em perigo. Contudo, ao nível da vinculação e, mais especificamente, dos modelos internos dinâmicos, a investigação sugere que o meio institucional poderá não ser reparador ou reforçador de segurança emocional nas crianças aí inseridas.

2. A institucionalização na infância e suas consequências para o desenvolvimento

A institucionalização constitui um acontecimento não normativo no desenvolvimento da uma criança, que implica, entre outros aspetos, a transição do contexto familiar para um contexto completamente desconhecido. Embora as crianças venham, geralmente, de famílias disfuncionais, a institucionalização pode constituir-se numa experiência adversa e comprometedora do desenvolvimento de uma vinculação segura (Gribble, 2007).

Desde as investigações precursoras às mais contemporâneas, o acolhimento institucional tem sido um fator associado ao desenvolvimento de padrões inseguros de vinculação (e.g., Pilowsky, 1995; Singer, Brodzinsky, Ramsay, Steir, & Waters, 1985; Zeanah et al., 2009).

Os resultados da investigação de Marcovitch et al. (1997), com crianças integradas em instituições de acolhimento romenas, demonstraram a existência de uma percentagem significativamente inferior de segurança na vinculação destas crianças, por comparação a um grupo de crianças não institucionalizadas.

A investigação de Zeanah, Smyke, Koga e Carlson (2005) vem complementar esses resultados, sugerindo que apenas 22% das crianças que viviam em instituições romenas apresentavam um padrão seguro e 77% apresentavam um padrão desorganizado de vinculação. Os autores verificaram, ainda, que 78% das crianças que viviam em contexto familiar possuíam vinculações seguras com os seus cuidadores.

No domínio das representações de vinculação, onde as investigações têm sido mais escassas, Hodges et al. (2005) verificaram que crianças que estiveram em instituições de acolhimento, e se encontravam integradas em famílias adotivas há pouco tempo, caracterizavam os adultos como indiferentes e explicitamente rejeitantes das suas necessidades. Estas crianças também referiam mais a existência de personagens infantis feridas, mortas, maltratadas e raptadas.

Katsurada (2007) realizou uma investigação exploratória com 32 crianças, com idades compreendidas entre os quatro e os seis anos, tendo verificado que nenhuma das crianças em instituição apresentava representações seguras de vinculação.

Em Portugal, as investigações de Pinhel et al. (2009) e Torres et al. (2012) corroboram os resultados supramencionados. Os autores verificaram que as crianças institucionalizadas apresentam valores médios de segurança significativamente

inferiores, por comparação a crianças em contexto familiar. Os resultados demonstraram, ainda, que temas como o abandono, a punição, a negligência, as mortes súbitas, a inversão de relações familiares e conteúdos fortemente sexualizados eram frequentes nas narrativas das crianças institucionalizadas.

1.1. Institucionalização Precoce

Os resultados das investigações sugerem que quanto mais nova é a criança mais nefastos são os efeitos da vivência da institucionalização, não só ao nível das relações de vinculação que a criança desenvolverá como, também, no seu desenvolvimento global (e.g., Sigal, Perry, Rossignol, & Ouimet, 2003; Sloutsky, 1997).

Tizard e Rees (1975) verificaram que cerca de 69% das crianças da sua amostra apresentavam perturbações de vinculação, aos quatro anos de idade, após terem sido institucionalizadas nos seus primeiros anos de vida. Os autores referem que a privação de figuras específicas, consistentes na prestação de cuidados, poderá estar na base desses resultados.

Sigal et al. (2003) verificaram que indivíduos que foram institucionalizados à nascença ou nos primeiros meses de vida apresentam, na idade adulta, maior disfuncionalidade psicossocial e um índice superior de doenças crónicas.

Lee, Seol, Sung, Miller e The Minnesota International Adoption Team (2010), apuraram um maior ajustamento emocional nas crianças institucionalizadas depois dos dois anos de idade, por comparação a crianças que foram institucionalizadas antes desse período e que não possuíram uma experiência familiar antes de integrar a família adotiva.

Para Bronfenbrenner (1979) estes resultados são mais nefastos para crianças mais novas porque essas são privadas do desenvolvimento de uma relação primária num período em que as interações com uma figura materna devem ser mais intensas.

De acordo com Bowlby (1969/1984) é nos primeiros anos de vida que a criança desenvolve as bases para o desenvolvimento de padrões de vinculação. O padrão inseguro de vinculação desenvolvido pelas crianças institucionalizadas precocemente pode estar relacionado com a inconstância de cuidados e alternância de figuras de vinculação (Pinhel et al., 2009), em idades em que as respostas sensíveis aos comportamentos de vinculação das crianças são o motor para o desenvolvimento de vinculações seguras (Bowlby, 1973/1984).

1.2. Institucionalização Prolongada

A separação prolongada de figuras de vinculação tem vindo a ser associada, por alguns autores, a uma maior dificuldade no estabelecimento de relações seguras na família adotiva (e.g., Chisholm, 1998; O'Connor, Bredenkamp, & Rutter, 1999; O'Connor, Rutter, & the English and Romanian Adoptees Study Team, 2001).

Chisholm, Carter, Ames e Morison (1995) e Chisholm (1998) compararam três grupos de crianças. No primeiro grupo encontravam-se as crianças que permaneceram institucionalizadas entre 8 e 53 meses, no segundo grupo as crianças que foram integradas no contexto familiar adotivo com quatro meses de vida e, por fim, no terceiro grupo encontravam-se crianças que sempre viveram na sua família biológica. Os resultados evidenciaram que as crianças que estiveram expostas à privação de cuidados parentais por períodos mais longos (i.e., primeiro grupo) apresentavam vinculações mais inseguras.

Os resultados das investigações de O'Connor et al. (2001) e O'Connor et al. (2003) sugerem o mesmo padrão, encontrando-se um maior tempo de permanência na instituição associado a padrões mais atípicos de comportamentos de vinculação.

Contudo, algumas investigações não encontraram associação entre o tempo de institucionalização e a vinculação das crianças (e.g., Farina, Leiter, & Chosnoff, 2004; Judge, 2004; Marcovitch et al., 1997).

Marcovitch et al. (1997), constataram que, embora as crianças institucionalizadas por períodos mais longos apresentassem um maior número de problemas desenvolvimentais, não apresentavam vinculações mais inseguras. Os autores sugerem que estes resultados se poderão dever à utilização de instrumentos que não avaliam adequadamente a vinculação nas crianças (e.g., questionários preenchidos pelos pais).

Rodríguez (2010) acrescenta que é mais frequente a relação entre o tempo de institucionalização e a vinculação não ser encontrada quando as investigações utilizam a duração da institucionalização com uma variável contínua (e.g., Farina et al., 2004). Inversamente, as investigações que comparam crianças que estiveram institucionalizadas por períodos curtos com crianças que permaneceram longos períodos em instituições tendem a encontrar diferenças significativas (e.g., O'Connor et al., 2001).

De acordo com Bowlby (1973/1984), a separação prolongada das figuras de vinculação faz emergir sentimentos de abandono e rejeição, que se refletem na construção de perturbações de vinculação.

Hodges (1996) afirma que quando as crianças permanecem institucionalizadas por longos períodos de tempo, e estão em contacto com diferentes cuidadores, as relações de vinculação que desenvolvem organizam-se em torno de um estilo de cuidado geral, por oposição à organização em torno dos comportamentos e respostas de pessoas

particulares, como ocorre nas interações parentais, com as crianças que crescem em contexto familiar.

Embora a revisão da literatura efetuada pareça elucidativa do impacto negativo das experiências institucionais nos padrões e representações de vinculação das crianças, é importante considerar que as crianças institucionalizadas provêm, regra geral, de famílias multiproblemáticas (Rutter, 2000), cujas dinâmicas e práticas são potenciadoras de representações inseguras e desorganizadas de vinculação. Desta forma, é difícil afirmar com clareza que as características de vinculação destas crianças advenham unicamente do seu acolhimento institucional, principalmente nas situações das crianças que estiveram emersas em famílias disfuncionais.

No entanto, é importante enfatizar que a literatura científica, no âmbito da presente temática, identifica um conjunto de características promotoras de segurança na vinculação que, regra geral, não estão presentes na institucionalização. Tizard (1977) salienta a falta de afeto físico e emocional. Nas instituições, quando a criança se esforça por receber afeto, geralmente, é distraída com brinquedos ou atividades. Hodges (1996) acrescenta que num contexto institucional existe pouca continuidade de cuidados, o que dificulta uma resposta adequada e sensível às pistas comportamentais das crianças. Dada a existência de regras e rotinas relativamente rígidas, os cuidadores tendem a não atender às necessidades individuais manifestadas pelas crianças, sendo intrusivos na resposta. Acresce que, neste contexto, a criança não tem uma atenção individualizada, pelo contrário, tem que “competir” com um grupo pela atenção dos cuidadores.

III.A (des)continuidade dos modelos internos dinâmicos na família adotiva

A adoção constitui uma oportunidade única para as crianças cujo projeto de vida na família biológica falhou, por uma ou mais de diversas razões possíveis. Ao integrar uma família adotiva espera-se que a criança atualize as representações de vinculação que desenvolveu anteriormente (Pace & Zavattini, 2011), a partir da descoberta de novas possibilidades de relacionamento com os seus pais adotivos (Hodges et al., 2005).

Não obstante as transições no percurso vital, Bowlby (1969/1984) sugere a existência de uma tendência para a estabilidade e continuidade das representações de vinculação, desenvolvidas na infância, ao longo da vida.

Oppenheim, Nir, Warren e Emde (1997) verificaram que as crianças que construíram narrativas coerentes, mais pro-sociais e menos agressivas aos quatro anos também o fazem aos cinco anos de idade. No mesmo sentido, Waters, Rodrigues e Ridgeway (1998), com base nas narrativas das crianças, verificaram uma continuidade nas representações de vinculação das crianças entre os 37 e os 54 meses de idade.

Reforçando a premissa de continuidade das representações da infância à idade adulta, os resultados de Hazan e Shaver (1987) sugerem que os adultos seguros evocam relações mais calorosas e afetivas com os seus pais do que os indivíduos com vinculações inseguras. Estes últimos evocavam memórias de adultos significativos mais rejeitantes ou intrusivos. A investigação longitudinal de Waters, Merrick, Treboux, Crowell e Albershein (2000) sugere que 72% dos indivíduos mantiveram o mesmo padrão de vinculação aos 12 e 18 meses e, posteriormente, aos 22 anos de idade. Main, Hesse e Kaplan (2005) verificaram que a segurança na vinculação com a mãe no

primeiro ano de vida predizia a segurança na relação aos seis anos e, posteriormente, aos 19 anos de idade.

O padrão de continuidade sugerido pelas investigações supra descritas parece dever-se à forma como os modelos internos dinâmicos, que a criança constrói na relação com as suas figuras de vinculação, guiam as expectativas nas relações que ela estabelece no mundo social (Pietromonaco & Barrett, 2000). Isto é, os modelos internos dinâmicos funcionam como uma espécie de filtros da realidade, guiando a percepção, a atenção e a interpretação das experiências presentes, com base nas experiências passadas (Pietromonaco & Barrett, 2000; Steele et al., 2010).

A criança constrói representações acerca da forma como espera que o mundo físico, as suas figuras de vinculação, os outros significativos e ela própria se comportem. Posteriormente, é através destas representações que a criança avaliará todas as situações de interação social (Hodges et al., 2005).

Assim, se uma criança construiu uma representação das figuras de vinculação como não responsivas e pouco interessadas pelas suas necessidades, quando interage com essas figuras ou com outros indivíduos tende a dirigir a sua atenção para as pistas que confirmam a sua representação, dando significado ao comportamento do outro à luz das representações que já possui (Hodges, et al., 2005; Schofield & Beek, 2010; Steele, et al., 2010).

À medida que a criança utiliza os modelos, para dar sentido à sua realidade, estes tendem a estabilizar e a tornar-se cada vez mais automáticos, passando a ser ativados, de forma mais frequente, fora do perímetro da consciência (Bretherton & Munholland, 2008). Isto permite uma agilização ao nível da interpretação e resposta às situações, dificultando, contudo, atualizações nas representações (Schofield & Beek, 2010; Pietromonaco & Barrett, 2000; Román & Palacios, 2010).

No contexto da adoção, isto poderá traduzir-se numa avaliação enviesada do comportamento da família adotiva, reforçando os modelos existentes e interferindo no desenvolvimento de representações de segurança no sistema familiar adotivo (Davies & Cummings, 1998; Dozier & Rutter, 2008).

Contudo, embora seja sugerida a existência de uma tendência crescente para a estabilização dos modelos internos dinâmicos, os resultados das investigações no âmbito da adoção rejeitam um determinismo linear, que Bowlby (1973/1984) também afastou da teoria da vinculação, com a utilização do termo “dinâmicos”. Ou seja, parece existir um certo grau de permeabilidade das representações, a alterações ou revisões, resultantes da exposição a experiências desconfirmatórias ou a experiências, não necessariamente desconfirmatórias, mas significativas e que promovem uma reorganização cognitiva, afetiva e comportamental.

O projeto de investigação longitudinal, *Attachment Representations and Adoption Outcome Study*, de um grupo de investigadores do Reino Unido (Hodges et al., 2005; Steele et al., 2010), constitui-se numa das mais importantes fontes de conhecimento no âmbito da evolução dos modelos internos dinâmicos em crianças adotadas. O projeto teve como principais objetivos a avaliação das representações de vinculação em crianças, vítimas de maus-tratos, abusos e/ou negligência, adotadas tardiamente (i.e., entre os 4 e os 8 anos), e a análise da evolução dessas representações desde a chegada à família adotiva.

Os resultados gerais sugerem que as crianças que transitam de um ambiente de risco para uma família adotiva responsiva e sensível às suas necessidades, tendem a desenvolver representações de vinculação seguras, embora mantenham as representações inseguras que já possuíam (Hodges et al., 2005; Steele et al., 2010).

As investigações que se debruçam sobre a comparação da segurança da vinculação entre crianças adotadas e crianças que permanecem em famílias maltratantes e/ou negligentes ou se encontram em instituições, demonstram que as crianças em famílias adotivas apresentam vinculações mais seguras. Atendendo a que as crianças adotadas provêm desses meios e foram expostas a essas experiências adversas, o contexto familiar adotivo parece possuir um poder reparador, invertendo a tendência insegura de vinculação que se verificava anteriormente (Cicchetti, Rogosch, & Toth, 2006; Finzi, Ram, Har-Even, Shnit, & Weizman, 2001).

Hodges et al. (2005) e Steele et al., (2010) verificaram, ainda, que a segurança das representações de vinculação desenvolvidas na família adotiva se encontra associada a dois fatores relacionados com a história de adoção da criança, nomeadamente a idade de adoção e o tempo na família adotiva.

1. Fatores relacionados com a história de adoção da criança

1.1. Idade da criança quando adotada

De acordo com Collins e Allard (2003), durante os primeiros de anos de vida os modelos internos dinâmicos encontram-se mais permeáveis às atualizações e alterações, caso a qualidade dos cuidados prestados se altere de forma significativa, como se espera que aconteça no caso da adoção.

Diversas investigações sugerem que as crianças adotadas nos seus primeiros meses de vida, geralmente desenvolvem relações de vinculação normativas na sua família adotiva (e.g., Juffer, Bakermans-Kranenburg, & van IJzendoorn, 2008), enquanto que, as crianças adotadas tardiamente se encontram em risco de desenvolver relações de vinculação inseguras e desfavoráveis (e.g., Marcovitch et al., 1997; Vorria et al., 2006).

van den Dries, Juffer, van IJzendoorn e Bakermans-Kranenburg (2009) sugerem, a partir da meta análise realizada, que a idade de adoção pode funcionar como um moderador significativo da segurança de adoção. Assim, quando a adoção se dá durante o primeiro ano de vida, as crianças adotadas parecem desenvolver vinculações tão seguras como as crianças integradas nas famílias biológicas. Por outro lado, as crianças adotadas mais tardiamente parecem apresentar um maior risco de manter o padrão de insegurança na vinculação com os seus pais adotivos.

O projeto de investigação longitudinal de Hodges et al. (2005) e de Steele et al. (2010) veio corroborar os resultados dessas investigações. Os autores compararam as representações de vinculação de um grupo de crianças adotadas tardiamente, e vítimas de maus-tratos, com um grupo de crianças adotadas antes dos 12 meses. Os resultados sugeriram que em todas as fases de avaliação (i.e., imediatamente após a adoção, um ano e dois anos após), as crianças adotadas tardiamente apresentaram mais dificuldades em desenvolver representações de segurança emocional, verificando-se, ainda, uma maior persistência dos padrões negativos de funcionamento (Hodges et al., 2005; Steele et al., 2010).

As crianças adotadas tardiamente utilizaram estratégias mais desorganizadas, recorrendo ao medo à agressão e às catástrofes, quando lhes era pedido para completarem histórias que promoviam a emersão do sistema de vinculação (Hodges et al., 2005).

Os autores verificaram, ainda, que a tendência das crianças adotadas tardiamente apresentarem resultados menos positivos ao nível das representações de vinculação, por comparação a crianças adotadas nos primeiros 12 meses de vida, se manteve dois anos após a integração na família adotiva (Hodges et al., 2005; Steele et al., 2010).

Ao fim desse período, o grupo de crianças adotadas antes dos 12 meses mostrou, consistentemente, mais representações positivas e menos representações negativas do que o grupo adotado tardiamente. Neste último grupo, verificou-se, ainda, que as mudanças nas crianças adotadas entre os seis e os oito anos de idade foi menos marcada e mais lenta do que as crianças adotadas, também tardiamente, mas entre os quatro e os seis anos de idade (Hodges et al., 2005).

Contudo, também existem investigações, na área das representações de vinculação em crianças adotadas, cujos resultados não corroboram a existência de uma relação entre a idade de chegada à família adotiva e a segurança das representações (Veríssimo & Salvaterra, 2006; Eulliet, Spencer, Troupel-Cremel, Fresno, & Zaouche-Gaudron, 2008; Rodríguez, 2010).

Dozier, Stovall, Albus e Bates (2001) sugerem que é importante analisar esta discordância de resultados à luz das características da amostra estudada (e.g., número de participantes, distribuição das idades) e das metodologias utilizadas para avaliar as representações de vinculação das crianças. Os autores acrescentam que a falta de consistência na identificação de um padrão de relação entre a idade de adoção e a vinculação se pode dever ao facto de a idade de adoção não ter um impacto tão direto sobre o estilo de vinculação desenvolvido nas famílias adotivas. Os autores afirmam, então, que a idade de adoção pode influenciar a vinculação através do seu impacto no tempo que a segurança na vinculação leva a consolidar-se, na família adotiva.

1.2. Tempo de integração na família adotiva

O tempo de permanência na família adotiva tem sido uma variável consistentemente associada ao ajustamento das crianças, particularmente no que diz

respeito ao desenvolvimento de padrões e representações seguras de vinculação (Chisholm, 1998; Hodges et al., 2005; Steele et al., 2010; O'Connor et al., 1999).

Na investigação de Hodges et al. (2005) e Steele et al. (2010), a avaliação realizada imediatamente após a integração da criança na família adotiva revelava que nas narrativas infantis emergiam com frequência temas relacionados com agressões extremas dos adultos, com a rejeição, o rapto, os ferimentos ou a morte das crianças, tendendo as figuras parentais a serem representadas como menos disponíveis e sensíveis às suas necessidades.

Na segunda e terceira avaliação, um e dois anos após a adoção respectivamente, as crianças evidenciaram mais aspetos positivos dos adultos, nomeadamente como providenciadores de ajuda emocional, de conforto e atenção. Houve ainda uma diminuição das referências à punição física. Também se verificou um aumento na capacidade de conhecer *distress* em crianças e adultos e uma diminuição na utilização de estratégias de evitamento. Os autores verificaram que as representações se tornaram mais seguras ao fim de um ano e mais consolidadas após dois anos de integração na família adotiva (Hodges et al., 2005).

Pace e Zavattini (2011) obtiveram os mesmos resultados, verificando-se uma atualização positiva dos modelos internos dinâmicos após um ano de adoção. A investigação de Rodríguez (2010) corrobora os resultados supra descritos. A autora verificou a existência de uma relação positiva e significativa entre o tempo com a família adotiva e as representações de vinculação, sendo que quanto maior o tempo maior a segurança nas representações de vinculação das crianças estudadas.

Contudo, os resultados de Hodges et al. (2005) e Steele et al. (2010) também corroboram a premissa de que a atualização das representações de vinculação é complexa e não ocorre de forma linear, imediata e homogénea. Os autores verificaram a

existência dos modelos internos dinâmicos negativos, anteriormente construídos em situações de maus-tratos, negligência e institucionalização, em simultâneo com os novos modelos positivos desenvolvidos na família adotiva, independentemente da idade ou do tempo de adoção.

Estes resultados sugerem que a atualização das representações de vinculação pode ser influenciada pela inter-relação dinâmica de vários fatores, dos quais Brodzinsky, Smith e Brodzinsky (1998) destacam as características e dinâmicas da própria família adotiva.

2. Fatores relacionados com o contexto familiar adotivo

2.1. Comunicação na família adotiva

As tarefas desenvolvimentais das famílias adotivas são, simultaneamente, semelhantes e diferentes das vivenciadas nas famílias biológicas, constituindo-se a comunicação num exemplo dessa premissa (Palacios, 1998). A família deve manter uma abertura adequada em relação às temáticas habituais, e adicionalmente deve responder às necessidades de revelação da criança adotada, o que não acontece nas famílias biológicas.

Thompson (2006) refere que a comunicação tem um papel relevante na modelação dos modelos internos dinâmicos. As investigações sugerem que pais que constroem com os seus filhos um diálogo emocionalmente aberto, ajudam os mesmos a construir e, se necessário, a rever os seus modelos internos dinâmicos, à luz das novas experiências (e.g., Cyr, Dubois-Comtois, & Moss, 2008; Dubois-Comtois, Cyr, & Moss, 2011; Thompson, Laible, & Ontai, 2003).

Dubois-Comtois et al. (2011) verificaram que a comunicação entre a mãe a criança prediz a segurança nas representações de vinculação. Os resultados sugerem que

crianças que expressam de forma aberta as suas emoções e pensamentos, apresentam representações mais seguras aos oito anos. Por outro lado, a comunicação marcada pela troca de papéis e em que o adulto é incapaz de responder às solicitações da criança, promove representações de vinculação inseguras e marcadas pelo medo.

No mesmo sentido, Bretherton (1991, 1993) e Bretherton et al. (1999) colocaram uma elevada ênfase na importância de manter uma comunicação aberta e fluída, que permite trocas e discussões emocionais, na relação entre pais e filhos, como um fator influenciador do desenvolvimento de modelos internos dinâmicos mais acessíveis, coerentes e seguros. Os autores realçam, ainda, a importância de serem abordadas, na comunicação, as emoções negativas, dado que as crianças, geralmente, as experienciam como mais confusas e perturbadoras.

Neste domínio, Thompson et al. (2003) refere que a omissão de informação relevante à criança, pelas figuras de vinculação, tem implicações negativas sobre a forma como essa representa as suas experiências pessoais. No mesmo sentido, quando os pais fornecem falsas explicações, denigrem ou impedem a discussão de certos acontecimentos, as crianças apresentam dificuldades acrescidas na interpretação da matriz de emoções relacionada com esses acontecimentos e, até mesmo, na compreensão do que os causou (Grossman, 1999).

Estes aspetos assumem elevada relevância no contexto da adoção, onde cabe aos pais auxiliarem a criança na construção de um significado coerente para as experiências negativas a que estiveram expostas na família biológica ou em instituições de acolhimento.

Embora pareçam não existir investigações que associem as representações de vinculação à comunicação acerca da adoção, de acordo com Grotevant, Wrobel, van Dulmen e McRoy (2001), a revelação e a abertura dos pais adotivos para comunicar

com a criança acerca do seu passado é um fator essencial no desenvolvimento de relações seguras entre a criança e a sua família adotiva.

2.2. Funcionamento familiar

A investigação com famílias biológicas e adotivas tem sugerido que as crianças integradas em contextos familiares mais funcionais apresentam melhores resultados a nível emocional e comportamental (e.g., Leung & Erich, 2002; Lindsey, 2001; Goodyer, 1990).

As famílias que se caracterizam por relações próximas e harmoniosas entre todos os seus subsistemas e que definem limites flexíveis entre a autonomia e a dependência dos seus elementos, tendem a ter crianças com vinculações mais seguras, que utilizam estratégias comportamentais mais construtivas e, conseqüentemente, que exibem um melhor funcionamento psicológico (e.g., Garbarino, Sebes, & Schellenbach, 1984; Kerig, 1995; Stevenson–Hinde, 1990).

Kuznetsova (2011) verificou que crianças adotadas integradas em famílias cujo funcionamento se caracterizava por maiores níveis de ligação emocional entre os seus membros (i.e., maior coesão) demonstravam menos problemas comportamentais.

Sanchez-Sandoval, León e Román (2012), a partir de uma análise de *clusters*, corroboraram esses resultados. As autoras identificaram um grupo de famílias adotivas caracterizado por baixos níveis de ligação emocional entre os seus membros (i.e., menor coesão), dificuldades de ajustamento às mudanças (i.e., menor adaptabilidade) e, simultaneamente, por crianças com mais problemas emocionais, cognitivos e comportamentais.

Alguns autores realçam, ainda, a importância da coesão e da adaptabilidade no domínio da vinculação. Davies et al. (2002) sugerem que o facto de as famílias serem

mais coesas e adaptáveis aumenta a confiança das crianças relativamente à disponibilidade dos seus cuidadores, o que se traduz numa menor dificuldade ao nível da manutenção da segurança das representações de vinculação.

IV. Concetualização do estudo empírico

1. Objetivo geral

Considerando os aspetos explorados nos capítulos antecedentes, na presente investigação pareceu pertinente analisar as representações de vinculação das crianças adotadas, estudando qual o impacto da sua história de institucionalização e adoção e das características da família adotiva na reparação das representações de vinculação negativas, que a literatura científica assinala como caracterizadoras das crianças que viveram situações adversas.

Assim, foi delimitado como objetivo geral explorar a influência das características da história de institucionalização e de adoção da criança e da família adotiva nas representações de vinculação das crianças adotadas e destas representações na sua adaptação.

2. Objetivos específicos

Considerando o objetivo geral definido, bem como a revisão da literatura efetuada, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- (a) Caracterizar as representações de vinculação das crianças adotadas;
- (b) Estudar a relação entre a idade em que a criança foi institucionalizada e o tempo que permaneceu na instituição e as suas representações de vinculação;
- (c) Explorar a relação entre a idade da criança quando foi adotada e o tempo de adoção e as suas representações de vinculação;
- (d) Analisar as relações entre a coesão e a adaptabilidade na família adotiva e as representações de vinculação das crianças adotadas;
- (e) Analisar a relação entre as representações de vinculação e a adaptação das crianças adotadas.

3. Desenho de investigação

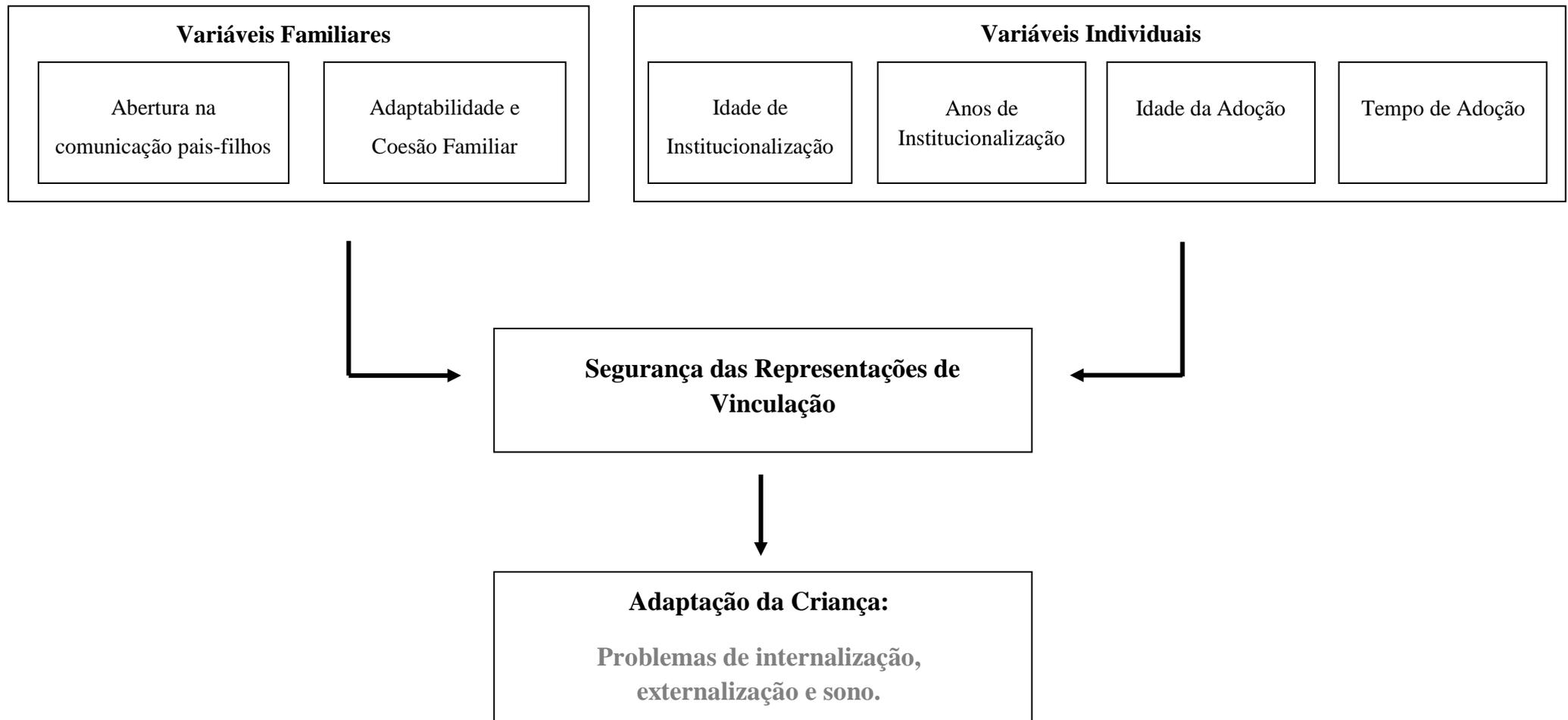


Figura 1: Esquema do desenho de investigação.

V. Método

1. Participantes

Para efeitos de seleção da amostra foi utilizado o método de amostragem por conveniência. Participaram na presente investigação um total de 89 participantes, entre os quais 30 crianças, 30 mães e 29 pais de famílias adotivas. As crianças apresentavam uma média de idades de 6.9 anos ($DP = 23.64$), sendo 9 do sexo feminino e 21 do sexo masculino.

As crianças foram, em média, institucionalizadas aos 5 meses de idade e permaneceram em instituição cerca de 17 meses. Em média, foram adotadas antes dos 24 meses e encontram-se há cerca de 59 meses na família adotiva (Tabela 1).

Tabela 1

Dados (em meses) relativos à história de adoção da criança.

	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
Idade de institucionalização	5	11.60	0	55
Tempo de institucionalização	17	13.46	1	63
Idade de adoção	23.90	18.20	2	74
Tempo de adoção	58.83	21.82	18	104

Relativamente à situação jurídica que despoletou o encaminhamento para a adoção, oito crianças (26.7%) foram encaminhadas à nascença, através de consentimento informado, seis crianças (20%) foram encaminhadas devido a problemáticas diversas da família biológica (e.g., alcoolismo, toxicod dependência, prostituição, relações extraconjugais), seis crianças (20%) foram abandonadas pelos pais biológicos, sete crianças (23.3%) foram negligenciadas e, por fim, três crianças (10%) foram

encaminhadas devido à falta de condições económicas e emocionais/afetivas dos pais biológicos.

No que concerne às figuras parentais, os pais apresentavam idades compreendidas entre os 33 e os 54 anos, como uma média de idades de 41.8 anos ($DP = 4.92$) e as mães apresentavam idades compreendidas entre os 32 e os 50 anos, com uma média de idades de 40.5 ($DP = 4.49$).

A maioria das figuras parentais completou o ensino secundário. Nas mães, esse é seguido da licenciatura, do terceiro ciclo, do mestrado e do doutoramento. Nos pais, segue-se ao ensino secundário, o terceiro ciclo e a licenciatura, o mestrado e, por fim, os primeiro e o segundo ciclos (Figura 2).

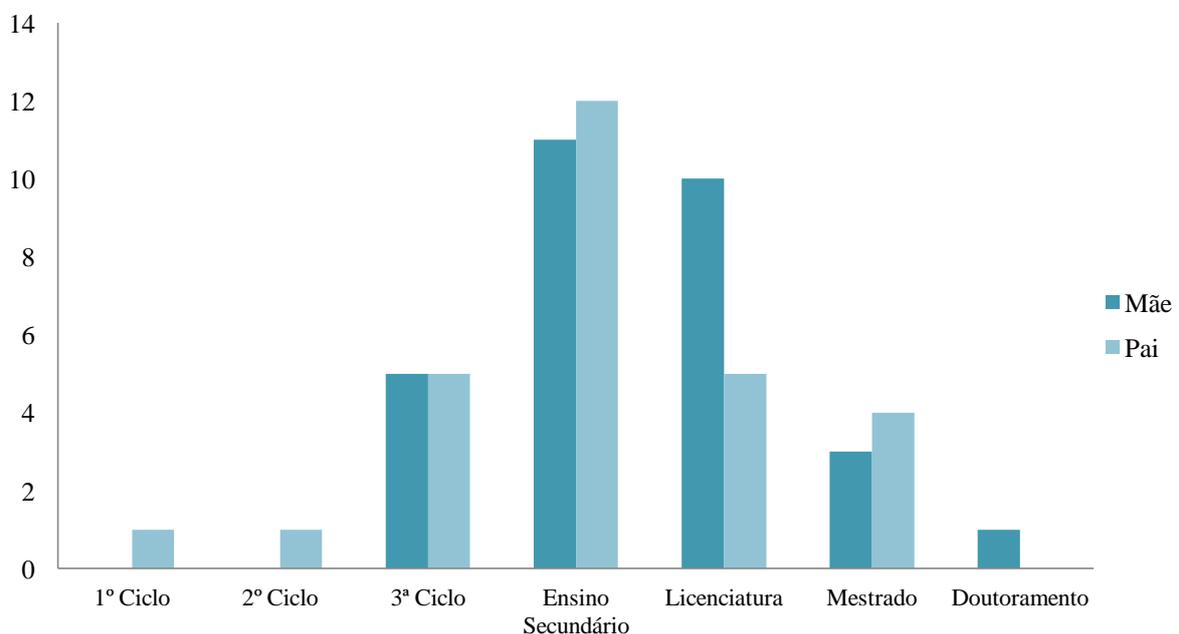


Figura 2: Habilitações literárias dos pais

Relativamente à constituição, todas as famílias participantes apresentam uma tipologia biparental. Mais especificamente, 22 famílias (73.3%) possuíam apenas um filho adotado, cinco famílias (16.7%) para além do filho adotado possuíam pelo menos um filho biológico e duas famílias (6.67%) possuíam dois filhos adotados.

2. Instrumentos

2.1. Informações Sociodemográficas

A recolha da informação sociodemográfica referente aos pais, às crianças, à sua história de institucionalização e adoção foi realizada a partir do Questionário de Opinião Parental do Processo Adotivo (QOPPA) construído no âmbito do presente projeto de investigação, a partir da revisão de literatura na área da adoção e da *Entrevista sobre el Proceso de Adopción* (EPA) de Palacios, Sanchez-Espinosa e Sanchez-Sandoval (1995).

Foram realizadas, aos pais, questões referentes à sua idade, estado civil, habilitações literárias e condição de empregabilidade. Relativamente às crianças, foi questionada a sua idade e data de nascimento, sexo, idade(s) em que foi retirada da família biológica, tempo de institucionalização e data de adoção. Foram, ainda, solicitadas informações (i.e., idade, sexo e posição na fratria) relativamente à existência de outros filhos, adotados ou biológicos, na família.

2.2. Escala de Adaptabilidade e Coesão Familiar III (Currel et al., 1999)

O funcionamento familiar foi avaliado com recuso à *Family Adaptability Cohesion Evaluation Scale* (FACES III; Olson, Portner, & Lavee, 1985), traduzida e adaptada para Portugal por Currel et al. (1999).

A escala tem como objetivo principal avaliar o funcionamento familiar, em duas dimensões principais, a adaptabilidade e a coesão. A adaptabilidade diz respeito à capacidade da família de ser flexível, adequando a sua estrutura de poder e as regras de relacionamento quando é confrontada com obstáculos ou eventos não normativos. A coesão refere-se à variação entre a separação e a conexão dos membros da família, ou seja, ao vínculo emocional estabelecido (Currel et al., 1999; Olson & Gorall, 2003).

O FACES III é constituído por 20 itens, apresentados numa escala de tipo *Likert* de seis pontos. Do conjunto de 20 itens, os 10 itens ímpares dizem respeito à escala de coesão e os 10 itens pares relacionam-se com a escala de adaptabilidade (Currall et al., 1999).

O total da escala é obtido pela soma dos itens, ímpares e pares. A interpretação e análise dos valores são realizadas com recurso ao Modelo Circumplexo (Olson, Russel, & Sprenkle, 1989), resultando uma classificação de três tipologias familiares: as famílias equilibradas (i.e., níveis de coesão e adaptabilidade médios), as famílias meio-termo (i.e., uma das dimensões média e a outra extrema) e as famílias extremas (pressupõe níveis de coesão e adaptabilidade extremos) (Farate, 2000).

À semelhança do que ocorre com a escala original, a versão portuguesa apresenta uma consistência interna adequada, com um *alpha* de *Cronbach* de .80 para a escala de coesão e de .62 para a escala de adaptabilidade (Currall et al., 1999). Na presente investigação as escalas de coesão e adaptabilidade apresentaram um *alpha* de *Cronbach* de .83 e .57, respetivamente.

2.3. Escala de Comunicação Pais-Filhos (Nunes & Lemos, 2011)

A comunicação entre pais e filhos foi avaliada com recurso à Escala de Comunicação Pais-Filhos (Nunes & Lemos, 2011), traduzida e adaptada para Portugal a partir da original *Parent-Child Communication Scale* (Barnes & Olson, 1982).

A presente escala pretende fornecer uma avaliação global da extensão de abertura e liberdade na troca de ideias, informação e preocupações na comunicação entre pais e filhos (Barnes & Olson, 1985).

A escala é constituída por nove itens, divididos em duas subescalas, que medem os aspetos positivos (abertura) e negativos (problemas) no processo de comunicação entre

pais e filhos, distribuídos numa escala de tipo *Likert* de seis pontos (Barnes & Olson, 1985).

Os resultados finais são obtidos a partir da soma de todos os itens da escala. Para tal, anteriormente, os itens da subescala problemas são invertidos. Pontuações mais elevadas sugerem que os pais percecionam um nível alto de abertura na comunicação com os seus filhos (Barnes & Olson, 1985).

Os resultados obtidos na investigação de Barnes e Olson (1982) sugerem índices de validade muito adequados, nomeadamente um *alpha* de *Cronbach* de .87 para a subescalas de abertura e de .78 para a subescala de problemas. Na presente investigação a escala apresentou um *alpha* de *Cronbach* de .60.

2.4. Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação (Maia, Ferreira, & Veríssimo, 2008)

Para aceder às representações simbólicas de vinculação das crianças foi utilizada a Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação (Maia, Veríssimo, Ferreira, Silva, & Fernandes, 2009), versão portuguesa do *Attachment Story Completion Task (ASCT)* de Bretherton e Ridgeway (1990).

O instrumento compreende cinco histórias que recriam cenários do quotidiano familiar, através de pequenas figuras de elementos de uma família tradicional e outros adereços simples. Cada história é formulada de forma a desencadear respostas congruentes com questões particulares da vinculação. Pretende-se com isto que as crianças produzam narrativas que permitam aceder às suas representações de vinculação (Maia, 2011).

Em todas as histórias, à exceção da história do “Aniversário” (i.e., história neutra), a criança deve resolver uma situação, recorrendo às representações de vinculação que

possui. Na história “Sumo Entornado” pretende-se avaliar a relação de autoridade que a figura de vinculação tem com a criança. A história “Joelho Magoado” visa determinar a existência ou ausência de comportamentos protetores por parte da figura de vinculação (ativados pela dor e pelo choro da criança magoada). Na história “Monstro no Quarto” pretende-se ativar o comportamento protetor e de vinculação através do recurso ao medo. Na história “Partida” pretende-se avaliar a forma como a criança reage face à ansiedade de separação. Por fim, com a história “Reencontro”, pretende-se verificar o comportamento de reunião que a criança privilegia (Maia, 2011).

Em termos de procedimentos, o investigador começa por apresentar os elementos da família (i.e., pai, mãe, criança protagonista, irmão) e a figura da vizinha à criança, pedindo-lhe que dê um nome a cada um dos filhos, bem como à vizinha. Num segundo momento, o entrevistador diz à criança: *“Vamos fazer umas histórias com a nossa família. Eu começo a contar e depois tu continuas, está bem?”* (procedimento detalhado apresentado no anexo A). Todo o procedimento é filmado, decorrendo as aplicações, em média, entre 20 e 30 minutos. A cotação das histórias é realizada com recurso ao visionamento das filmagens (Maia, 2011).

O sistema de cotação traduzido e adaptado por Maia, Ferreira e Veríssimo (2008) baseia-se na análise dos parâmetros de segurança das narrativas produzidas pelas crianças.

As histórias são cotadas numa escala de tipo *Likert* de oito pontos, em que um se refere a narrativas desorganizadas e oito a narrativas muito seguras, em função da complexidade da resolução dada ao problema central da história e da coerência da narrativa produzida pela criança. A segurança total das representações da criança é dada a partir da média das cotações obtidas em cada história.

As narrativas permitem, ainda, enquanto critério complementar, a avaliação da representação parental da criança. A representação é positiva quando as figuras parentais são apresentadas como protetoras, educadoras, afetuosas e disponíveis. A representação é negativa quando os pais são agressivos e rejeitantes em relação à criança, sendo frequente a utilização da disciplina rígida. Representações mistas caracterizam-se por pais com comportamentos positivos (e.g., responsivos, acessíveis) intercalados com comportamentos negativos (e.g., pais vulneráveis e incompetentes, violentos). A ação dos pais pode, ainda, ser cotada como neutra (i.e., nem positiva nem negativa) e como ausente (i.e., não existe representação dos pais na história).

Na presente investigação este instrumento obteve bons resultados ao nível da consistência interna, tendo-se verificado um *alpha* de *Cronbach* de .87.

2.5. Questionário de Comportamento da Criança (Gonçalves, Dias, & Machado, 2007a, b)

O Questionário de Comportamento da Criança de Gonçalves, Dias e Machado (2007a, b) é a versão portuguesa do *Child Behavior Checklist* (CBCL; Achenbach, 2001; Achenbach & Rescorla, 2000) e tem como principal objetivo descrever e caracterizar, a partir da perceção dos pais, o comportamento da criança.

No âmbito da presente investigação foram utilizadas a versão para crianças com idades compreendidas entre os 1^½ e os 5 anos e a versão para crianças com idades entre os 6 e os 18 anos.

Trata-se de dois questionários de autopreenchimento constituídos, respetivamente, por 99 e 113 itens, distribuídos numa escala de tipo *Likert* de três pontos, em que zero corresponde a “Não é verdadeira” e dois a “Muito verdadeira ou muitas vezes verdadeira” (Rescorla, 2005).

A CBCL 1^½-5 engloba duas escalas principais, a escala de internalização e a escala de externalização. A primeira é composta pelas subescalas reação emocional, ansiedade/depressão, queixas somáticas e retraimento. A escala de externalização é constituída pelas subescalas de problemas de atenção e comportamento agressivo (Rescorla, 2005). Este questionário engloba, ainda, uma subescala independente, nomeadamente os problemas de sono.

A CBCL 6-18 engloba, também, as escalas de internalização e externalização. Neste questionário, a escala de internalização é constituída pelas subescalas ansiedade/depressão, queixas somáticas e isolamento/depressão. A escala de externalização integra as subescalas de comportamento agressivo e comportamento de quebra de regras (Rescola, 2005).

O total das subescalas é obtido a partir da soma dos itens que as compõem e, subsequente, conversão em *T scores*, numa escala em que valores entre 60 e 65 posicionam a criança ou jovem na fronteira *Borderline*, e valores superiores a 65 sugerem a existência de uma perturbação clínica significativa (Rescola, 2005).

A tradução e adaptação de ambos os questionários ainda se encontra em fase de estudo, pelo que não existem dados relativamente às características psicométricas das escalas para a população portuguesa. Contudo, a tradução portuguesa de Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira e Cardoso (1994) da CBCL 4-18 alcançou um *alfa* de *Cronbach* de .93 para uma amostra não clínica¹.

¹ Não foi possível averiguar o *alfa* de *Cronbach* destes questionários dado que os mesmos foram analisados, a partir do *software* ASEBA, por uma investigadora externa ao presente projeto. De salientar, contudo, que Foi assegurados o anonimato dos dados. A investigadora apenas teve acesso ao código das famílias e às suas respostas a cada item do questionário.

3. Procedimento

3.1. Procedimento de Recolha de Dados

Numa primeira fase, foi solicitado ao Núcleo de Infância e Juventude do Centro Distrital de Segurança Social de Faro colaboração no sentido de serem cedidos os contactos das famílias que adotaram uma ou mais crianças no mesmo centro distrital. Após resposta positiva do Núcleo de Infância e Juventude, a equipa de adoção disponibilizou-se para a realização do primeiro contacto com as famílias, no sentido de averiguar a sua disponibilidade para participar na investigação e solicitar a sua autorização para cedência, à equipa de investigação, dos seguintes dados: nome do pai e da mãe, contactos de telefone, morada, idade da criança e tempo de adoção.

A equipa de adoção partilhou com as investigadoras do projeto, a partir de contactos realizados nos meses de junho, julho e agosto, informações referentes a 57 famílias adotivas, que aceitaram participar no estudo.

Durante os meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro foram realizados contactos com todas as famílias que indicaram disponibilidade para a recolha de dados nesses meses. Neste primeiro contacto foi explicado às famílias qual o objetivo geral do projeto, bem como, as implicações práticas esperadas. As famílias foram informadas acerca dos procedimentos de recolha de dados e do retorno que lhes seria dado (i.e., relatório de investigação do desenvolvimento da criança, três livros sobre temáticas da adoção e divulgação dos resultados das investigações). Foi solicitado às famílias que indicassem uma data para a realização da recolha de dados.

Dos contactos efetuados, quatro famílias apenas aceitaram participar parcialmente na investigação, ou seja, o seu contributo cingiu-se ao preenchimento dos questionários. Duas famílias recusaram participar integralmente no estudo, justificando-se com a vivência atual de situações familiares complicadas.

Após contacto telefónico com as famílias, e confirmação da sua pretensão de participação na investigação, foram enviados por correio os questionários de autopreenchimento. Estes foram separados em duas capas, uma destinada à mãe e outra destinada ao pai. Foi, ainda, incluído um questionário para resposta conjunta, uma carta de apresentação detalhada do estudo e identificação e contactos dos investigadores envolvidos no projeto e o consentimento informado.

Durante os meses de julho, agosto, setembro e outubro, dos contactos realizados foi possível concretizar a recolha de dados junto de 32 famílias (duas famílias não foram integradas na presente investigação porque os jovens já se encontravam na fase da adolescência/adulterez).

A recolha de dados foi realizada, em cada família, no seu domicílio por duas investigadoras, estando sempre presentes a criança a mãe e o pai. No início de cada recolha foi solicitado aos pais que assinassem o consentimento informado (anexo B), em que declaravam participar voluntariamente na investigação e concordar com os objetivos e procedimentos da mesma, sendo, ainda, assegurados o anonimato e confidencialidade de todos os dados recolhidos. Para efeitos de melhor gestão do tempo, uma investigadora ficou responsável pela recolha de dados junto dos pais e outra pela recolha junto da criança. Em média, a recolha em cada família teve a duração de cinco horas, totalizando 150 horas de recolha de dados. No final, foram entregues aos pais três livros referentes às temáticas da vinculação, revelação e práticas parentais e foram devolvidos às investigadoras os questionários devidamente preenchidos.

3.2. Procedimento de Análise de Dados

A análise de dados recolhidos através dos instrumentos e procedimentos supra explanados foi realizada com recurso ao programa estatístico *Pasw Statistic 18*.

Primariamente foram realizadas análises exploratórias, com o intuito de apurar a normalidade das distribuições e averiguar a existência de *outliers* extremos.

Para efeitos de análise da normalidade foi aplicado, a todas as variáveis consideradas na investigação, o teste de normalidade *Shapiro-Wilk*, recomendado para amostras com um número reduzido de participantes (Hill et al., 2002). Os resultados estatisticamente significativos (i.e., inferiores a .05) confirmaram a violação do pressuposto da normalidade da distribuição dos dados, pelo que, nesses casos, recorreu-se a técnicas estatísticas não paramétricas.

Procedeu-se, ainda, à verificação da existência de *outliers*, a partir da análise do gráfico *Boxplot* e posterior confirmação da classificação de extremo a partir da análise dos *Z scores*, de acordo com critérios sugeridos por Field (2009)². Para verificação do efeito dos *outliers* nos resultados (i.e., média total) efetuaram-se, ainda, comparações entre a média aritmética e a média aparada a 5%, tendo-se optado por excluir *outliers* muito frequentes, cujos valores superassem o *Z score* de 3.29 e que imprimissem uma alteração significativa na média total.

Após análise da normalidade das variáveis e verificação da inexistência de *outliers* extremos, procedeu-se à análise de associações entre as variáveis em estudo. Para tal, foi utilizado o teste estatístico paramétrico produto de *Pearson*, para as variáveis com distribuição normal e o teste não paramétrico *rho* de *Spearman*, para as variáveis cujo pressuposto de normalidade não foi verificado. As associações foram interpretadas de acordo com a significância estatística e a magnitude do efeito (i.e., grau em que o fenómeno está presente na população), de acordo com critérios de Cohen (1992)³ e seguindo a sugestão da *American Psychological Association* (Field, 2009). A relevância

² *Z scores* superiores a 3.29 indicam a presença de *outliers* extremos.

³ $r = .10$ é pequeno (associação fraca), $r = .30$ é médio (associação moderada) e $r = .50$ é grande (associação forte)

da análise da magnitude do efeito assenta no número reduzido de participantes da presente investigação (i.e., $n < 50$), o que poderá tornar os testes estatísticos utilizados insensíveis às associações existentes (Almeida et al., 2008; Hair, Anderson, Tatham, & Black, 1998). Foi ainda calculado o coeficiente de determinação (R^2) no sentido de determinar a proporção (%) de variabilidade que duas variáveis partilham (Pallant, 2001), multiplicando o resultado do coeficiente de correlação por ele próprio e, posteriormente, por 100.

Para analisar as diferenças de média na segurança das representações de vinculação das crianças, consoante o tempo de adoção e a tipologia familiar em que estão integradas, recorreu-se, aos testes de hipóteses *Mann-Whitney U* e *Kruskal-Wallis*. O índice de magnitude do efeito foi calculado através da equação proposta por Rosenthal (1991) e sugerida por Field (2009), convertendo os valores z em r . Os resultados da significância prática foram interpretados de acordo com os critérios sugeridos por Cohen (1992).

Foram, ainda, realizadas análises de regressão linear, com o objetivo de examinar o valor preditivo do tempo de adoção sobre as representações de vinculação e o valor preditivo destas sobre os problemas de internalização.

3.2.1. Acordo Inter-observadores

Foi realizado, por duas investigadoras, o acordo inter-observadores *within-one* para os dados da Tarefa do Completamento de Histórias de Vinculação. Este consistiu no cálculo da percentagem de acordo entre cotações, através da determinação da extensão com que as duas investigadoras concordavam nas mesmas.

A pertinência deste procedimento baseou-se na necessidade de verificar se os resultados obtidos refletem as características e as diferenças entre o(s) objeto(s) de

observação mais do que as características dos observadores. Para que se considere que os dados têm um grau de fiabilidade aceitável, o acordo inter-observadores deverá ser igual ou superior a 80% (Almeida & Freire, 2008; Hill & Hill, 2002).

Foi, ainda, corrigida a percentagem de acordo devido ao acaso, a partir da análise da proporção de casos em que os observadores concordam nas cotações após se efetuar a correção para o acordo que acontece devido ao acaso (Hill & Hill, 2002), através do cálculo do coeficiente *Weighted Kappa*, proposto por Cohen (1960). Os resultados foram interpretados segundo os critérios⁴ definidos por Landis e Koch (1977).

Como é possível observar na Tabela 2, os valores de acordo inter-observadores variam entre 87.5% e 100%, numa média total de 92.5% de acordo, indicativo de um grau de fiabilidade muito aceitável. O coeficiente *Weighted Kappa* variou entre .38 (ligeiro) e .88 (bom), com uma média global de .58 (adequado), sendo os valores mais baixos relativos às histórias “joelho magoado” e “monstro no quarto”.

Tabela 2

Percentagem média de acordo inter-observadores, com diferenças de um valor, na cotação da segurança de vinculação das crianças.

	% de acordo	<i>Weighted Kappa</i>
Sumo Entornado	87.5	.88
Joelho Magoado	87.5	.38
Monstro no Quarto	87.5	.38
Partida	100	.75
Reencontro	100	.50
Total	92.5	.58

⁴ <.20 = Pobre, .21-.40 = Ligeiro, .41-.80 = Adequado, .61-.80 = Bom, .81-1 = Muito bom.

VI. Resultados

1. Caracterização das representações de vinculação das crianças

1.1. Segurança das representações de vinculação

A caracterização das representações de vinculação das crianças adotadas, participantes na presente investigação, é apresentada na Tabela 3.

Como é possível verificar, as crianças apresentam uma média total de segurança de 4.52 ($DP = 1.38$), indicativo de insegurança nas suas representações de vinculação. Os resultados alcançados variariam entre 2 (i.e., severamente inseguro) e 6.60 (i.e., seguro).

Tabela 3

Caracterização da segurança das representações de vinculação das crianças.

		Segurança			
		<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
Histórias	Total	4.52	1.41	2	6.60
	Sumo Entornado	4.97	1.77	2	8
	Joelho Magoado	4.30	1.92	2	8
	Monstro no Quarto	5	1.60	2	8
	Partida	3.93	1.72	1	7
	Reencontro	4.20	1.38	2	6

No que concerne à análise da segurança de acordo com as histórias, os resultados demonstram que as crianças apresentam uma maior média de segurança nas histórias “sumo entornado” (i.e., relação de autoridade da figura de vinculação com a criança) e “monstro no quarto” (i.e., comportamento de vinculação despoletado pelo medo).

Por outro lado, as histórias que apresentam resultados médios de segurança mais baixos são, o “joelho magoado”, onde se pretende verificar o comportamento das figuras de vinculação ativado pela dor e sofrimento da criança, o “reencontro”, onde se

pretende verificar o comportamento de reunião que a criança privilegia e a “partida”, onde se avalia a forma como a criança reage à ansiedade de separação.

3.3. Representações da criança sobre as figuras parentais

A figura 3 ilustra os tipos de representação parental utilizados com maior frequência pelas crianças adotadas, na Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação.

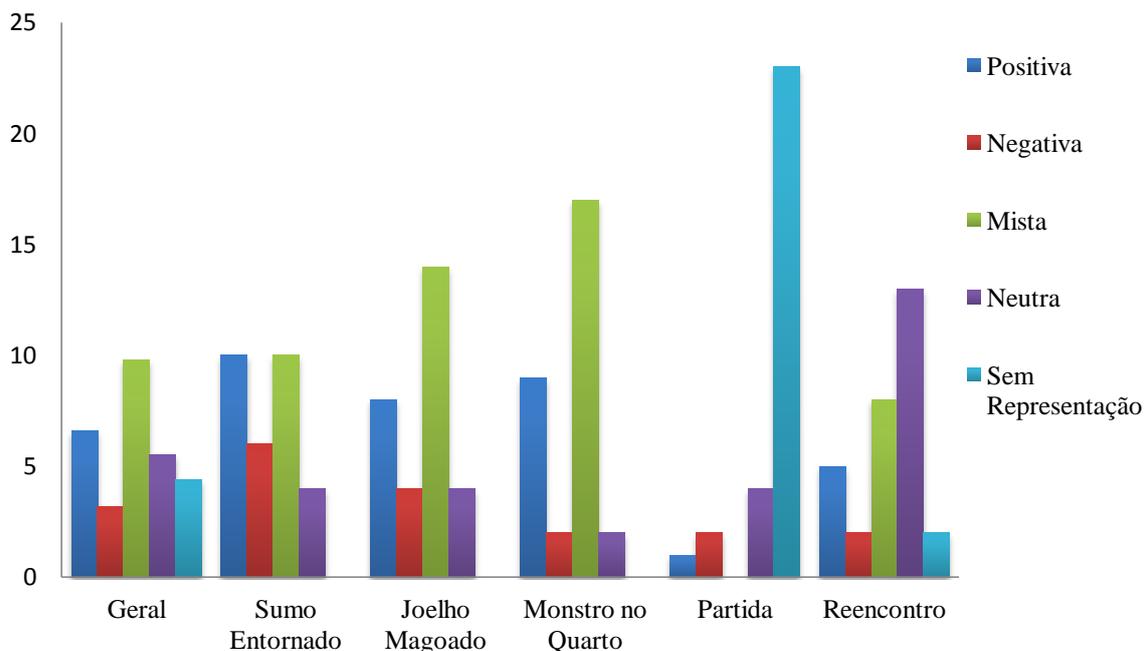


Figura 3: Frequência de representações das crianças sobre as suas figuras parentais, na tarefa de completamento de histórias de vinculação.

Como é possível verificar, quando realizada a média da frequência de utilização das representações parentais (i.e., Geral), a representação mista é a mais utilizada, seguida da positiva, da neutra, da ausência de representação e, por fim, da negativa. Mais especificamente, nas histórias “sumo estornado”, “joelho magoado” e “monstro no quarto” a representação mista é a mais frequente. Tal significa que, nestas histórias, as

crianças tendem a intercalar, nas representações das figuras parentais, comportamentos positivos (e.g., proteção, disponibilidade) e negativos (e.g., disciplina rígida, incompetência). Na história “partida”, como seria de esperar, dado que os pais vão em viagem, a ausência de representação parental apresenta a maior percentagem, sendo seguida pela representação neutra, negativa e positiva. Por fim, na história “reencontro” a maior percentagem corresponde à representação neutra, seguida da representação mista, da positiva, da negativa e da ausência de representação.

2. Relação entre a segurança das representações de vinculação e a história de institucionalização e de adoção das crianças

A Tabela 4 expõe as associações existentes entre as variáveis da história de institucionalização e adoção da criança e a segurança total das suas representações de vinculação.

Tabela 4

Correlações de Pearson e Spearman entre a segurança total e as variáveis da história de institucionalização e adoção da criança.

	1	2	3	4	5
1. Segurança Total	-				
2. Idade de Institucionalização	-.18	-			
3. Tempo na Instituição	.20	.03	-		
4. Idade de Adoção	-.01	.61**	.66**	-	
5. Tempo de Adoção	.68**	-.47**	-.08	-.34	-

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$

Os resultados sugerem que a segurança total [$r = .68$, $p < .01$] se encontra positiva e significativamente relacionada com o tempo de adoção, com efeitos de grande magnitude. Estas variáveis partilham uma variabilidade de 46.24%. Estes resultados

sugerem que quanto mais tempo a criança se encontra integrada na família adotiva mais seguras tendem a ser as suas representações de vinculação.

Os resultados obtidos através da regressão linear simples, com o tempo de adoção como preditor, permitem concluir que o tempo de adoção é, efetivamente, uma variável que prediz significativamente ($B = .044$, $p = .000$) a variância da segurança total [$F(1,28) = 23.67$, $p = .000$, $R^2 = .458$]. Assim, o tempo de adoção parece predizer 45.8% da variância da segurança das representações de vinculação das crianças adotadas.

Para averiguar as possíveis diferenças inter-grupos em termos de segurança das representações de vinculação consoante o tempo de adoção recorreu-se ao teste estatístico não paramétrico *Mann-Whitney U*. Para este efeito a amostra foi dividida em dois grupos, referentes ao tempo de integração das crianças na sua família adotiva (i.e., 18-60 meses e 60-104 meses). Os resultados revelaram a existência de diferenças estatisticamente significativas ($U = 30$, $p = .001$) e de grande magnitude ($r = .62$) entre os grupos.

A análise das médias, apresentadas na Tabela 5, permite verificar que as crianças que se encontram integradas na família há mais de 60 meses apresentam uma média de segurança total superior às crianças integradas na família adotiva há menos de 60 meses.

Tabela 5

Médias de segurança nas representações de vinculação de acordo com o tempo de adoção.

	n	M	DP	Mínimo	Máximo
18-59 meses	17	3.75	1.12	2	6.20
60-104 meses	13	5.52	1.08	3.20	6.60

Considerando estes resultados, expõe-se na figura 3 a frequência de utilização das diferentes representações das figuras parentais consoante as crianças estão integradas na família há mais ou menos de 60 meses.

Como é possível verificar, as crianças que se encontram há menos de 60 meses na família adotiva privilegiaram a utilização de representações mistas das figuras parentais, seguidas de representações neutras. De salientar que, neste grupo, as representações negativas são utilizadas com mais frequência do que as representações positivas.

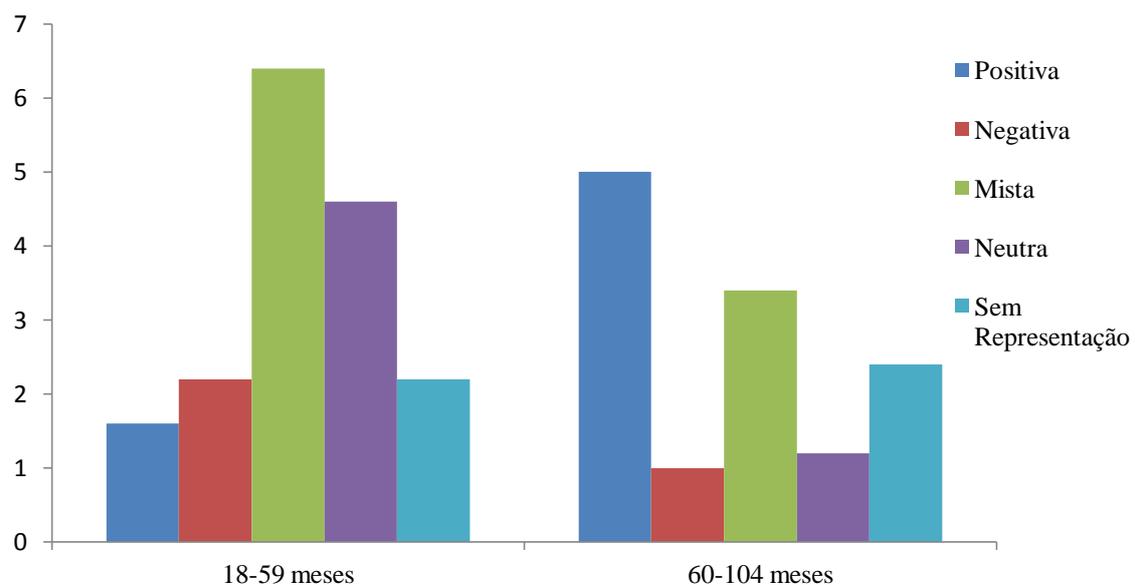


Figura 4: Frequência média de utilização das representações parentais por crianças adotadas há 18-59 meses e 60-104 meses.

Por outro lado, o grupo de crianças integradas na família adotiva há mais de 60 meses parece privilegiar a utilização de representações positivas nas suas narrativas, sendo a frequência de utilização dessas muito superior à frequência de utilização das representações negativas. Verifica-se, contudo, que as representações mistas continuam a ser muito frequentes.

3. Relação entre a segurança das representações de vinculação e as características do sistema familiar adotivo

3.1. Abertura na comunicação

Na Tabela 6 são apresentadas as associações existentes entre as percepções das mães e dos pais da abertura na comunicação pais-filhos e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas.

Tabela 6

Correlações de Spearman referentes à abertura na comunicação e à segurança das representações de vinculação.

	1	2	3
1. Segurança Total	-		
2. Abertura na Comunicação (Mãe)	-.46*	-	
3. Abertura na Comunicação (Pai)	-.21	.60**	-

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$

Os resultados apresentados demonstram que a segurança total se encontra negativa e significativamente relacionada, com efeitos de média magnitude, com a percepção das mães de abertura na comunicação [$r = .46$, $p < .05$]. Estas variáveis partilham uma variabilidade de 21.16%. Tal significa que uma maior abertura na comunicação com as mães está relacionada com uma menor segurança das representações de vinculação das crianças.

Os resultados obtidos através da regressão linear simples, com a comunicação com a mãe como preditor, permitem concluir que a comunicação com mãe é, efetivamente, uma variável que prediz significativamente ($B = -1.34$, $p = .026$) a variância da segurança total [$F(1,27) = 5.57$, $p = .026$, $R^2 = .171$]. Assim, a abertura na comunicação com a mãe parece predizer 17.1% da variância da segurança das representações de vinculação das crianças adotadas.

3.2. Funcionamento familiar

Na Tabela 7 são apresentados os resultados relativos às associações existentes entre as percepções das mães e dos pais de coesão e adaptabilidade do seu sistema familiar e a segurança das representações de vinculação das crianças.

Tabela 7

Correlações de Pearson e Spearman entre as dimensões coesão e adaptabilidade e a segurança das representações de vinculação.

	1	2	3	4	5
1. Segurança Total	-				
Mãe					
2. Coesão	.06	-			
3. Adaptabilidade	.15	.28	-		
Pai					
4. Coesão	-.07	.56**	.19	-	
5. Adaptabilidade	.06	-.00	.34	.01	-

$p < .01^{**}$

Os resultados expostos demonstram que não existem relações estatisticamente significativas, ou de magnitude considerável, entre as dimensões contínuas de adaptabilidade e coesão, percebidas por mães e pais, e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas.

Considerando os resultados alcançados por cada uma das figuras parentais nas dimensões coesão e adaptabilidade, as respetivas famílias foram integradas nas tipologias equilibrada, meio-termo e extrema, conforme apresentado na Tabela 8.

Foi realizado o teste estatístico não paramétrico de *Mann-Whitney U* com o objetivo de averiguar a existência de diferenças estatisticamente significativas na segurança das representações de vinculação em crianças integradas nas duas tipologias percecionadas pelas mães. Os resultados indicam que não existem diferenças significativas ($U = 85.5$, $p = .789$) entre a segurança das representações das crianças integradas num agregado

equilibrado ($M = 4.5$, $DP = 1.57$) e as crianças integradas num agregado meio-termo ($M = 4.69$, $DP = 1.34$).

Tabela 8

Frequências e percentagem relativas às tipologias familiares.

		Mãe		Pai	
		n	%	n	%
Família	Equilibrada	14	51.9	16	64
	Meio-termo	12	48.1	7	28
	Extrema	0	0	2	8

Relativamente às tipologias percecionadas pelos pais, foi realizado o teste estatístico não paramétrico de *Kruskal-Wallis*, que revelou não existirem diferenças estatisticamente significativas ($p = .21$) na segurança das representações de vinculação das crianças integradas em agregados equilibrados ($M = 4.71$, $DP = 1.50$), meio-termo ($M = 5.22$, $DP = .95$) ou extremos ($M = 3.20$, $DP = .57$), embora este último grupo apresente uma média de segurança muito inferior aos restantes.

4. Relação entre a segurança das representações de vinculação e a adaptação das crianças

Na Tabela 9 são apresentados os resultados relativos às associações existentes entre as perceções das mães e dos pais dos problemas de internalização, de externalização e de sono e a segurança das representações de vinculação das crianças.

Os resultados sugerem a existência de uma associação negativa e estatisticamente significativa, com efeitos de média magnitude, entre a perceção das mães relativamente aos problemas de internalização e a segurança das representações de vinculação das

crianças adotadas [$r = .47, p < .05$]. Estas variáveis partilham 22.09% da variabilidade. Desta forma, crianças com representações de vinculação mais seguras parecem possuir menos problemas de internalização.

Tabela 9

Correlações de Pearson e Spearman entre as percepções das mães e dos pais de problemas e a segurança das representações de vinculação das crianças.

	1	2	3	4
1. Segurança Total	-	-.21	-.19	-.15
2. Internalizantes	-.47*	-	.47*	.07
3. Externalizantes	-.16	.52**	-	.25
4. Sono	-.62	.46	.74*	-

$p < .05^*$, $p < .01^{**}$, Na parte superior da tabela (destacada a cinzento) encontram-se os resultados referentes ao pai. Na parte inferior da tabela (a branco) encontram-se os dados referentes à mãe.

Existem, também, uma associação que, embora não significativa ($p = .055$), apresenta um efeito de magnitude elevado, nomeadamente os problemas de sono. A percepção da mãe desses problemas encontra-se associada, com efeitos de grande magnitude, à segurança das representações de vinculação das crianças. Estas variáveis parecem partilhar 38.44% da variabilidade. Tal sugere que existe uma tendência para que crianças com representações de vinculação menos seguras apresentem mais problemas de sono.

Os resultados obtidos através da regressão linear simples, com a segurança total como preditor, permitem concluir que as representações de vinculação predizem significativamente ($B = -2.54, p = .011$) a variância dos problemas de internalização [$F(1,27) = 7.51, p = .011, R^2 = .218$]. Assim, a segurança nas representações de vinculação parece predizer 21.8% da variância dos problemas de internalização.

VII. Discussão dos Resultados

A presente investigação teve como objetivo principal a exploração da influência da história de institucionalização e de adoção, bem como das características da família adotiva nas representações de vinculação das crianças adotadas, e destas representações na sua adaptação. São discutidos, neste capítulo, os principais resultados obtidos, tendo em consideração os objetivos específicos definidos.

1. Caracterização das representações de vinculação das crianças adotadas

Foi definido como primeiro objetivo específico a caracterização das representações de vinculação das crianças adotadas. Para tal foram analisadas as narrativas das crianças na Tarefa de Completamento de Histórias de Vinculação de acordo com os critérios de Maia et al. (2008).

As crianças adotadas, participantes na presente investigação, obtiveram uma pontuação média de segurança de 4.52 ($DP = 1.38$), sugerindo que as suas representações de vinculação se encontram no limiar entre a insegurança (i.e., valores iguais ou inferiores a quatro) e a segurança (i.e., valores iguais ou superiores a 5) (ver Maia et al., 2008).

Estudos realizados em Portugal, que utilizam o mesmo instrumento e sistema de cotação, indicam que a média de segurança das representações de vinculação das crianças integradas em agregados familiares biológicos de classe média, se situa entre os 5.43 (Pinhel et al., 2009) e os 5.53 (Maia, 2011). Por comparação indireta é possível inferir que a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas é inferior à das crianças integradas em agregados biológicos. Estes resultados são congruentes com as investigações que comparam estes grupos (e.g., Rodríguez, 2010; Vorria et al.,

2006), sugerindo que a adversidade precoce e/ou descontinuidade de cuidados têm repercussões nas representações de vinculação das crianças.

Contudo, os resultados de Pinhel et al. (2009) indicam, ainda, que a média de segurança das crianças institucionalizadas em Portugal, participantes nesse estudo, se situa nos 4.08, sendo essa inferior à média obtida pelas crianças adotadas, participantes na presente investigação. Tal parece sugerir que, não obstante o impacto da adversidade precoce e/ou a ausência de integração familiar na vinculação das crianças, a sua colocação em famílias adotivas pode promover um aumento da segurança das suas representações de vinculação.

Estes resultados são congruentes com os resultados obtidos por van den Dries et al. (2009) na meta-análise realizada. Estes autores verificaram que a distribuição das classificações de vinculação difere significativamente entre crianças integradas na família biológica, crianças integradas em famílias adotivas e crianças institucionalizadas. A segurança vinculativa das crianças em famílias biológicas tem uma prevalência de 62%. Nas crianças adotadas os autores verificaram uma prevalência de 47% e, por fim, uma prevalência de apenas 11% para as crianças institucionalizadas.

A análise específica da segurança face a cada história sugere que as crianças tendem a possuir representações de vinculação mais seguras⁵ no que se refere à relação de autoridade com a figura de vinculação e à disponibilidade dessa para as auxiliar em situações de medo, obtendo estas histórias médias indicadoras de alguma segurança nas representações de vinculação.

Estes resultados podem dever-se ao facto de as crianças encontrarem na família adotiva condutas e práticas que não confirmam as possíveis representações inseguras que parecem ser previamente construídas em relação às figuras de autoridade e de

⁵ As crianças obtiveram médias de segurança mais elevadas nas histórias “monstro no quarto” e “sumo entornado”.

proteção. Em concordância com esta premissa, várias investigações têm vindo a verificar que, por comparação às famílias tradicionais, com filhos biológicos, as famílias adotivas caracterizam-se por estilos parentais mais afetivos, comunicativos e indutivos (e.g., Muñoz, Rebollo, Fernandez–Molina, & Morán, 2007; Nunes, 2008; Palacios & Sánchez, 1996).

Palacios e Sánchez (1996) verificaram que 94% dos pais adotivos, participantes na investigação, acreditavam ser importante a existência de normas e 83% acreditavam que essas normas deviam estar presentes desde muito cedo. Contudo, os autores verificaram, também, que as práticas desses pais tendiam a ser essencialmente marcadas pelo afeto positivo.

Complementarmente, investigações comparativas entre crianças e adolescentes adotados e não adotados têm verificado que os primeiros caracterizam os pais como significativamente mais afetivos, previsíveis, preocupados com a proteção e disponíveis para os auxiliar (Marquis & Detweiler, 1984).

Em suma, o conjunto de características familiares associadas aos pais adotivos na sua relação com os filhos podem, eventualmente, assumir efeitos compensatórios relativamente às representações mais inseguras que parecem caracterizar as crianças em situação de institucionalização.

Por outro lado, os temas relacionados com o auxílio em situações de dor e sofrimento e a separação e reencontro das figuras parentais apresentaram as médias mais baixas⁶, indicadoras de insegurança nas representações de vinculação.

No que concerne à história “joelho magoado”, onde se pretende verificar o comportamento das figuras de vinculação face à dor e sofrimento da criança, foi obtida uma média indicativa de alguma insegurança. Considerando os resultados da

⁶ As crianças obtiveram médias de segurança mais baixas nas histórias “joelho magoado”, “reencontro” e “partida”.

investigação de Marquis e Detweiler (1984), em que os pais adotivos são caracterizados pelos seus filhos como mais preocupados com a proteção e mais disponíveis para os auxiliar, estes resultados parecem contraditórios.

Uma possível explicação para este resultado é a incrível autonomia que as crianças, mesmo muito pequenas, trazem para a sua família adotiva. De acordo com Schofield e Beek (2010) as crianças desenvolvem estratégias de sobrevivência quando são expostas a situações adversas ou de perigo. Assim, as crianças que desde cedo sentiram que as suas figuras de vinculação não cuidavam ou se preocupavam com as suas necessidades tendem a aprender a funcionar de forma autónoma.

Quando estas crianças são integradas em famílias adotivas demonstram o mesmo padrão de funcionamento, geralmente rejeitando cuidados em várias áreas. Para os pais adotivos, tal é, geralmente, observado como um sinal de maturação e competência da criança, o que é reforçado (Schofield & Beek, 2010).

Schofield e Beek (2010) referem que uma das áreas em que se verifica este padrão é, precisamente, nos cuidados quando a criança se magoa, sendo frequente a mesma verbalizar que não precisa de nada. As autoras acrescentam, ainda, que estas crianças tendem a expressar os sentimentos negativos que experimentam por sentirem que ninguém cuida de si em situações de brincadeira imaginária, através da violência.

Embora esta possa constituir-se numa explicação plausível, a compreensão destes resultados está largamente dependente da análise dos temas privilegiados pelas crianças nesta história, apurando qual o comportamento específico de todas as personagens em relação ao problema levantado.

Relativamente às histórias “partida” e “reencontro”, os resultados parecem sugerir que as questões do abandono, perda e/ou da rejeição, inerentes a qualquer processo de

adoção (Mundaca, Rayo, & Diaz, 2000), continuam presentes nas representações das crianças, mesmo após a sua integração numa família adotiva.

De acordo com Erikson (1976), no primeiro estágio de desenvolvimento psicossocial a criança é confrontada com as questões da confiança/segurança, em relação a si própria e ao mundo que a rodeia. A resolução da dicotomia confiança/desconfiança irá formar as bases que guiarão a relação da criança consigo e com os outros, em todas as outras fases da sua vida, de tal forma que crianças que são separadas ou abandonadas poderão ver os seus sentimentos de confiança severamente comprometidos.

De acordo com Brinich (1990), o abandono precoce faz com que a criança perca, desde muito cedo, a fantasia de sempre foi e sempre será amada e desejada pelas figuras significativas.

Para Verrier (2009) a terminologia “*primal wound*” (i.e., primeira ferida) refere-se aos sentimentos de abandono e perda que as crianças adotadas experienciam, ao longo da sua vida, a um nível inconsciente.

Noy-Sharav (2002) salientou, a este propósito, que uma das consequências psíquicas do abandono é o aumento da sensibilidade às separações que, de acordo com Brinich (2005), fazem emergir antigos conflitos e ansiedades. O medo do abandono parece persistir na psique das crianças adotadas, influenciando a forma como as mesmas compreendem as situações de separação (Soll, 2000).

Verrier (2009) refere que é também comum as crianças projetarem na mãe adotiva a mãe abandonante, confundindo ambas. Stone (1972) reconhece que mesmo que isso não aconteça a criança é, muitas vezes, invadida por pensamentos ansiosos do tipo “*se já fui abandonada uma vez pode acontecer novamente*”.

Estes receios parecem repercutir-se no que os autores definem como a ansiedade da separação, ou seja, um estado emocional onde emergem sentimentos negativos (e.g., perda, solidão, tristeza) e fantasias de abandono quando a criança é confrontada com uma separação física das suas figuras de vinculação (Cassidy & Shaver, 2008). Isto significa que as crianças que experienciaram alguma situação de abandono parecem desenvolver uma estratégia de hiper-vigilância, em relação a qualquer sinal que as alerte para uma nova situação de abandono (Cassidy & Berlin, 1994; Verrier, 2009).

No que concerne às representações das crianças acerca das suas figuras parentais, os resultados demonstram que a representação mista é, em média, a mais utilizada pelas crianças nas suas narrativas. Isto significa que as crianças tendem a incluir numa mesma história figuras parentais com comportamentos de auxílio, afeto, proteção, disciplina assertividade e, simultaneamente, comportamentos de agressão, rejeição, disciplina rígida, vulnerabilidade e incompetência.

Estes resultados parecem corroborar os resultados obtidos por Hodges et al. (2005) e Steele et al. (2010) numa investigação com crianças adotadas no Reino Unido. Os autores verificaram a coexistência de representações positivas e negativas nos modelos internos dinâmicos das crianças adotadas, mesmo dois anos após a adoção.

De acordo com Hodges et al. (2005) e Rodríguez (2010) a consolidação dos conteúdos positivos e a estabilidade verificada nos conteúdos negativos, no âmbito das representações de vinculação, sugere que esse é um processo complexo e heterogêneo. Os autores afirmam que as representações positivas/seguras desenvolvidas após a integração na família adotiva não substituem as representações negativas/inseguras já existentes, passando essas representações a competir entre si.

Esta tendência parece indicar que as representações desenvolvidas anteriormente, e as consequentes expectativas e percepções relacionais do sujeito em relação a si próprio e

aos outros permanecem como fatores de vulnerabilidade, podendo ser desencadeadas/evocadas por acontecimentos ou interações que pareçam confirmar a sua validade (Hodges et al., 2005).

De salientar, ainda, a predominância das representações positivas sobre as representações negativas, na média total e em todas as histórias à exceção da “partida” que, como supra explorado, poderá apresentar particularidades específicas para as crianças adotadas, devido à sua própria história de vida.

Estes resultados parecem extremamente relevantes quando aludimos ao facto das investigações conduzidas com crianças provenientes de ambientes de risco (e.g., vítimas de maus-tratos ou negligência e integradas em instituições de acolhimento) salientarem a predominância de representações das figuras parentais como pouco responsivas, negligentes e, frequentemente, agressivas (e.g., Macfie et al., 1999; Pinhel et al., 2009; Torres et al., 2012).

Considerando que as crianças adotadas estiveram, num maior ou menor espaço de tempo, integradas nesses ambientes, estes resultados parecem salientar a influência positiva da integração numa família adotiva nos modelos internos dinâmicos, a partir do aumento das suas representações positivas, em condordância com os resultados obtidos por Hodges et al. (2005) e Steele et al. (2010).

Por fim, os resultados também indicaram a utilização frequente de representações neutras, indicativas de que as crianças, embora não caracterizem explicitamente de forma negativa as figuras parentais, também não as utilizam como fonte de auxílio e proteção. Estes resultados são particularmente evidentes nas histórias “partida” e “reencontro”, onde as representações neutras se apresentam como as mais frequentes⁷.

⁷ A ausência de representação observada na história da partida foi excluída desta comparação, dado que nessas situações as figuras parentais estiveram forçosamente ausentes da história, como seria de esperar.

A representação neutra significa que os pais estão fisicamente presentes na história, contudo, a criança não os utiliza como figuras de segurança ou proteção. De acordo com Schofield e Beek. (2010) as crianças que desenvolveram vinculações inseguras devido a situações de negligência, maus-tratos ou abandono tendem a desenvolver a percepção de que apenas podem confiar em si próprias. Este é um padrão frequente nas crianças adotadas que demonstram, frequentemente, na família adotiva autonomia na satisfação das suas necessidades.

Desta forma, estes resultados parecem confirmar o fator de vulnerabilidade que Hodges et al. (2005) atribuem à manutenção das representações desenvolvidas antes da adoção. Assim, as situações de separação física poderão significar, para a criança, uma confirmação de um novo abandono, o que se repercute na emersão de representações inseguras e utilização, subsequente, das estratégias anteriormente desenvolvidas, nomeadamente a autonomia face às figuras parentais.

2. Relação entre a segurança das representações de vinculação e a história de institucionalização e de adoção das crianças

Foi definido como objetivo específico, na presente investigação, explorar a relação entre as representações de vinculação das crianças adotadas, a sua história de institucionalização (i.e., idade e tempo de institucionalização) e a sua história de adoção (i.e., idade e tempo de adoção).

Os resultados obtidos sugerem que apenas o tempo de adoção se encontra associado à segurança das representações de vinculação das crianças adotadas, tendo-se verificado que a segurança das representações de vinculação aumenta com o tempo de integração da criança na família adotiva, corroborando resultados de investigações prévias (e.g., Chisholm, 1998; Hodges et al., 2005; Rodríguez, 2010; Steele et al., 2010). Estes

resultados refletem a capacidade de atualização dos modelos internos dinâmicos, quando o contexto de desenvolvimento é alterado de forma significativa.

De acordo com Hodges et al. (2005) esta tendência verifica-se porque a criança, confrontando-se com a disponibilidade e sensibilidade das figuras de vinculação, irá desconfirmando paulatinamente as expectativas negativas que possui, alterando o foco de atenção para os aspetos positivos da relação, o que, por sua vez, auxiliará uma recuperação gradual da segurança das representações de vinculação.

Os resultados da presente investigação reforçam precisamente o fator progressivo dessa recuperação, demonstrando que a segurança das representações de vinculação aumenta ao longo dos anos, sendo a partir do quinto ano de permanência na família adotiva que se verificam as mudanças mais acentuadas. A partir dos 60 meses de integração familiar as crianças participantes apresentam uma média de segurança de 5.52 ($DP = 1.12$), o que indica segurança nas suas representações de vinculação (ver Maia et al., 2008). De realçar, ainda, que esta média é muito semelhante às encontradas, em Portugal, com crianças integradas em agregados biológicos, por Pinhel et al. (2009) (i.e., $M = 5.43$) e Maia (2011) (i.e., $M = 5.53$), o que sugere uma recuperação a nível sócio-emocional, após um período de, pelo menos, cinco anos com a família adotiva.

À semelhança dos resultados encontrados por Hodges et al. (2005) e Steele et al. (2010), também na presente investigação se verificou um aumento das representações positivas das figuras parentais, quando comparado o grupo de crianças integradas na família adotiva há menos e há mais de 60 meses. Observou-se igualmente a continuação de uma utilização frequente das representações mistas, ou seja, a caracterização de pais como contendo aspetos positivos e negativos em simultâneo.

Román e Palacios (2010) referem, a este propósito, e reforçando o que já foi explorado, que a reestruturação dos modelos internos dinâmicos dá-se através de um

processo lento e complexo, que consiste em mais do que uma simples substituição de esquemas. Para os autores este processo requer o desenvolvimento de esquemas mais complexos e elaborados, em que as representações preexistentes acomodam a nova informação discrepante, verificando-se, como supra explorado, a existência de uma concorrência entre os modelos desenvolvidos antes e depois da integração da criança na família adotiva.

Assim, o facto de as crianças adotadas há mais de 60 meses parecerem privilegiar a utilização de representações mais positivas das figuras parentais e terem evoluído significativamente ao nível da segurança das mesmas, poderá estar relacionado com o facto de na família adotiva as expectativas de abandono, de não responsividade, de indisponibilidade para proteção e auxílio serem consistentemente desconfirmadas ao longo do tempo. Esta desconfirmação poderá ocorrer através da atuação responsiva, sensível e protetora dos pais adotivos e da inexistência de eventos ou pistas que desencadeiem a vulnerabilidade (i.e., representações negativas e inseguras, de acordo com Hodges et al. 2005). Desta forma, as crianças parecem crescentemente recorrer a representações mais seguras para lidar com questões de vinculação quotidianas e de desenvolvimento. Contudo, a frequência de utilização de representações mistas sugere também, a permanência de aspetos subjacentes às representações negativas e inseguras.

Corroborando a complexidade atribuída à atualização dos modelos internos dinâmicos, Rodríguez (2010) verificou que, ao fim de três anos de integração nas famílias adotivas as crianças não apresentava, diferenças significativas em termos cognitivos e de comportamentos de vinculação, comparativamente com crianças integradas desde a nascença na sua família biológica. Contudo, e embora se tenham verificado evoluções positivas nas crianças adotadas, prevaleciam as diferenças significativas, entre esses grupos, ao nível das representações de vinculação.

De acordo com o autor, e reforçando os resultados obtidos na presente investigação, tal não significa que as representações de vinculação estejam “condenadas” a permanecer inalteráveis, mas, sim, que a sua atualização se prolonga por um período mais longo.

Contrariamente ao tempo de adoção, os resultados demonstraram que as idades de institucionalização e de adoção e o tempo que a criança permaneceu na instituição de acolhimento temporário não se relacionam, de forma significativa, com a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas. Estes resultados parecem contradizer as principais evidências empíricas, que salientam os efeitos nefastos da experiência de institucionalização e da adoção tardia no desenvolvimento socio-emocional das crianças (e.g., Chisholm, 1998; Hodges et al., 2005; Juffer et al., 2008; Lee et al., 2010; O’Connor et al., 2001; Steele et al., 2010).

Tal como sugerido por Dozier et al. (2001) é importante analisar os resultados atendendo às características específicas da amostra considerada. Neste sentido, importa salientar que as crianças participantes nesta investigação, em média, foram institucionalizadas aos 5 meses, permaneceram 17 meses na instituição de acolhimento e foram adotadas antes dos 24 meses. Isto significa que, no geral, as crianças vivenciaram experiências (adversas) na família biológica e/ou nas instituições de acolhimento antes de completarem os 2 anos de idade.

Se considerarmos o pressuposto de Collins e Allard (2003) de que os modelos internos dinâmicos se encontram mais permeáveis a atualizações e alterações nos primeiros anos de vida, caso os cuidados parentais se alterarem significativamente, os resultados alcançados podem estar a refletir essa plasticidade e adaptação precoce à descontinuidade vinculativa nas histórias de vida destas crianças. Adicionalmente, a pouca variabilidade das características dos participantes no que diz respeito a estes

aspectos em particular (i.e., idades de institucionalização e de adoção e o tempo de institucionalização), poderá eventualmente camuflar possíveis efeitos nefastos expectáveis

Importa atender ao facto de que é apenas a partir dos três anos, sensivelmente, quando a criança adquire novas competências cognitivas, linguísticas e motoras, que se dá uma generalização mais efetiva dos esquemas que, por sua vez, dão origem a representações cada vez mais abstratas acerca do *self* e do mundo social que rodeia a criança (Bretherton et al., 1990; Shaver et al., 1996).

Antes disto, as representações que a criança possuía referiam-se, essencialmente, às informações disponíveis acerca da sua relação com a figura de vinculação, e baseavam-se numa rede de imagens específicas (Bretherton et al., 1990; Marvin & Britner, 2008).

De acordo com Bretherton (2008) a generalização das representações, acompanhada por um maior automatismo na sua utilização, parece associar-se a uma maior dificuldade de atualização dos modelos internos dinâmicos.

A confrontação dos resultados obtidos na presente investigação com estas premissas parece sugerir que, pelo menos, até aos 24 meses os possíveis efeitos nefastos das experiências negativas nos modelos internos dinâmicos podem ser revertidos, quando a criança é integrada numa família cujo padrão de cuidados se prevê mais estável e profícuo. Nesta fase, a criança terá a oportunidade de construir também representações específicas acerca da relação com as suas novas figuras de vinculação, esperando-se que, mais tarde, estas sejam generalizadas, dando origem a representações mais positivas e seguras do *self* e das relações.

Neste domínio Mclean (2003) afirma que o impacto negativo da institucionalização tem efeitos mais nefastos quando é agregado a fatores de risco no contexto pós-institucional. Admitindo que o contexto familiar adotivo é caracterizado por uma maior

estabilidade ao nível das relações e dos cuidados prestados às crianças, comparativamente com o contexto institucional ou das famílias biológicas de risco, esse poderá constituir-se num fator protetor que contribui para a diminuição dos efeitos das experiências negativas precoces sobre as representações de vinculação das crianças.

A revisão da literatura realizada por Zeanah, Gunnar, McCall, Kreppner e Fox (2012), a partir das principais investigações na área da adoção, salienta a existência de resultados que corroboram o supra mencionado. Os autores debruçaram-se sobre a análise dos períodos sensíveis para o desenvolvimento das crianças após a exposição à adversidade precoce, tendo verificado que os efeitos da mesma tendem a desaparecer quando as crianças se encontram integradas, há algum tempo, em famílias adotivas. Neste domínio, são destacados os resultados da investigação longitudinal de Fox, Almas, Degnan, Nelson e Zeanah (2011). Os autores avaliaram o quociente intelectual e a vinculação de crianças que estiveram institucionalizadas e foram adotadas entre os 7 e os 33 meses de idade, tendo verificado que, ao contrário do que ocorria nessas idades, aos oito anos a experiência de institucionalização e a idade de adoção já não se relacionavam significativamente com os resultados desenvolvimentais das crianças.

Para além da consideração das características da presente amostra parece também importante atender às características específicas da “adversidade precoce”. Isto significa que é importante perceber os resultados obtidos tendo em consideração as características culturais e as práticas adotadas nas instituições de acolhimento temporário em que as crianças participantes nas diversas investigações, incluindo na presente, estiveram integradas.

Os participantes de grande parte das investigações subordinadas à identificação dos efeitos da institucionalização no desenvolvimento socio-emocional das crianças integradas em famílias adotivas são crianças oriundas de orfanatos romenos, adotadas

por famílias de países como o Reino Unido, os Estados Unidos da América, a Holanda ou o Canadá (e.g., Chisholm, 1996; Juffer & Rosenboom, 1997; O'Connor et al., 1999; O'Connor et al., 2003; Zeanah, Smyke, & Dumitrescu, 2002).

As políticas sociais vigentes e os severos problemas económicos com que a Roménia se deparou nos anos 80 resultaram na institucionalização de mais de 65 mil crianças (Chugani et al., 2001). A colocação massiva de crianças em orfanatos culminou na sua lotação e subseqüente negligência profunda dos seus cuidados. Vários autores reportaram a inexistência de estimulação, nutrição adequada, cuidados de saúde, bem como, a quase ausência de interações pessoais, passando as crianças cerca de 20 horas diárias nos seus berços, e o baixo rácio crianças-cuidadores (i.e., 10:1, para crianças com menos de três anos e de 20:1, para crianças com mais de três anos) como características desses orfanatos (Ames & Carter, 1992; Fisher, Ames, Chisholm, & Savoie, 1997; Gunnar, van Dulmen, & The International Adoption Project Team, 2007; McMullan & Fisher, 1992).

Tizard e Tizard (1974), ao contrário do que é veiculado por muitos investigadores, afirmam que a institucionalização é uma prática que não tem necessariamente que ser prejudicial para as crianças, sendo a dimensão desses efeitos determinada por variáveis relacionadas com o ambiente institucional e por arranjos organizacionais facilitadores da interação criança - funcionários.

Assim, seria importante escortinar os resultados obtidos na presente investigação atendendo às características ambientais e relacionais das instituições de acolhimento em que as crianças participantes foram integradas antes de serem adotadas.

Alguns autores sugerem, ainda, que a falta de consistência verificada na identificação dos resultados das experiências de institucionalização e de adoção sobre o desenvolvimento cognitivo, físico e socio-emocional das crianças é sugestivo de que

essas experiências atuam de forma indireta. Ou seja, esses fatores poderão influenciar a vinculação a partir do seu impacto no tempo que a segurança na vinculação leva a consolidar-se, quando a criança é integrada numa família adotiva (Dozier et al., 2001; Rodríguez, 2010).

Utilizando uma metodologia de diário para estudar os comportamentos de vinculação de crianças adotadas com diferentes idades, Stovall e Dozier (2000) obtiveram resultados congruentes com esta premissa. Os autores compararam ao longo dos 60 dias procedentes à colocação das crianças numa família de acolhimento (i.e., “*foster care*”, designação norte americana), dois grupos de crianças colocadas, respetivamente, entre os 6 os 12 meses e entre os 12 e os 20 meses. Os resultados demonstraram que no grupo de crianças colocadas entre os 6 e os 12 meses os comportamentos de vinculação seguros emergiam, de forma mais consistente, ao fim de duas semanas de colocação. Por outro lado, nas crianças colocadas após os 12 meses, tal só se verificava ao fim de, sensivelmente, dois meses.

Embora estes autores não tenham estudado especificamente as representações de vinculação, sabe-se que estes dois constructos se encontram relacionados (e.g., Silva et al., 2008), pelo que, se poderá inferir que com as representações de vinculação o processo de desenvolvimento poderá ser bastante semelhante.

3. Relação entre a segurança das representações de vinculação e as características do sistema familiar adotivo

Complementarmente à identificação de fatores promotores de segurança emocional na história de institucionalização e adoção da criança, também se constituiu como objetivo específico explorar a associação entre as representações de vinculação das crianças adotadas e as características do seu sistema familiar adotivo, mais

especificamente, a abertura na comunicação pais-filhos e a coesão e adaptabilidade familiar.

No que concerne à abertura na comunicação pais-filhos, os resultados alcançados sugerem que uma maior abertura na comunicação entre as mães e os seus filhos se associa a representações de vinculação menos seguras. Esta tendência parece, à primeira vista, contraditória com os principais resultados veiculados pela investigação nesta área, que salientam a importância de ser mantida uma comunicação aberta e fluída no desenvolvimento de modelos internos dinâmicos mais acessíveis, coerentes e seguros (e.g., Bretherton, 1991, 1993; Thompson, 2006).

Contudo, as investigações também realçam a necessidade de que esse diálogo seja emocionalmente aberto, ou seja, que as crianças sejam encorajadas a expressarem, também, as suas emoções e pensamentos, existindo espaço para abordar naturalmente as emoções negativas, de forma a dar-lhes um significado menos confuso e perturbador (Cyr, Dubois-Comtois, & Moss, 2008; Dubois-Comtois, Cyr, & Moss, 2011; Thompson, Laible, & Ontai, 2003).

Diversas investigações têm vindo a sugerir que, mais do que a abertura na comunicação, é o estilo de comunicação que os pais utilizam que prediz a construção de modelos internos dinâmicos coerentes e seguros. Este facto poderá estar na base dos resultados alcançados na presente investigação, dado que o instrumento utilizado apenas permite explorar se é frequente os pais falarem com os seus filhos e se existe abertura para comunicar acerca de várias temáticas, não permitindo apurar qual o estilo comunicacional que os pais empregam nas conversas com os seus filhos. Dá-se, assim, significado à expressão “falar muito não significa falar bem”.

Numa investigação recente, Dubois-comtois et al. (2011) verificaram que as crianças tendem a apresentar representações de vinculação mais inseguras quando o

estilo de comunicação pais-filhos é caracterizado ou pelo exagero de emoções positivas e negativas, sendo as emoções expressas, geralmente, incoerentes, o que promove na criança incerteza relativamente ao surgimento de estados emocionais, ou pela minimização da informação afetiva, através da repressão ou evitamento de trocas emocionais (e.g., mudança de assunto ou mudança da direção da atenção para outros estímulos).

Neste sentido, para compreender os resultados obtidos nesta investigação seria importante verificar de que forma os pais, no geral, lidam com as emoções positivas e negativas no contexto comunicacional. Podemos inferir que uma família em que a comunicação é aberta (i.e., mais frequente e sobre mais temáticas), mas em que os pais adotam estilos de exagero ou minimização do conteúdo emocional nas conversas com os seus filhos promovem, nesses, maior insegurança emocional.

No contexto da adoção estes factos podem tomar uma importância superior, na medida em que é necessário introduzir no processo comunicacional a revelação acerca da adoção e do passado da criança. Considerando que a comunicação de natureza afetiva auxilia a criança na reorganização do conteúdo das suas representações de vinculação (Cyr, Dubois-Comtois, & Moss, 2008), o exagero ou a minimização das emoções e sentimentos da criança face ao que é revelado poderá ter efeitos nefastos a nível sócio-emocional.

Neste domínio, Kaye (1990) verificou que nas famílias em que existe uma elevada abertura na comunicação acerca da adoção, mas em que as diferenças face a outras famílias são severamente negadas ou, por outro lado, são excessivamente sobrevalorizadas, fomentam um clima disfuncional de interação, que se repercute no ajustamento da criança ou do jovem.

Grossman (1999) refere, a propósito da comunicação acerca de experiências traumáticas, que os pais que formulam explicações ilusórias ou que ridicularizam (i.e., tentam aligeirar ou gozam efetivamente) esses eventos, não auxiliam as crianças a darem significado ao seu mundo, deixando-as “sozinhas com os seus medos”, o que se poderá refletir em modelos internos dinâmicos mais inseguros.

É de salientar, ainda, o facto de na presente investigação apenas se terem verificado resultados significativos para a perceção das mães de abertura na comunicação com os filhos. Na investigação de Pasalich et al. (2012), acerca do impacto da comunicação emocional entre pais e filhos nos problemas de comportamento das crianças, também os pais (i.e., os progenitores masculinos) obtiveram associações consistentemente não significativas e com baixos efeitos de magnitude. Os autores sugerem que estes resultados se devem ao facto de a comunicação emocional estar mais relacionada com o estilo comunicacional das mulheres. Em concordância com essa premissa Dosser, Balswick e Halverson (1983) verificaram que as mulheres tendem a falar mais acerca dos aspetos emocionais das experiências.

Estes resultados podem, também, estar relacionados com a própria tarefa de comunicação em torno da adoção. Investigações com famílias adotivas portuguesas demonstram que apenas em cerca de 5% dos casos é o pai que conversa com a criança acerca da adoção (Ferreira, 2010; Soares, 2009), sendo que na perspetiva das crianças 22.4% das figuras parentais masculinas se recusam a falar acerca de adoção. Considerando o impacto de falar acerca das experiências emocionais passadas na forma como a criança as interpreta (Fivush, Brotman, Buckner, & Goodman, 2000) e integra nos seus modelos internos dinâmicos (Grossman, 1999), o facto de a comunicação acerca da adoção se realizar, mais frequentemente, com as mães poderá fazer com que a

comunicação com essas tenha um maior impacto nas representações de vinculação das crianças.

Relativamente ao funcionamento familiar, os resultados da presente indicaram a inexistência de relações significativas entre a coesão e a adaptabilidade familiar e a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas, contrariamente aos resultados que salientam a importância destas variáveis no desenvolvimento socio-emocional das crianças (e.g., Gabardino et al., 1984; Kerig, 1995; Stevenson-Hinde, 1990). As análises estatísticas efetuadas demonstraram, ainda, não existirem diferenças significativas ao nível da segurança das representações de vinculação das crianças integradas nas várias tipologias familiares.

Em parte, estes resultados poderão estar relacionados com o facto de existirem poucas famílias com níveis de coesão e adaptabilidade desadequados (i.e., famílias extremas), de acordo com a perceção das mães (nenhuma família extrema) e dos pais (duas famílias extremas). Isto porque, de acordo com Machado, Castro, Fonseca e Queiroz (2008) são as interações na tipologia extrema que se associam à insegurança na vinculação.

Esta premissa verifica-se, embora não significativamente, quando verificamos que a segurança das crianças integradas em famílias extremas (de acordo com a perceção do pai) apresentam uma média de segurança das representações de vinculação de 3.20 ($DP = .57$), enquanto que nas famílias equilibradas e meio-termo, as médias se situaram nos 4.40 ($DP = 1.45$) e 5.09 ($DP = 1.09$), respetivamente. A não identificação de diferenças estatisticamente significativas poderá dever-se ao facto de apenas existirem duas famílias de tipo extremo.

Outra explicação para estes resultados poderá residir nas características da amostra. A única investigação conhecida que associe estes constructos numa amostra de famílias

adotivas é a de Houlihan (2010), que também verificou a inexistência de correlações estatisticamente significativas entre a coesão e a adaptabilidade familiar e o padrão de vinculação das crianças adotadas internacionalmente.

A escassez de investigações que associem estas variáveis em famílias adotivas dificulta a interpretação destes resultados. Contudo, a tendência encontrada por Houlihan (2010), aliada ao facto de as representações de vinculação parecerem evoluir de forma mais complexa do que os padrões de vinculação, poderá sugerir que no contexto adotivo, onde várias outras variáveis assumem elevada relevância (e.g., tempo de permanência na famílias), a coesão e a adaptabilidade não contribuem de forma significativa para a atualização das representações de vinculação. Esta premissa necessita, contudo, de ser confirmada através do aumento da investigação nesta área.

4. Relação entre a segurança das representações de vinculação e a adaptação das crianças

O último objetivo específico da presente investigação relacionava-se com a análise de associações entre as representações de vinculação das crianças adotadas e a sua adaptação, a nível internalizante e externalizante. Dada a elevada relevância atribuída às questões da separação no contexto da família adotiva, foi, ainda, explorada a relação entre as representações de vinculação e os problemas de sono.

Os resultados demonstraram que quanto mais seguras são as representações de vinculação das crianças adotadas menores tendem a ser os seus problemas de internalização e de sono. As representações de vinculação constituíram-se, ainda, num preditor significativo dos problemas de internalização.

É, contudo, importante salientar que estes resultados apenas se verificaram significativos quando considerada a perceção das mães (i.e., figura parental feminina)

acerca dos problemas dos filhos. Miljkovitch et al. (2007) verificaram a mesma tendência na sua investigação, sugerindo que estes resultados se poderão dever ao facto de as mães estarem, tendencialmente, num contacto mais próximo com as crianças, especialmente quando essas são mais novas. Este padrão poderá facilitar, para as mães, a identificação de comportamentos e da sua frequência de ocorrência.

Os resultados obtidos parecem corroborar a evidência empírica que sugere a existência de associação entre a vinculação e os problemas de internalização (e.g., Allen et al., 1998; Futh, et al., 2008; Hardy, 2007; Jacobsen & Hofmann, 1997; Lyons-Ruth, Easterbroks, & Cibelli, 1997; Wood et al., 2004).

De acordo com Miljkovitch, Pierrehumbert e Halfron (2007), a influência das representações de vinculação sobre os problemas de internalização processa-se a partir da capacidade da criança para regular as emoções, no confronto com as situações, através de processos representacionais. Assim, representações seguras, caracterizadas pela confiança na disponibilidade dos cuidadores para providenciarem proteção e auxílio, permitem uma regulação eficiente das emoções o que, por sua vez, previne o desenvolvimento de níveis disfuncionais de afeto negativo.

Miljkovitch et al. (2007) salientam que quando as crianças experimentam, de forma repetitiva, insucesso na procura de proximidade física, proteção ou auxílio, junto das suas figuras de vinculação, não se sentem seguras e, como tal, desenvolvem estratégias secundárias que lhes permitem funcionar num meio pouco seguro. Desta forma, algumas crianças aprendem a exagerar os seus sinais, hiper ativando o seu sistema de vinculação. Pelo contrário, outras crianças desativam esse sistema (Cassidy & Kobak, 1988). Nestes casos, a regulação das emoções dá-se através da modificação de estratégias de acordo com a situação (Gross, 1999). Contudo, este processo torna-se desadaptativo na medida em que condiciona a forma como a informação é processada e,

consequentemente, influencia negativamente o desenvolvimento de processos representacionais para lidar com o *distress* (Miljkovitch et al., 2007).

Outros autores realçam, ainda, o impacto indireto das representações de vinculação sobre os problemas de internalização (Cassidy et al., 1996; Weinfel et al., 2008), nomeadamente, através da sua influência na autoestima dos indivíduos. Assim, crianças que realizam uma avaliação negativa das suas capacidades, que reflete representações de vinculação em que o *self* é visto como incapaz e não merecedor de ver as suas necessidades de vinculação satisfeitas, tendem a aumentar os seus estados de ansiedade, depressão e isolamento.

No que concerne aos problemas de sono, os resultados alcançados sugerem a existência de uma relação entre esses e as representações de vinculação das crianças adotadas, corroborando os resultados de outras investigações (e.g., Morrell & Steele, 2003, Scher, 2001, Vaughn et al., 2011).

O sono e a vinculação são importantes reguladores biopsicossociais do desenvolvimento e das funções adaptativas das crianças, pelo que, se tem vindo a verificar um aumento substancial da literatura empírica que sugere que estes dois sistemas se encontram relacionados (Vaughn et al., 2011).

Dormir envolve, para as crianças, uma inevitável separação física dos seus pais e uma perda total de controlo sobre o mundo que as rodeia (Scher, 2001). De acordo com Scher (2001) é precisamente devido ao fator separação, e à ansiedade e sentimento de impotência inerentes, que as crianças com representações inseguras de vinculação tendem a apresentar mais problemas de sono.

Assim, as crianças que possuem representações de vinculação mais seguras tendem a estar confiantes acerca da disponibilidade das figuras de vinculação para as auxiliarem em situações de perigo. Isto permite que estas crianças baixem, mais facilmente, os seus

níveis de ansiedade quando lhes é pedido que percam o controlo sobre o ambiente que as rodeia. Por outro lado, as crianças que construíram representações de vinculação mais inseguras e desorganizadas têm dificuldade em confiar na disponibilidade das suas figuras de vinculação para as protegerem, pelo se esforçam por manter a proximidade física e por não perder o controlo do ambiente que os rodeia através do sono (Brisch, 2006).

Este pode ser um aspeto de particular importância no contexto da adoção, onde as crianças já experienciaram, pelo menos, um episódio de separação ou abandono das suas figuras de vinculação, tornando-se mais alerta para essas situações, no sentido de evitar subsequentes abandonos (Archer, 1999), como supra explorado. De acordo com Hopkins-Best (1998) os problemas de sono são os mais referenciados pelos pais de crianças adotadas internacionalmente. Bishop (2001 citado por Rettig & McCarthy-Rettig, 2006) comparou os padrões de sono de um grupo de crianças adotadas com um grupo de crianças integradas nas suas famílias biológicas desde o nascimento, tendo verificado que as crianças adotadas acordavam mais e durante mais tempo durante a noite. Rettig e McCarthy-Rettig (2006) apuraram que cerca de 52% das crianças de uma amostra de 204, apresentavam problemas de sono, entre eles a dificuldade em adormecer, o não quererem dormir sozinhas e os terrores noturnos.

Estes resultados parecem, efetivamente, sugestivos da dificuldade que as crianças adotadas possuem de se separarem e perderem o controlo do ambiente. Isto poderá fomentar um aumento da ansiedade característica desta atividade, o que, por sua vez, poderá exacerbar a ativação do sistema de vinculação (i.e., chorar, protestar contra a separação), com o objetivo de assegurar a manutenção da proximidade física das suas figuras de vinculação (Brisch, 2006), o que irrompe nos problemas de sono reportados pelos pais adotivos.

No que concerne aos problemas de externalização, não foram encontradas, na presente investigação, associações significativas com a segurança das representações de vinculação das crianças adotadas. Estes resultados parecem contribuir para a evidência empírica de que a vinculação não tem um efeito significativo sobre os problemas de externalização (e.g., Muris, Meesters, & van den Berg, 2003; Rönnlund & Kalsson, 2006), ao contrário do que é veiculado pelos resultados de algumas investigações (e.g., Allen et al., 1998; Jacobsen & Hofmann, 1997; Stroufe et al., 2005; Wood et al., 2004).

Os resultados da investigação de Muris et al. (2003) sugerem que mais do que a vinculação é a qualidade dos cuidados parentais que tem um papel proeminente no desenvolvimento dos problemas de externalização em crianças e jovens.

De acordo com Allen et al. (1998) os resultados incongruentes que as investigações que tentam compreender a relação entre a vinculação e os problemas de externalização devem-se, precisamente, ao facto de ignorarem o efeito das práticas parentais sobre essa relação. A investigação dos autores sugere que sempre que o controlo materno é baixo as crianças possuem mais problemas de externalização, independentemente de manterem um estilo de vinculação seguro ou inseguro. Por outro lado, quando há um controlo materno alto as crianças com vinculações inseguras apresentam mais problemas de externalização e as crianças com vinculações seguras apresentam menos problemas de externalização.

VIII. Considerações Finais

A investigação junto de crianças que experimentaram descontinuidade nos cuidados parentais na infância representa uma valiosa oportunidade para analisar a repercussão da adversidade no desenvolvimento sócio-emocional. Complementarmente, a investigação com crianças adotadas revela-se uma oportunidade única para compreender como se opera a recuperação, sendo possibilitada a identificação de fatores individuais, familiares e sociais que impulsionam a (re)construção de segurança na relação com novas figuras cuidadoras, num novo contexto familiar (Haugaard & Hazan, 2003).

A presente investigação pretendeu, efetivamente, aliar essas duas vertentes de investigação, numa perspetiva ecológica. Assim, foi definido como objetivo geral o estudo do impacto da história de institucionalização e de adoção da criança, bem como, da comunicação pais-filhos e do funcionamento familiar adotivo nos modelos internos dinâmicos das crianças adotadas, e destes na sua adaptação.

Foi definido como primeiro objetivo específico a caracterização das representações de vinculação das crianças adotadas. Os resultados indicaram que a média de segurança das representações de vinculação se situa nos 4.52 ($DP = 1.38$) o que, comparando com outras investigações realizadas em Portugal com o mesmo instrumento, sugere que as crianças adotadas têm representações mais seguras que as crianças institucionalizadas mas menos seguras que as crianças integradas na sua família biológica desde a nascença. Verificou-se, ainda, que as crianças apresentam médias de segurança mais baixas nas histórias que se relacionam com a separação das figuras parentais e que utilizam com maior frequência, nas suas narrativas, representações parentais, simultaneamente, positivas e negativas (i.e., mistas).

Em termos práticos, estes resultados sugerem que as representações de vinculação das crianças adotadas se situam no limiar entre a insegurança e a segurança, sendo importante trabalhar, de forma sistemática, a promoção da segurança, de forma minimizar os impactos negativos da adversidade precoce. Tal implica um processo longitudinal (i.e., que se dê ao longo do desenvolvimento da criança) e transversal a todos os contextos e figuras de referência com quem a criança contacte.

Parece, portanto, importante fomentar o desenvolvimento de programas de formação que objetivem, primariamente, a sensibilização para a importância da segurança nas relações que as crianças estabelecem e, posteriormente, o desenvolvimento de competências que promovam essa mesma segurança. Dada a importância atribuída à transversalidade do processo será importante que os programas de formação sejam diversificados e se dirijam a todos os profissionais que contactam direta ou indiretamente com as crianças (e.g., funcionários das instituições de acolhimento temporário, equipas de adoção) e aos candidatos e pais adotivos.

No que concerne às questões da separação das figuras parentais, os resultados obtidos parecem enaltecer a importância de ser realizado um trabalho de reparação das consequências psíquicas do abandono, espelhadas na desorganização das representações em situações de separação das figuras parentais adotivas.

Desta forma, torna-se importante sensibilizar os pais adotivos para os comportamentos, dotando-os, ainda, de estratégias que possibilitem a desconfirmação efetiva das expectativas e receios da criança em relação a um novo abandono, nomeadamente: (1) estabelecimento de rotinas e hábitos que comuniquem à criança que existe estabilidade e previsibilidade no sistema familiar adotivo; (2) preparação cuidadosa das separações, antecipando e programando os acontecimentos; (3) tornar

conscientes as emoções subjacentes à separação, antecipando conjuntamente (i.e., pais e criança) sentimentos e respostas para os mesmos; (4) recurso a objetos transacionais, que permitam à criança continuar a sentir-se ligada às figuras de vinculação, mesmo quando existe separação física; e (5) nunca “brincar” ou “ridicularizar” os temas da separação e do abandono ou ameaçar, mesmo que em tom de brincadeira, um novo abandono (Archer, 1999; Balaban, 2006; Verrier, 2009).

Relativamente à história de institucionalização e de adoção das crianças, os resultados demonstraram que o tempo de adoção é um preditor significativo da segurança das representações de vinculação das crianças adotadas. Assim, quanto mais tempo a criança passa integrada na família adotiva mais seguras tendem a ser as suas representações de vinculação. Verificou-se, contudo, que é necessário, em média, um período de cinco anos para que as representações de segurança atinjam uma média semelhante à encontrada em crianças integradas, desde a nascença, no seu contexto familiar biológico. A análise das representações parentais utilizadas pelas crianças antes e depois dos cinco anos de integração sugerem um aumento da utilização de representações positivas mas, também, a continuação da utilização frequente de representações mistas (i.e., simultaneamente positivas e negativas).

Estes resultados parecem refletir a capacidade de atualização progressiva dos modelos internos dinâmicos, assim como o impacto positivo que a integração de uma criança numa família adotiva tem nos mesmos. Não obstante esta tendência, os resultados sugerem, ainda, que a atualização não só não é imediata como poderá não ocorrer de forma linear e homogénea.

De acordo com Hodges et al. (2005) muitos candidatos e pais adotivos aceitam, no abstrato, que as crianças adotadas podem apresentar dificuldades persistentes, contudo,

a maioria mantém a esperança de que assim que a criança integrar a família e se deparar com todo o amor que os pais têm para si, a sua vida anterior fique rapidamente para trás. O desejo é de que as representações e expectativas construídas a partir das experiências anteriores se desvançam por completo.

Neste sentido, na prática, parece ser imprescindível realizar com os candidatos e pais adotivos um trabalho de adequação de expectativas, sensibilizando-os para a evolução progressiva e pouco linear que toma o desenvolvimento emocional da criança, quando integrada na família adotiva.

É, também, importante preparar os pais adotivos para duas tarefas complementares, nomeadamente, a desconfirmação das representações inseguras e a promoção das representações seguras. Assim, é essencial que os profissionais, primariamente, se debrucem sobre a história de vinculação da criança (e.g., através da análise das experiências na família biológica e na(s) instituição/ões de acolhimento e da técnicas de completamento de histórias de vinculação) no sentido de identificarem fatores, comportamentos ou situações que possam, na família adotiva, desencadear a vulnerabilidade e, conseqüentemente, contribuir para a consolidação da insegurança emocional. Simultaneamente, é imprescindível que se trabalhe com os pais adotivos múltiplas estratégias, assentes nas rotinas familiares diárias, que sejam promotoras de representações seguras.

A constante desconfirmação das expectativas negativas que as crianças possam depositar sobre os seus pais adotivos, associada à exposição a comportamentos consistentes de proteção, auxílio e reponsividade, dificultarão a integração da nova informação nos antigos modelos, o que fomentará a construção de representações congruente com a nova realidade familiar.

Deve, ainda, ser transmitido aos pais que, embora a criança possa começar a demonstrar comportamentos de vinculação seguros pouco tempo após a adoção, as representações de vinculação inseguras poderão persistir, sendo necessário continuar o trabalho de desconfirmação das mesmas. Reportando a analogia de Goldin (2008), os comportamentos constituem a ponta do *iceberg*, a sua modificação poderá ser mais rápida, contudo, não se deve ignorar a parte submersa do *iceberg*, ou seja, a experiência interna da criança. A autora alerta que se a atenção apenas for dirigida para os comportamentos, a família adotiva corre o risco de desenvolver relações superficiais.

Ao nível das políticas sociais, considerando os cinco anos como “ponte de corte” para o desenvolvimento de segurança nas representações de vinculação, torna-se imprescindível que a adoção ocorra o mais precocemente possível, de forma a possibilitar à criança a vivência de uma infância segura na sua família adotiva. Neste sentido, é importante ser realizado um trabalho de sensibilização profunda das entidades formais nacionais com competências em matéria de infância e juventude e envolvidas nos processos de adoção para a necessidade de celeridade na sua atuação.

Por outro lado, a idade e tempo de institucionalização e a idade de adoção não se relacionaram, na presente investigação, com a segurança das representações de vinculação, o que parece ser contraditório em relação aos resultados das principais investigações na área (e.g., Hodges et al., 2005; Katsurada, 2007; Lee et al., 2010; O’Connor et al., 1999; O’Connor et al., 2001; Pinhel et al., 2009).

Estes resultados levantam, portanto, algumas questões, nomeadamente existirá um limite etário em que a adversidade precoce não tem efeitos significativos sobre as representações de vinculação? Existirá um limite etário a partir do qual as consequências da adversidade precoce se tornam irreversíveis? Terão as características

da história de institucionalização e adoção um efeito direto sobre as representações de vinculação? Ou será o seu efeito indireto, a partir do impacto no tempo que a criança necessita para construir representações seguras de vinculação?

A resposta a estas questões torna-se impreterível na definição de medidas que possam assegurar o superior interesse da criança. Verificando-se, por exemplo, que a idade de adoção não tem um impacto direto sobre as representações de vinculação, poderá ser importante sensibilizar os candidatos para o facto de que mesmo em crianças mais velhas é possível desenvolver relações seguras, através de estratégias específicas que promovam a desconfirmação efetiva das representações inseguras construídas. Se, por outro lado, se verificar, por exemplo, que o tempo de adoção tem um impacto significativo sobre as representações de vinculação, será importante diminuir ao máximo o tempo que estas crianças passam à guarda do estado, particularmente, quando são institucionalizadas à nascença como consequência do consentimento informado ou abandono dos pais biológicos.

É de salientar, contudo, que embora não seja possível responder a estas questões a partir dos resultados obtidos na presente investigação, é consensual que a “apropriação filial”, necessária ao ajustamento familiar, é facilitada quando a criança ainda se encontra numa fase de “vulnerabilidade”, em que necessita dos pais para ser cuidada e em que esse cuidado implica, também, um investimento físico e de proximidade, importante na construção das relações de vinculação. Neste sentido, parece justificar-se, mais uma vez, a necessidade de agilizar os processos em que é definido à nascença (e por vezes ainda antes dessa) que a criança será encaminhada para adoção, evitando-se situações em que as crianças são institucionalizadas com dias de vida e permanecem durante 28 ou, até, 63 meses nas instituições, como se verificou em alguns casos na presente investigação.

Foi definido como terceiro objetivo específico a exploração da relação entre as representações de vinculação das crianças e as características do sistema familiar adotivo. Os resultados obtidos contrariam a tendência evidenciada pela investigação na área das relações pais-filhos (e.g., Bretherton, 1991, 1993; Bretherton et al., 1990; Thompson, 2006), sugerindo que uma maior abertura na comunicação se associa a representações de vinculação menos seguras.

Estes resultados parecem sugestivos de que a existência de abertura para falar de uma grande diversidade de assuntos com muita frequência, não é condição suficiente para que as crianças se sintam seguras na família adotiva. Estes resultados poderão significar que embora exista uma elevada abertura na comunicação entre as mães e os seus filhos, os assuntos que são abordados, assim como o estilo que é privilegiado, poderá estar a promover insegurança na vinculação. Tal realça a necessidade de questionar qual a natureza de informação que é comunicada com muita frequência e qual a qualidade dessa comunicação, no que concerne à sua forma e conteúdo emocional.

A associação entre comunicar muito, mas de uma forma ineficaz, e a insegurança das representações de vinculação poderá tornar-se ainda mais evidente nas famílias adotivas, onde existe a tarefa suplementar de revelação. Neste sentido, parece importante compreender como as mães e os pais adotivos discutem e dão significado, com os seus filhos, às experiências e acontecimentos relacionados com a adoção e, ainda, qual o grau de valorização que comunicam relativamente às diferenças entre as famílias adotivas e as famílias biológicas tradicionais.

Considerando estes aspetos é importante que os profissionais sensibilizem e capacitem os pais adotivos para uma comunicação adequada e eficaz com os filhos. Parece, portanto, relevante que se realize um trabalho de preparação dos pais para

fornecerem informações e responderem a questões acerca da adoção, em várias faixas etárias, mesmo quando a informação disponível é muito escassa e/ou muito dolorosa/revoltante.

O trabalho dos profissionais deve debruçar-se não só sobre os conteúdos a transmitir à criança mas, também, sobre a forma e natureza emocional que deve ser associada à comunicação dos mesmos. É importante que os pais adotivos estejam conscientes da importância de aceitarem as trocas emocionais com a criança, sendo-lhes fornecidas estratégias para evitarem o exagero (e.g., revelar uma grande tristeza quando a criança fala do seu passado) ou a minimização (e.g., desvalorizar os sentimentos que a criança transmite dizendo, por exemplo, que tem que esquecer o passado) emocional na comunicação com a criança.

Por fim, em consonância com o último objetivo específico traçado, os resultados evidenciaram a importância dos modelos internos dinâmicos na adaptação das crianças adotadas. Desta forma, representações de vinculação mais seguras parecem estar associadas a menos problemas de internalização e de sono.

Estes resultados vêm corroborar a importância que tem sido atribuída à adequação de cuidados, no contexto familiar adotivo, enquanto promotores da atualização dos modelos internos dinâmicos das crianças. O impacto destes nos problemas de internalização e de sono das crianças, aliado ao facto de as investigações sugerirem que estes problemas tendem a manter-se ao longo da vida (e.g., Gullone, Ollendick, & King, 2006), torna ainda mais pertinente e urgente que estas crianças sejam expostas a condições familiares que lhes permitam reparar os sentimentos negativos de abandono e rejeição que desenvolveram (Pinhel et al., 2009).

Neste sentido, os profissionais devem trabalhar com as famílias adotivas, auxiliando-as a: (1) compreender a importância da segurança nas relações de vinculação na vida emocional e cognitiva das crianças; (2) identificar sinais de alerta relativamente aos problemas de internalização, externalização e de sono; e (3) desenvolver estratégias práticas que minimizem os problemas.

Considerando que a influência das representações de vinculação sobre os problemas de internalização se processa a partir da capacidade de autorregulação emocional (Miljkovitch et al., 2007), as estratégias de minimização destes problemas devem debruçar-se sobre a promoção dessa autorregulação, nas crianças adotadas. Para tal é importante que os pais adotivos: (1) providenciem estabilidade e consistência, tornando o ambiente familiar previsível; (2) aceitem as respostas emocionais das crianças, enquanto única forma que aprenderam de se expressar; (3) utilizem a linguagem verbal para expressar os seus estados emocionais, o que auxilia a criança na identificação e expressão das suas próprias emoções; e (4) encorajarem a criança a falar acerca dos seus sentimentos, evitando frases do tipo “*não estejas triste!*”, “*não há razão para estar zangada só por isso!*”, ou “*já chega de chorar!*” privilegiando, por outro lado, frases do tipo “*vejo que estás triste, queres falar comigo acerca do que aconteceu e do que estás a sentir?*” (e.g., Cole, Dennis, Smith-Simon, & Cohen, 2008; Eisenberg, Cumberland, & Spinrad, 1998; Gilliom, Shaw, Beck, Schonberg, & Lukon, 2002; Morris, Silk, Steinberg, Myers, & Robinson, 2007).

No que concerne aos problemas de sono, o trabalho das questões da ansiedade de separação e medo do abandono, como supra explorado, poderão ter impactos positivos a este nível.

É, portanto, essencial sensibilizar os pais adotivos para a importância de tornar as rotinas familiares em torno do sono e do deitar muito aprazíveis, serenas e relaxantes

para a criança. Para isso devem ser desenvolvidas estratégias como: (1) estabelecer rotinas e hábitos que possibilitem à criança prever o que irá acontecer e, como tal, sentir que possui controlo sobre os acontecimentos; (2) evitar atividades muito excitantes que dificultem o relaxamento necessário ao sono; (3) privilegiar atividade relaxantes como ler uma história ou ouvir música; (4) tornar o espaço mais seguro na perspetiva da criança (e.g., deixar a luz do corredor acesa); (5) utilizar um objeto transacional, que providencie conforto e segurança na ausência física das figuras de vinculação; e (6) demonstrar disponibilidade mesmo quando a criança não está consciente disso, relembando-a que durante a noite foram ao quarto para a tapar, por exemplo (Archer, 1999; Pritchard & Appleton, 1988).

O processo de aprendizagem efetuado ao longo da presente investigação permitiu, também, a identificação de um conjunto de mais-valias e limitações, cujas implicações devem ser consideradas na leitura e interpretação dos resultados obtidos.

Relativamente às mais-valias, é de salientar a abrangência desta investigação em relação a dois aspetos. Primariamente foi privilegiada uma perspetiva de investigação da atualização dos modelos internos dinâmicos que inclui não só as características da história de institucionalização e adoção das crianças, como tem sido reproduzido por várias investigações, como, também, as características da própria família. Pretendeu-se analisar a atualização das representações de vinculação numa perspetiva mais ecológica, abordando as influências individuais e familiares. O segundo aspeto relaciona-se com a contemplação da perceção de ambas as figuras parentais em relação às variáveis familiares estudadas. A maioria da investigação nesta área tende a privilegiar apenas a perceção das mães e a sua relação com as crianças, contudo, admitindo que os pais são

parte integrante e relevante do sistema familiar considerou-se importante contemplar também a sua participação.

A utilização de um procedimento estandardizado para avaliação das representações de vinculação das crianças também se constituiu numa mais-valia, dado que se partiu do discurso da própria criança para realizar inferências acerca do seu mundo interno, em vez de recorrer à percepção dos pais que poderia introduzir enviesamentos. Ainda no que diz respeito à avaliação das representações de vinculação, o recurso ao acordo inter-observadores também valoriza o trabalho efetuado, dado que corrobora a validade das pontuações obtidas por cada criança.

No que concerne às limitações, destaca-se primariamente o reduzido tamanho da amostra, que foi particularmente evidente quando se efetuaram análises e/ou comparações de subgrupos. Desde logo, o número de participantes implicou limitações ao nível dos testes estatísticos a utilizar e das variáveis a incluir nas análises efetuadas. Contudo, dada a morosidade e complexidade que envolve o acesso a esta população não se revelou possível recolher dados junto de um número superior de participantes.

Uma segunda limitação da investigação prende-se com a reduzida variabilidade de algumas variáveis, nomeadamente, a idade e tempo de institucionalização, a idade de adoção e as tipologias familiares. Esta limitação teve implicações sobre a análise dos resultados, dificultando a comparação dos mesmos com outras investigações. Não obstante este facto, a homogeneidade verificada permitiu, porém, compreender de forma mais direcionada uma realidade mais específica e concreta.

De realçar, ainda, que a reduzida variabilidade das variáveis associada ao reduzido tamanho da amostra poderá ter comprometido os níveis de significância estatística,

tendo implicações sobre a identificação de associações e/ou diferenças entre as variáveis consideradas.

O facto de a amostra ser constituída apenas por famílias que adotaram na região do Algarve também se constitui numa limitação a considerar, dado que limita a representatividade nacional da amostra e, conseqüentemente, dificulta a generalização dos resultados obtidos a outras zonas do país. É de salientar, mais uma vez, que as características da presente investigação tornariam logicamente impossível alargar a recolha de dados a outras zonas do país. Neste sentido, pretende-se que os resultados alcançados tenham impacto a nível social-regional, pelo que, se valorizou o conhecimento das especificidades desta população.

A quinta limitação identificada prende-se com a recolha de informação relativamente às variáveis familiares (i.e., comunicação pais-filhos e funcionamento familiar) e à adaptação da criança (i.e., problemas de internalização, externalização e de sono) unicamente a partir da percepção dos pais, sem que tal fosse confrontado com uma medida suplementar de observação. A este propósito Cruz (2005, p. 197) refere que «*as ideias dos pais, expressas em respostas a um questionário não passam, muitas vezes, de respostas socialmente desejáveis ou clichés*». Ou seja, os dados recolhidos podem não espelhar em si a realidade em que a criança está integrada, mas, sim, a percepção dos pais acerca dessa realidade que, por si só, já produz algum grau de enviesamento. Ressalta-se, contudo, que foram recolhidos outros dados através da observação direta da interação crianças-pais e das diversas competências desenvolvimentais específicas das crianças, cujos resultados serão publicados em trabalhos subsequentes, integrantes do presente projeto de investigação.

Por fim, a opção por um desenho metodológico de tipo transversal limitou a compreensão da inexistência de relações estatisticamente significativas entre a

segurança das representações de vinculação e a idade e tempo de institucionalização e idade de adoção. Esta metodologia não permitiu verificar qual a evolução do impacto destas variáveis ao longo do tempo de adoção.

A reflexão em torno dos objetivos específicos traçados e dos resultados alcançados, conjugada com a identificação de mais-valias e limitações, faz suscitar um conjunto de novas questões que podem ser contempladas em investigações futuras.

As dúvidas suscitadas pela inexistência de relações significativas entre a idade e tempo de institucionalização, a idade de adoção e as representações de vinculação, enquanto resultados que não corroboram as evidências empíricas, salientam a importância de adotar um desenho de investigação longitudinal que parta precisamente do momento em que a criança é integrada na família adotiva. Este desenho possibilitará uma melhor compreensão da evolução dos modelos internos dinâmicos no tempo, a partir de comparações intra e inter individuais.

Ainda no que concerne aos resultados obtidos na associação das representações de vinculação com a história institucional poderá revelar-se imprescindível recolher dados acerca da cultura institucional (e.g., rácio criança-cuidadores, rotatividade dos cuidadores que contactam com as crianças, rotinas) em que as crianças adotadas estiveram integradas, de forma a dar significado a possíveis resultados contraditórios obtidos.

Outro resultado que deve ser explorado em futuras investigações é a relação entre a abertura na comunicação e as representações de vinculação. Neste sentido, sugere-se a avaliação do estilo de comunicação privilegiado nas famílias, de forma a compreender quais as variáveis que melhor predizem os modelos internos dinâmicos das crianças. Poderá, também, ser importante explorar de que forma os pais conversam com as

crianças acerca de eventos passados, positivos e negativos de forma a compreender como estas conversas contribuem para a atualização das representações de vinculação. Esta associação poderá ter particular importância na adequação do estilo de comunicação utilizado no processo de revelação.

Será, também, importante introduzir medidas de observação e heteroavaliação que permitam complementar as informações recolhidas a partir das perceções dos pais relativamente às características familiares e de adaptação da criança.

Para fomentar uma melhor compreensão das médias de segurança obtidas em cada história poderá ser pertinente, no futuro, realizar uma análise do conteúdo específico das histórias, identificando a forma como as crianças, as figuras de vinculação e a relação entre essas são representadas.

Por fim, as variáveis consideradas na presente investigação apenas explicam uma parte da variância da segurança das representações de vinculação das crianças, pelo que, se sugere que no futuro sejam contempladas mais variáveis individuais e familiares que possam complementar o modelo explicativo da atualização dos modelos internos dinâmicos da criança adotadas. As práticas parentais dos pais adotivos, por exemplo, parecem-se constituir-se numa variável com implicações diretas sobre as representações de vinculação e sobre os problemas de internalização e externalização, pelo que, a sua introdução no modelo parece ser pertinente.

Finalizado este trabalho, permanece a esperança de que os resultados aqui obtidos, aliados às principais conclusões daí retiradas, constituam um contributo para a compreensão do mundo interno da criança adotada e dos processos através dos quais o mesmo se atualiza, no confronto com a descontinuidade profunda de cuidados.

IX. Referências Bibliográficas

- Achenbach, T. M. (2001). *Manual for ASEBA School-Age Forms & Profiles*. Burlington, VT: University of Vermont.
- Achenbach, T. M., & Rescorla, L. A. (2000). *Manual for ASEBA Preschool Forms & Profiles*. Burlington, VT: University of Vermont.
- Ainsworth, M. D. S. (1985). Patterns of infant-mother attachments: antecedents and effects on development. *Bulletin Of The New York Academy Of Medicine*, *61*(9), 771-791.
- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: a psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Allen, J., Moore, C., Kuperminc, G., & Bell, K. (1998). Attachment and adolescent psychosocial functioning. *Child Development*, *69*, 1406-1419. doi: 10.1111/j.1467-8624.1998.tb06220.x.
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologias da investigação em psicologia e educação* (5ª ed.). Braga: Psiquilíbrios.
- Archer, C. (1999). *Next steps in parenting the child who hurts: tykes and teens*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Balaban, N. (2006). *Everyday goodbyes: starting school and early care-a guide to the separation process*. New York: Teachers College Press.
- Barnes, H., & Olson, D. (1982). Parent-adolescent communication scale. In H. D. Olson (Ed.), *Family inventories: Inventories used in a national survey of families across the family life cycle* (pp. 33-48). St. Paul, MN: University of Minnesota.
- Barnett, D., Ganiban, J., & Cicchetti, D. (1999). Maltreatment, negative expressivity, and the development of type D attachments from 12- to 24-months of age. *Society for Research in Child Development Monograph*, *64*, 97-118. doi: 10.1111/1540-5834.00035.

- Beeghly, M., & Cicchetti, D. (1994). Child maltreatment, attachment, and the self system: emergence of an internal state lexicon in toddlers at high social risk. *Development and Psychopathology*, 6, 5-30. doi: 10.1017/S095457940000585X.
- Benavente, R., Justo, J., & Veríssimo, M. (2009). Os efeitos dos maus-tratos e da negligência sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré - escolar. *Análise Psicológica*, 1, 21-31.
- Bowlby, J. (1979/2005). *The making and breaking of affectional bonds*. London: Tavistock.
- Bowlby, J. (1969/1984). *Apego: volume 1 da trilogia apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1973/1984). *Separação: volume 2 da trilogia apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1973/1985). *Perda: volume 3 da trilogia apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bretherton, I. (1985). Attachment theory: Retrospect and prospect. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.), *Growing points of attachment theory and research*. Monographs of the Society for Research in Child Development, 209, 3-35.
- Bretherton, I. (1990). Open communication and internal working models: Their role in attachment relationships. In R. Thompson (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation, vol. 36; socioemotional development* (pp. 57-113). Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press.
- Bretherton, I. (1991). Pouring new wine into old bottles: The social self as internal working model. In M. Gunnar & L. A. Sroufe (Eds.), *Minnesota Symposia on Child Psychology: Self-processes in development* (Vol. 23, pp. 1-41). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bretherton, I. (1993). From dialogue to internal working models: The co-construction of self in relationships. In C. A. Nelson (Ed.), *Minnesota Symposia for Child Development: Memory and affect in development* (pp. 237-263). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Bretherton, I. (2005). In pursuit of the internal working model construct and its relevance to attachment relationships. In K. Grossmann, K. Grossmann, & E. Waters (Eds.), *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 13-47). New York: Guilford.
- Bretherton, I., & Munholland, K. (2008). Internal working models in attachment relationships: Elaborating a central construct in attachment theory. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 102-127). New York: The Guilford Press.
- Bretherton, I., & Ridgeway, D. (1990). Appendix: Story completion tasks to assess young children's internal working models of child and parents in the attachment relationship. In M. T. Greenberg, D. Cicchetti, & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years: Theory, research, and intervention* (pp. 300-305). Chicago: The University of Chicago Press.
- Bretherton, I., Ridgeway, D., & Cassidy, J. (1990). Assessing internal working models of the attachment relationship: An attachment story completion task for 3-year-olds. In M. Greenberg, D., Cicchetti, & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years: Theory, research, and intervention* (pp. 273-299). Chicago: The University of Chicago Press.
- Brinich, P. (1990). Adoption from the inside out: a psychoanalytic perspective. In D. Brodzinsky & M. Schechter (Eds.), *The psychology of adoption* (pp. 42-61). New York: Oxford University Press.
- Brisch, K. (2006). Sleep and attachment disorders in children. In S. Pandi-Perumal, R. Ruoti, & M. Kramer (Eds). *Sleep and psychosomatic medicine* (pp. 219-230). United Kingdom: Informa.
- Brodzinsky, D., Smith, D., & Brodzinsky, A. (1998). *Children's adjustment to adoption: developmental and clinical issues*. Thousand Oaks: Sage.
- Bronfenbrenner, U. (1979). Contexts of child rearing, problems and prospects. *American Psychologist*, 34, 844-850. doi: 10.1037/0003-066X.34.10.844.

- Carlson, V., Barnett, D., Cicchetti, D., & Braunwald, K. (1989). Disorganized/disoriented attachment relationships in maltreated infants. *Developmental Psychology*, *25*, 525-531. doi: 10.1037/0012-1649.25.4.525.
- Cassidy, J. (2008). The nature of the child's ties. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 3-20). New York: Guilford Press.
- Cassidy, J., & Berlin, L. (1994). The insecure/ambivalent pattern of attachment: theory and research. *Child Development*, *65*, 971-991. doi: 10.1111/j.1467-8624.1994.tb00796.x.
- Cassidy, J., Kirsh, S., Scolton, K., & Parke, R. (1996). Attachment and representations of peer relationships. *Developmental Psychology*, *32*(5), 892-904. doi: 10.1037/0012-1649.32.5.892.
- Cassidy, J., & Shaver, P. (2008). *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2nd edition). New York: Guilford Press.
- Cassidy, J., Woodhouse, S., Cooper, G., Hoffman, K., Powell, B., & Rodenberg, M. (2005). Examination of the precursors of infant attachment security: implications for early intervention. In L. Berlin, Y. Ziv, F. Amaya-Jackson & M. Greenberg (Eds.) *Enhancing Early Attachments - Theory, Research, Intervention and Policy* (pp. 34-60). New York: Guilford.
- Chisholm, K. (1998). A three year follow-up of attachment and indiscriminate friendliness in children adopted from Romanian orphanages. *Child Development*, *69*, 1092-1106. doi: 10.1111/j.1467-8624.1998.tb06162.x.
- Chugani, H., Behen, M., Muzik, O., Joház, C., Nagy, F., & Chugani, D. (2001). Local brain functional activity following early deprivation: a study of postinstitutionalized romanian orphans. *NeuroImage*, *14*, 1290-1301. doi: 10.1006/nimg.2001.0917.
- Cicchetti, D., Rogosch, F. A., & Toth, S. L. (2006). Fostering secure attachment in infants in maltreating families through preventive interventions. *Development and Psychopathology*, *18*(3), 623-650. doi: 10.1017/S0954579406060329.

- Cohen, J. (1960) A coefficient of agreement for nominal scales. *Educational and Psychological Measurement*, 20, 37-46. doi: 0.1177/001316446002000104.
- Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological Bulletin*, 112, 155-159. doi: 10.1037//0033-2909.112.1.155.
- Cole, P., Dennis, T., Smith-Simon, E., & Cohen, L. (2008). Preschoolers' emotion regulation strategy understanding: relations with emotion socialization and child self-regulation. *Social Development*, 18 (2), 324-352. doi: 10.1111/j.1467-9507.2008.00503.x.
- Collins, N. L., & Allard, L. M. (2003). Cognitive representations of attachment: the content and function of working models. In G. Fletcher & M. Clark (Eds.), *Blackwell handbook of social psychology: interpersonal processes* (pp. 60–85). Oxford: Blackwell.
- Clarke, L., Ungerer, J., Chahoud, J., Johnson, S., & Stiefel, I. (2002). Attention deficit hyperactivity disorder is associated with attachment insecurity. *Clinical Child psychology and Psychiatry*, 7, 179-198. doi: 10.1177/1359104502007002006.
- Craike, K. (1943). *The nature of explanation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Crittenden, P. M. (1988). Relationships at Risk. In J.Belsky & T. Nezworski (Eds.), *Clinical Implications of Attachment* (pp. 136 -176). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.
- Curral, R., Dourado, F., Torres, A., Barros, H., Palha, A., & Almeida L. (1999). Coesão e adaptabilidade familiares numa amostra portuguesa: estudo com o Faces III. *Psiquiatria Clínica*, 20(3), 213-217
- Cyr, C., Dubois-Comtois, K., & Moss, E. (2008). Les conversations mère-enfant et l'attachement des enfants à la période préscolaire. *Revue canadienne des sciences du comportement*, 40, 140–152. doi: 10.1037/0008-400X.40.3.140.

- Davies, P., & Cummings, E. (1998). Exploring children's emotional security as a mediator of the link between marital relations and child adjustment. *Child Development, 69*, 124-139. doi: 10.1111/j.1467-8624.1998.tb06138.x.
- Davies, P., Harold, G., Goeke-Morey, M., & Cummings, E. (2002). Children's emotional security and interparental conflict. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 67*, 1-129.
- Decreto-Lei 31/2003 *Diário da República* I Série, nº 193, 22 de Agosto de 2003.
- Dosser, D., Balswick, J., & Halverson, C. (1983). Situational content of emotional expressions. *Journal of Counseling Psychology, 30*, 375-387.
- Dozier, M. & Rutter, M. (2008). Challenges to the development of attachment relationships faced by young children in foster and adoptive care. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.). *Handbook of attachment: theory, research and clinical applications* (pp. 698-717). New York: The Guilford Press.
- Dozier, M., Stovall, K., Albus, K., & Bates, B. (2001). Attachment for infants in foster care: the role of caregiver state of mind. *Child Development, 72*, 1467-1477. doi: 10.1111/1467-8624.00360.
- Dubois-Comtois, K., Cyr, C., & Moss, E. (2011): Attachment behavior and mother-child conversations as predictors of attachment representations in middle childhood: a longitudinal study. *Attachment & Human Development, 13(4)*, 335-357. doi: 10.1080/14616734.2011.584455.
- Egeland, B., & Sroufe, L. A. (1981). Developmental sequel e of maltreatment in infancy. In R. Rizley & D. Cicchetti (Eds.), *Developmental perspectives in child maltreatment* (pp. 77-92). San Francisco, CA: Jossey Bass, Inc.
- Eisenberg, N., Cumberland, A., & Spinrad, T. (1998). Parental socialization of emotion. *Psychological Inquiry, 9*, 241.
- Erikson, E. (1976). *Infância e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Erikson, M. F., Sroufe, L. A., & Egeland, B. (1985). The relationship between quality of attachment and behavior problems in preschool in a high risk sample. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50, 147-166.
- Euillet, S., Spencer, R., Troupel-Cremel, O., Fresno, A., & Zaouche-Gaudron, C. (2008). Les représentations d'attachement des enfants accueillis et des enfants adoptés. *Enfance*, 1, 63-70. doi: 10.3917/enf.601.0063.
- Farate, C. (2000). *O acto do consumo e o gesto que consome: "risco relacional" e consumo de drogas no início da adolescência*. Coimbra: Quarteto.
- Farina, L., Leiter, M., & Chasnoff, I. (2004). Attachment and behavioural difficulties in internationally adopted Russian children. *Adoption & Fostering*, 38(2), 38-49.
- Ferreira, J. (2010). *Comunicação e compreensão sobre a adopção: relação com o ajustamento psicológico -a voz da criança adoptada*. Dissertação de Mestrado (não publicada): Porto: Universidade do Porto.
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS* (3rd edition). London: Sage Publications.
- Finzi, R., Cohen, O., Sapir, Y., & Weizman, A. (2000). Attachment styles in maltreated children: a comparative study. *Child Psychiatry & Human Development*, 31, 113-128. doi: 10.1023/A:1001944509409.
- Finzi, R., Ram, A., Har-Even, D. Shnit, D. & Weizman, A. (2001). Attachment styles in physically abused and neglected children. *Journal of Youth and Adolescence*, 30, 769-786. doi: 10.1037/0002-9432.71.1.98.
- Fisher, L., Ames, E., Chisholm, K., & Savoie, L. (1997). Problems reported by parents of Romanian orphans adopted to British Columbia. *International Journal of Behavioral Development*, 20(1), 67-82. doi: 10.1080/016502597385441.
- Fivush, R., Brotman, M., Buckner, J., & Goodman, S. (2000). Gender differences in parent-child emotion narratives. *Sex Roles*, 42, 233-254. doi: 10.1023/A:1007091207068.

- Fonseca, A., Simões, A., Rebelo, J., Ferreira, J., & Cardoso, F. (1994). Um inventário de competências sociais e de problemas de comportamento em crianças e adolescentes. O Child Behavior Checklist de Achenbach (CBCL). *Psychologica*, *12*, 55-78.
- Fox, N., Almas, A., Degnan, K., Nelson, C., & Zeanah, C. (2011). The effects of severe psychosocial deprivation and foster care intervention on cognitive development at 8 years of age: findings from the Bucharest early intervention project. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *52*, 919-928. doi: 10.1111/j.1469-7610.2010.02355.x.
- Frey, L., Cushing, G., Freundlich, M., & Brenner, E. (2008). Achieving permanency for youth in foster care: assessing and strengthening emotional security. *Child and Family Social Work*, *13*, 218-226. doi: 10.1111/j.1365-2206.2007.00539.
- Futh, A., O'Connor, T., Matias, C., Green, J., & Scott, S. (2008). Attachment narratives and behavioral and emotional symptoms in an ethnically diverse, at-risk sample. *Journal of the American Academy of Child e Adolescent Psychiatry*, *47*, 709-718. doi: 10.1097/CHI.0b013e31816bff65.
- Garbarino, J., Sebes, J., & Schellenbach, C. (1984). Families at risk for destructive parent child relations in adolescence. *Child Development*, *55*, 174-183. doi: 10.2307/1129843.
- Gilliom, M., Shaw, D., Beck, J., Schonberg, M., & Lukon, J. (2002). Anger regulation in disadvantaged preschool boys: Strategies, antecedents, and the development of self-control. *Developmental Psychology*, *38*, 222-235. doi: 10.1037/0012-1649.38.2.222.
- Goldin, K. (2008). *Nurturing attachments: supporting children who are fostered or adopted*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Gonçalves, M., Dias, P., & Machado, B. C. (2007a). *Questionário d Comportamentos da Criança 1 ½ - 5*. Manuscrito não-publicado, Braga: Universidade do Minho.
- Gonçalves, M., Dias, P., & Machado, B. C. (2007b). *Questionário de Comportamentos da Criança 6-18*. Manuscrito não-publicado Braga: Universidade do Minho.

- Goodyer, I. (1990). Family relationships, life events and childhood psychopathology. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *31*, 161-192. doi: 10.1111/j.1469-7610.1990.tb02277.x.
- Gribble, K. D. (2007). A model for caregiving of adopted children after institutionalization. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, *20*(1), 14-26. doi: 10.1111/j.1744-6171.2007.00076.x.
- Gross, J. (1999). Emotion regulation: past, present, future. *Cognition & Emotion*, *13*(5), 551-573. doi: 10.1080/026999399379186.
- Grossman, K. (1999). Old and new internal working models of attachment: the organization of feelings and language. *Attachment and Human Development*, *1*, 253-269. doi: 10.1080/14616739900134141.
- Grotevant, H., Wrobel, G., van Dulmen, M., & McRoy, R. (2001). The emergence of adolescent psychosocial engagement: the family as context over time. *Journal of Adolescent Research*, *16* (5), 469-490. doi: 10.1177/0743558401165004.
- Gullone, E., Ollendick, T., & King, N. (2006). The role of attachment representation in the relationship between depressive symptomatology and social withdrawal in middle childhood. *Journal of Child and Family Studies*, *15*(3), 271-285. doi: 10.1007/s10826-006-9034-0.
- Gunnar, M., van Dulmen, M., & The International Adoption Project Team (2007). Behavior problems in post-institutionalized internationally adopted children. *Development and Psychopathology*, *19*, 129-148. doi: 10.1017/S095457940707007.
- Hair, J., Anderson, R., Tatham, R., & Black, W. (1998). *Multivariate data analysis* (5th edition). New York: Macmillan.
- Harlow, H. (1958). The nature of Love. *American Psychologist*, *13*, 673-685. doi: 10.1037/h0047884.
- Haugaard, J., & Hazan, C. (2003) Adoption as a natural experiment. *Development and Psychopathology*, *15*, 909-926. doi: 10.1017.S0954579403000427.

- Hazan, C., & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52 (3), 511-524. doi: 10.1037/0022-3514.52.3.511.
- Hill, M., & Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Hodges, J. (1996). The natural history of early non-attachment. In B. Bernstein & J. Brannon (Eds.), *Children: Research and Policy* (pp. 63-80). London: Taylor & Francis.
- Hodges, J., & Steele, M. (2000). Effects of abuse on attachment representations: narrative assessments of abused children. *Journal of Child Psychotherapy*, 26, 433-455. doi: 10.1080/00754170010003674.
- Hodges, J., Steele, M., Hillman, S., Henderson, K., & Kaniuk, J. (2005). Change and continuity in mental representations of attachment after adoption. In D. Brodzinsky & J. Palacios (Eds.), *Psychological issues in adoption. Research and practice* (pp. 93-144). Westport, CT: Praeger.
- Howe, D. (2006) Developmental Attachment Psychotherapy with Foster and Adopted Children. *Child and Adolescent Mental Health*, 11(3), 128-134. doi: 10.1111/j.1475-3588.2006.00393.x.
- Houlihan, L. (2010). *Child attachment at adoption and three months*. Doctoral Dissertation (not published). Cleveland, OH: Case Western Reserve University.
- Instituto de Desenvolvimento Social (2000). *Crianças e jovens que vivem em lar: caracterização sociográfica e percursos de vida*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Jacobsen, T., & Hofmann, V. (1997). Children's attachment representations: Longitudinal relations to school behaviour and academic competency in middle childhood and adolescence. *Developmental Psychology*, 33, 703-710. doi: 10.1037/0012-1649.33.4.703.
- Juffer, F., Bakermans-Kranenburg, M., & van IJzendoorn, M. (2008). *Promoting positive parenting: an attachment-based intervention*. Mahwah, NJ: Erlbaum.

- Juffer, F., & Rosenboom, L. (1997). Infant-mother attachment of internationally adopted children in the Netherlands. *International Journal of Behavioral Development, 20*, 93-107. doi: 10.1080/016502597385469.
- Katsurada, E. (2007). Attachment representation of institutionalized children in Japan. *School Psychology International, 28*, 331–345. doi: 10.1177/0143034307078543.
- Kerig, P. (1995). Triangles in the family circle: effects of family structure on marriage, parenting, and child adjustment. *Journal of Family Psychology, 9*, 28-43. doi: 10.1037/0893-3200.9.1.28.
- Kobak, R., & Madsen, S. (2008). Disruptions in attachment bonds: implications for theory, research, and clinical intervention. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 23–47). New York: Guilford.
- Kuznetsova, M. (2011). *Adjustment of families with children adopted from eastern Europe*. Doctoral Dissertation (not published). Virginia: Virginia Commonwealth University.
- Landis, J., & Koch, G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics, 33*, 159-74. doi: 10.2307/2529310.
- Lee, R., Seol, K., Sung, M., Miller, M., & The Minnesota International Adoption Project Team (2010). The behavioral development of Korean children in institutional care and international adoptive families. *Developmental Psychology, 46*, 468-478. doi: 10.1037/a0017358.
- Lei 147/99 *Diário da República* I Série, nº 204, 01 de Setembro de 1999.
- Leung, P., & Erich, S. (2002). Family functioning of adoptive children with special needs: implications of familial supports and child characteristics. *Children and Youth Services Review, 24*(11), 799-816. doi: 10.1016/S0190-7409(02)00240-2.
- Lindsey, E. (2001). Foster family characteristics and behavioral and emotional problems of foster children: practice implications for child welfare, family life education, and marriage and family therapy. *Family Relations, 50*, 19-22.

- Lorenz, K. (1949/2002) *King Solomon's Ring*. New York: Routledge.
- Lyons-Ruth, K., Easterbrooks, A., & Cibelli, C. (1997). Infants at social risk: relations among infant maltreatment, maternal behavior, and infant attachment behavior. *Developmental Psychology*, *33*, 681-692.
- Lyons-Ruth, K., & Jacobvitz, D. (2008). Attachment disorganization: unresolved loss, relational violence, and lapses in behavioral and attentional strategies. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: theory, research and clinical applications* (pp. 520-554). New York: Guilford.
- Macfie, J., Toth, S., Rogosch, F., Robinson, J., Emde, R., & Cicchetti, D. (1999). Effect of maltreatment on preschoolers' narrative representations of responses to 58 relieve distress and of role reversal. *Developmental Psychology*, *35*, 460-465. doi: 10.1037/0012-1649.35.2.46.
- MacLean, K. (2003). The impact of institutionalization on child development. *Development and Psychopathology*, *15*, 853–884. doi: 10.1017.S0954579403000415.
- Maia, J. (2011). *Emergência narrativa e segurança das representações de vinculação no período pré-escolar*. Tese de Doutoramento (não publicada). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Maia, J., Ferreira, B., & Veríssimo, M. (2008). *Attachment Story Completion Task – ASCT, Manual de cotação para a coerência, resolução da história e segurança*. Manual não publicado. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Maia, J., Veríssimo, M., Ferreira, B., Silva, F., & Fernandes, M., (2009). *Adaptação portuguesa do Attachment Story Completion Task – manual de aplicação e cotação: Dimensão Contínua de Segurança*. Manuscrito não publicado. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Main, M., Hess, E., & Kaplan, N. (2005). Predictability of attachment behavior and representational processes at 1, 6 and 19 years of age: the Berkeley longitudinal study. In K. Grossman, K. Grossman & E. Waters (Eds.), *Attachment from infancy to adulthood: the major longitudinal studies*. New York: The Guilford Press.

- Main, M., & Solomon, J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. In M. Greenberg, D. Cicchetti & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the pre-school years: research and intervention* (pp. 121-160). Chicago: University of Chicago Press.
- Marcovitch, S., Goldberg, S., Gold, A., Washington, J., Wasson, C., Krekewich, K., & Handley-Derry, M. (1997). Determinants of behavioral problems in Romanian children adopted in Ontario. *International Journal of Behavioral Development*, *20*(1), 17-31. doi: 10.1080/016502597385414.
- Marquis, K., & Detweiler, R. (1984). Does adoption mean different? an attributional analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, *48*(4), 1054-1066. doi: 10.1037/0022-3514.48.4.1054.
- Marvin, R. S. & Britner, P. A. (2008). Normative development: The Ontogeny of Attachment. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: theory, research, and clinical applications* (pp. 44-67). New York: Guilford Press.
- Miljkovitch, R. (2004). A vinculação ao nível das representações. In N. Guedeney & A. Guedeney (Eds.), *Vinculação: Conceitos e aplicações* (pp. 123-128). Lisboa: Climepsi.
- Miljkovitch, R., Pierrehumbert, B., & Halfon, O. (2007). Three-year-olds' attachment play narratives and their associations with internalizing problems. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, *14*, 249-257. doi: 10.1002/cpp.535.
- Morrell, J., & Steele, H. (2003). The role of attachment security, temperament, maternal perception, and care-giving behavior in persistent infant sleeping problems. *Infant Mental Health Journal*, *24*, 447-468. doi: 10.1002/imhj.10072.
- Morris, A., Silk, J., Steinberg, L., Myers, S., & Robinson, L. (2007). The role of the family context in the development of emotion regulation. *Social Development*, *16*, 361-388. doi: 10.1111/j.1467-9507.2007.00389.x.
- Mundaca, M., Rayo, I., & Angulo, P. (2000) Factores que influyen en el apego y la adaptación de los niños adoptados *Revista de Psicología de la Universidad de Chile*, *IX*(1), 145-159. doi: 10.5354/0719-0581.2000.18553.

- Muñoz, I., Rebollo, M., Fernández-Molina, M., & Morán, R. (2007). Percepción de las estrategias de socialización parentales en familias adoptivas y no adoptivas. *Psicothema*, *19* (4), 597-602. doi: 0214-9915.
- Muris, P., Meesters, C., & van den Berg, S. (2003). Internalizing and externalizing problems as correlates of self-reported attachment style and perceived parental rearing in normal adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, *12* (2), 171-183. doi: 10.1023/A:1022858715598.
- Noy-Sharav, D. (2002). Good enough adoptive parenting: the adopted child and self object relations. *Clinical Social Work Journal*, *30*, 57-76. doi: 10.1023/A:1014226428266.
- Nunes, M. (2008). *Desafios familiares: parentalidade adoptiva e parentalidade biológica*. Dissertação de Mestrado (não publicada). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Nunes, C., & Lemos, I. (2011). *Questionário de comunicação pais-filhos*. (documento não publicado). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Gambelas: Universidade do Algarve.
- O'Connor, T., Bredenkamp, D., & Rutter, M. (1999). Attachment disturbances and disorders in children exposed to early severe deprivation. *Infant Mental Health Journal*, *20*, 10-29. doi: 10.1002/(SICI)1097-0355(199921)20:1<10::AID-IMHJ2>3.0.CO;2-S.
- O'Connor, T., Marvin, R., Rutter, M., Olrick, J., Britner, P., & The English and Romanian Adoptees Study Team (2003). Child-parent attachment following early institutional deprivation. *Development and Psychopathology*, *15*, 19-38. doi: 10.1017.S0954579403000026.
- O'Connor, T., Rutter, M., & The English and Romanian Adoptees Study Team (2001). Attachment disorder behavior following early severe deprivation: extension and longitudinal follow-up. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, *39*, 703-712. doi: 10.1097/00004583-200006000-00008.

- Olson, D., & Gorall, D. (2003). Circumplex model of marital and family systems. In F. Walsh (Ed.) *Normal family processes* (pp. 514-547). New York: Guilford.
- Olson, D., Portner, J., & Lavee, Y. (1985). *FACES III*. St. Paul, MN: University of Minnesota.
- Olson, D., Russell, C., & Sprenkle, D. (1989). *Circumplex model: systemic assessment and treatment of families*. New York: Haworth Press.
- Oppenheim, D., Nir, A., Warren, S., & Emde, R. (1997). Emotion regulation in mother-child narrative co-construction: associations with children's narratives and adaptation. *Developmental Psychology*, *33*, 284-294. doi: 10.1037/0012-1649.33.2.284.
- Pace C., & Zavattini G. (2011) Adoption and attachment theory: the attachment models of adoptive mothers and the revision of attachment patterns of their late-adopted children. *Child Care, Health & Development*, *37(1)*, 82-88. doi:10.1111/j.1365-2214.2010.01135.x.
- Palacios, J. (1998). Familias adoptivas. In M. Rodrigo & J. Palacios (Eds). *Familia y desarrollo humano* (pp. 353-371). Madrid: Alianza editorial.
- Palacios, J., & Sánchez, Y. (1996). Relaciones padres-hijos en familias adoptivas. *Anuario de Psicología*, *71*, 87-105.
- Palacios, J., Sanchez-Espinoza, E. & Sanchez-Sandoval, Y. (1995). *Entrevista sobre el Proceso de Adopción*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Pallant, J. (2001). *SPSS survival manual: a step by step guide to data analysis using SPSS for Windows*. Buckingham: Open University Press.
- Pasalich, D., Dadds, M., Vincent, L., Cooper, F., Hawes, D., & Brennan, J. (2012). Emotional communication in families of conduct-problem children with high versus low callous-unemotional traits. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, *41*, 302-313. doi: 10.1080/15374416.2012.668844.
- Piaget, J. (1953/2001). *The origin of intelligence in the child*. London: Routledge.

- Pilowsky, D. (1995). Psychopathology among children placed in family foster care. *Psychiatric Services, 46*, 906-910.
- Pinhel, J., Torres, N., & Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Análise Psicológica, 4*, 509-521.
- Pietromonaco, P., & Barrett, L. (2000). The internal working models concept: what do we really know about the self in relation to others? *Review of General Psychology, 4*, 155-175. doi: 10.1037/1089-2680.4.2.155.
- Pinhel, J., Torres, N., & Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Análise Psicológica, 4 (XXVII)*, 509-521.
- Pritchard, A., & Appleton, P. (1988). Management of sleep problems in preschool children: effects of a behavioural programme on sleep routines, maternal depression and perceived control. *Early Childhood Development & Care, 34*, 227-140. doi: 10.1080/0300443880340117.
- Rescorla, L. (2005). Assesment of young children using the achenbach system of empirically based assesement (ASEBA). *Mental Retardation and Developmental Disabilities Research Review, 11*, 226-237. doi: 10.1002/mrdd.20071.
- Rettig, M., & McCarthy-Rettig, K. (2006). A survey of the health, sleep, and development of children adopted from China. *Health Social Work, 31(3)*, 201–207.
- Rodríguez, M. (2010). *El apego en niños y niñas adoptados: modelos internos, conductas y transtornos de apego*. Tesis Doctoral (no publicado). Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Rönnlund, M., & Karlsson, E. (2006). The relation between dimensions of attachment and internalizing or externalizing problems in adolescence. *The Journal of Genetic Psychology, 167 (1)*, 47-63. doi: 10.3200/GNTP.167.1.47-63.
- Román, M., & Palacios, J. (2010). Los modelos internos de apego en niños y niñas adoptados: relevancia y evaluación. In F. Loizaga (Ed.), *Adopción hoy. nuevos desafíos, nuevas estrategias* (pp. 203-228). Bilbao: Editorial Mensajero.

- Rosenthal, M. (1991). *Meta-analytic procedures for social research (revised)*. Newbury Park, CA: Sage.
- Rutter, M. (2000). Children in substitute care: some conceptual considerations and research implications. *Children and Youth Services Review*, 22, 685-703. doi: 10.1016/S0190-7409(00)00116-X.
- Sánchez-Sandoval, Y., León, E., & Román, M. (2012). Adaptación familiar de niños y niñas adoptados internacionalmente. *Anales de Psicología*, 28(2), 558-566. doi: 10.6018/analesps.28.2.128711.
- Schmidt, E., & Eldridge, A. (1986). The attachment relationship and child maltreatment. *Infant Mental Health Journal*, 7(4), 264-273. doi: 10.1016/j.bbr.2011.03.031.
- Scher, A. (2001). Attachment and sleep: A study of night waking in 12-month-old infants. *Developmental Psychobiology*, 38, 274–285. doi: 10.1002/dev.1020.
- Schofield, G., & Beek, M. (2010). *Attachment handbook for foster care and adoption*. London: BAAF.
- Shaver, P., Collins, N., & Clark, C. (1996). Attachment styles and internal working models of self and relationship partners. In G. Fletcher & J. Fitness (Eds.), *Knowledge structures in close relationships: a social psychological approach* (pp. 25-61). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Sigal, J., Perry, J., Rossignol, M., & Ouimet, M. (2003). Unwanted infants: psychological and physical consequences of inadequate orphanage care 50 years later. *American Journal of Orthopsychiatry* 73, 3-12. doi: 10.1037/0002-9432.73.1.3.
- Silva, F., Fernandes, M., Veríssimo, M., Shin, N., Vaughn, B., & Bost, K. (2008). A concordância entre o comportamento de base segura com a mãe nos primeiros anos de vida e os modelos internos dinâmicos no pré-escolar. *Análise Psicológica*, 26, 411-422.

- Singer, L., Brodzinsky, D., Ramsay, D., Steir, M., & Waters, E. (1985). Mother-infant attachment in adoptive families. *Child Development, 56*(6), 1543-1551. doi: 10.2307/1130473.
- Soares, I. (2007). *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento. teoria e avaliação*. Braga: Psiquilibrios Edições.
- Soares, J. (2009). *Processo de comunicação sobre a adoção: estudo exploratório junto de famílias adoptivas portuguesas*. Dissertação de Mestrado (não publicada). Porto: Universidade do Porto.
- Soll, J. (2000). *Adoption healing: a path to recovery*. Baltimore, MD: Gateway Press.
- Stacks, A. M. (2007). Defensive dysregulation in preschool children's attachment story narratives and its relation to attachment classification and externalizing behavior. *School Psychology International, 28*, 294-312. doi: 10.1177/0143034307078537.
- Steele, M., Hodges, J., Kaniuk, J., & Steele, H. (2010). Mental representation and change: Developing attachment relationships in an adoption context. *Psychoanalytic Inquiry, 30*, 25-40. doi: 10.1080/07351690903200135.
- Stevenson-Hinde, J. (1990). Attachment within family systems: an overview. *Infant Mental Health Journal, 11*, 218-227. doi: 0.1002/1097-0355(199023)11:3<218::AID-IMHJ2280110304>3.0.CO;2-1.
- Stone, F. (1972). Adoption and identity. *Child Psychiatry and Human Development, 2*(3), 120-128. doi: 10.1007/BF01438178.
- Stroufe, L. A., & Waters, E. (1977). Attachment as an organizational construct. *Child Development, 48*, 1184-1199. doi: 10.2307/1128475.
- Sroufe, L., Egeland, B., Carlson, E., & Collins, W. (2005). *The development of the person: The Minnesota study of risk and adaptation from birth to adulthood*. New York: Guilford.
- Thompson, R. A. (1999). Early attachment and later development. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: theory, research and clinical applications* (pp. 265-286). New York: Guilford.

- Thompson, R. A. (2006). The development of the person: social understanding, relationships, self, conscience. In W. Damon & R. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology* (6th Ed.), Vol. 3. *Social, emotional, and personality development* (pp. 24-98). New York: Wiley.
- Thompson, R., Laible, D., & Ontai, L. (2003). Early understanding of emotion, morality, and the self: developing a working model. In R. Kail (Ed.), *Advances in child development and behavior* (pp. 137–171). San Diego: Academic.
- Tizard, B (1977). *Adoption: A Second Chance*. London: Open Books.
- Tizard, B., & Rees, J. (1975). The effect of early institutional rearing on the behavior problems and affectional relationships of four-year-old children. *Journal of Child Psychology, Psychiatry, and Allied Disciplines*, 27, 61-73. doi: 10.1111/j.1469-7610.1975.tb01872.x.
- Tizard, B., & Tizard, J. (1974). The institution as an environment for development. In Richards, M. (Ed.) *The integration of a child into a social world*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Torres, N., Maia, J., Veríssimo, M., Fernandes, M., & Silva, F. (2012). Attachment security representations in institutionalized children and children living with their families: links to problem behavior. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 19, 25-36. doi: 10.1002/cpp.739.
- van den Dries, L., Juffer, F., Van IJzendoorn, M., & Bakermans-Kranenburg, M. (2009). Fostering security? a meta-analysis of attachment in adopted children. *Children and Youth Services Review*, 31, 410-421. doi: 10.1016/j.childyouth.2008.09.008.
- van IJzendoorn, M., Schuengel, C., & Bakermans-Kranenburg, M. (1999). Disorganized attachment in early childhood: meta-analysis of precursors, concomitants, and sequelae. *Development and Psychopathology*, 11, 225-249.
- Vaughn, B., El-Sheikh, M., Shin, N., Almore-Statar, L., Krzysik, L., & Monteiro, L. (2011). Attachment representations, sleep quality and adaptive functioning in preschool age children. *Attachment & Human Development*, 13(6), 525-540. doi: 10.1080/14616734.2011.608984.

- Venet, M., Bureau, J., Gosselin, C., & Capuano, F. (2007). Attachment representation in a sample of neglected preschool-age children. *School Psychology International*, 28(3), 264-293. doi: 10.1177/0143034307078534.
- Veríssimo, M., & Salvaterra, F. (2006). Maternal secure-base scripts and children's attachment security in an adopted sample. *Attachment & Human Development*, 8(3), 261-273. doi: 10.1080/14616730600856149.
- Verrier, N. (2009). *The primal wound: understanding the adopted child*. London: BAAF.
- Vorria, P., Papaligoura, Z., Sarafidou, J., Kopakaki, M., Dunn, J., & van IJzendoorn, M. (2006). The development of adopted children after institutional care: a follow up study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47(12), 1246-1253. doi: 10.1111/j.1469-7610.2006.01666.x.
- Warren, S. (2003). Narratives in risk and clinical populations. In R. Emde, D. Wolf, & D. Oppenheim (Eds.), *Revealing the inner worlds of young children: the MacArthur story stem battery and parent-child narratives* (pp. 92-105). Oxford: University Press.
- Waters, E., Merrick, S., Treboux, D., Crowell, J., & Albersheim, L. (2000). Attachment stability in infancy and in early adulthood: a 20-years longitudinal study. *Child Development*, 71, 684-689. doi: 10.1111/1467-8624.00176.
- Waters, H., Rodrigues, L., & Ridgeway, D. (1998). Cognitive underpinnings of narrative attachment assessment. *Journal of Experimental Child Psychology*, 71, 211-234. doi: 10.1006/jecp.1998.2473.
- Weinfield, N., Sroufe, L., Egeland, B., & Carlson, E. (1999). The nature of individual differences in infant-caregiver attachment. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 68-88). New York: Guilford Press.
- Wood, J., Emerson, N., & Cowan, P. (2004). Is early attachment security carried forward into relationships with preschool peers? *British Journal of Developmental Psychology*, 22, 245-253. doi: 10.1348/026151004323044591.

- Zeanah, C., Egger, H., Smyke, A., Nelson, C., Fox, N., Marshall, P., & Guthrie, D. (2009). Institutional rearing and psychiatric disorders in Romanian preschool children. *American Journal of Psychiatry*, *166*, 777-785. doi: 10.1176/appi-ajp.2009.08091438.
- Zeanah, C., Gunnar, M., McCall, R., Kreppner, J., & Fox, N. (2012). VI. sensitive periods. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, *76*(4), 147-162. doi: 10.1111/j.1540-5834.2011.00631.x.
- Zeanah, C., Smyke, A., & Dumitrescu, A. (2002). Attachment disturbances in young children. II: indiscriminate behaviour and institutional care. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, *41*(8), 983-989. doi: 10.1097/00004583-200208000-00017.
- Zeanah, C., Smyke, A., Koga, S., & Carlson, E. (2005). Attachment in Institutionalized and Community Children in Romania. *Child Development*, *76*, 1015-1028. doi: 10.1111/j.1467-8624.2005.00894.